



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS**

TAMIRES CONCEIÇÃO COSTA

**RELATÓRIO FINAL DE ELABORAÇÃO DO MATERIAL
DIDÁTICO**

**“A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO”**

CACHOEIRA

2017

TAMIRES CONCEIÇÃO COSTA

RELATÓRIO FINAL DE ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

**“A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO”**

Relatório final de pesquisa apresentado ao Mestrado Profissional em História da África, Diáspora e Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.

Orientadora: Prof. Dra. Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

Co-Orientador: Prof.Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

CACHOEIRA

2017

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

C837r Costa, Tamires Conceição
Relatório técnico de produção do paradidático :
Independência do Brasil na Bahia : memória e patrimônio no
Recôncavo / Tamires Conceição Costa. – Cachoeira, 2017.
147 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dra. Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus.
Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho.
Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-
Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos
Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.
Material adicional: Livro e um guia do professor(a).

1. Bahia - Independência - História. 2. Brasil - Independência
- História. 3. Recôncavo (BA)- Memória. I. Universidade Federal
do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras.
Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora
e dos Povos Indígenas. II. Título. III. Título: Independência do
Brasil na Bahia.

CDD: 981

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

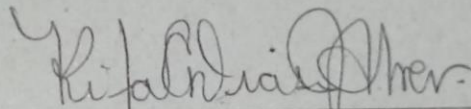
TAMIRES CONCEIÇÃO COSTA

**O LIVRO PARADIDÁTICO: "INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA:
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO"**

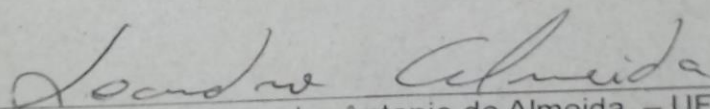
Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em: 31 de julho de 2017.

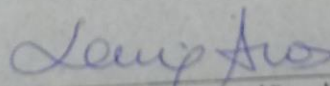
Banca Examinadora:



Prof. Dra. Rita de Cássia Dias Pereira Alves – UFRB
Orientador



Prof. Dr. Leandro Antonio de Almeida – UFRB



Prof. Dra. Lina Maria Brandão de Aras – UFBA

CACHOEIRA-BA

2017

À

Mainha que supriu a ausência paterna com mais amor e dedicação aos seus quatro filhos. Uma mulher forte e guerreira, minha inspiração e meu maior exemplo na vida!

AGRADECIMENTO

A saga deliciosa de ser grato com a vida e com as pessoas que temos o prazer de conhecer e conviver. Não cheguei até aqui sozinha!

Esse é um registro breve, da minha alegria em poder dizer que sou muito feliz pelos dois anos e meio elaborando a pesquisa e construindo amizades, amor e admiração pelas pessoas que cruzaram o meu caminho, fazendo dele mais leve e prazeroso.

O mestrado profissional da UFRB foi e será sempre uma conquista na minha vida. Os amigos que fiz, o conhecimento que troquei, as experiências que vivi, foram marcantes e essenciais para chegar até aqui. A sensibilidade que encontrei em alguns professores, é raro, o apoio dos amigos foram revigorantes, eu sou grata a cada um de vocês.

Em especial quero registrar a minha gratidão aos meus queridos professores: Rita Dias, Claudio Orlando, Sergio Guerra Filho, Leandro Almeida, e Fabiana Comerlato, aos técnicos e funcionários do Hansen sempre atenciosos aos nossos problemas. Aos amigos que estiveram comigo durante esse período, fazendo à experiência ser mais leve e saborosa, em especial à Barbara.

À minha família, ao meu companheiro de vida, Jadson Santos, minha filha Anna, a luz que aquece meu ser. Vocês são os responsáveis pela minha força e resiliência, nas lutas que travei e nas conquistas que alcancei.

GRATIDÃO!

RESUMO

Este relatório é parte da pesquisa e do percurso criativo para a construção do livro paradidático: “*Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo*”. Um material produzido para alunos dos anos finais do fundamental II, especialmente os jovens moradores do Recôncavo baiano. O livro foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica extensa sobre a temática do processo para a emancipação do Brasil, além de trabalhos sobre patrimônio e suas variáveis. Destaca-se principalmente a participação da Bahia e de suas Vilas, assim como a relevância de grupos sociais minoritários no evento e a importância dos espaços de memória para os acontecimentos. Por fim, o relatório traz a discussão teórica necessária para a produção final do livro e a trajetória pessoal e seus desafios para a finalização do paradidático.

Palavras-chave: Independência; patrimônio; memória; Recôncavo; História Local.

ABSTRACT

This report is part of the research and creative journey for the construction of the paradise book: "Independence of Brazil in Bahia: Memory and Heritage in the Recôncavo". A material produced for students of the final years of fundamental II, especially the young residents of the Bahia Recôncavo. The book was elaborated from an extensive bibliographical research on the thematic of the process that precedes the emancipation of the country, besides works on equity and its variables. Of particular note is the participation of Bahia and its Vilas, as well as the relevance of minority partner groups in the event and the importance of memory spaces for events. Finally, the report brings all the theoretical discussion necessary for the final production of the book and the personal trajectory and its challenges for the completion of the paradidático.

Keywords: Independence; patrimony; memory; Recôncavo; Local History.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	10
PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	12
REVISÃO TEÓRICA: O CONTEXTO HISTÓRICO.....	14
CAPÍTULO I.....	20
1.1 Da Independência do Brasil à Independência da Bahia: contextualizando o processo histórico.....	21
1.2 A província da Bahia e seu papel protagonista na “guerra”.....	26
1.3 O Recôncavo baiano e Cachoeira nas lutas pela Independência.....	33
CAPÍTULO II.....	37
2.1 O ensino de História e a História Local.....	38
2.2 A importância da História Local na formação da identidade	42
2.3 Memória e patrimônio no ensino da História Local	47
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXOS.....	56

APRESENTAÇÃO

Este relatório é parte complementar do processo de construção do produto final do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, **Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo**, livro para alunos dos anos finais do Fundamental II, centralizando a importância da valorização do ensino de história local e regional na educação básica.

Assim, o trabalho propôs elaborar um livro paradidático contendo um mapeamento histórico dos lugares de memória em que ocorreram fatos marcantes do período que a província da Bahia participou da luta contra os portugueses e o Recôncavo assumiu um papel de destaque nos desdobramentos que culminou na expulsão das tropas portuguesas que estavam na Bahia, o 2 de julho. Desta forma, busca estabelecer relação entre o passado e o presente a partir desses espaços de memória, que conecta o local, regional e o nacional, fazendo destes lugares públicos, ambientes formativos e de produção de conhecimento.

Nesta perspectiva, o produto elaborado faz parte de uma observação e inquietação acerca da necessidade de produzir materiais didáticos que promovam o acesso ao público escolar de Cachoeira e do Recôncavo, parte da sua História, que não são oferecidas nos livros didáticos utilizados nas escolas da região. São produções que negam a participação de lugares e sujeitos que fazem parte de grupos socialmente minoritários, e que, portanto não são valorizados e silenciados nas escolhas dos livros didáticos. Ou seja, apresentaremos com este trabalho, uma possibilidade de material, que tentará contemplar outros saberes e conhecimentos, tornando-se uma ferramenta para auxiliar o trabalho do professor.

O material didático representa um suporte para as aulas, destinadas as discussões sobre a Independência do Brasil na Bahia, e a contribuição de algumas cidades do Recôncavo, especialmente Cachoeira, nas lutas para a emancipação da província em 1823, propondo um trabalho que possibilite o aprendizado mais próximo do aluno, ligando História, a memória, a importância dos lugares históricos, do patrimônio que resistiram ao tempo e que promovem o contato do passado no presente, tornando o conhecimento histórico, concreto

e vivo o que contribuirá para um interesse maior e, conseqüentemente, um aprendizado mais efetivo desses alunos.

O produto escolhido foi um paradidático, sobre a participação de Cachoeira e do Recôncavo nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia, centralizando nos espaços de memória. Assim, o paradidático consegue atingir as intencionalidades do produto, especialmente ao oferecer uma perspectiva diferente do que os estudantes estão habituados, oferecendo conteúdo, mas relacionando com outras linguagens, através principalmente das imagens, tentando corresponder ao perfil de alunos dos anos finais do fundamental II.

O público destinado segue uma perspectiva visando o cumprimento com as demandas curriculares, tentando dialogar o material com a faixa etária e com a própria necessidade que o currículo exige. Dessa forma, os conteúdos sobre a emancipação política do Brasil e da Bahia, normalmente são apresentados aos alunos no fundamental II, ou seja, entre o 6º ao 9º ano. Fazendo dessa produção paradidática mais uma alternativa que poderá atender os interesses do professor.

Neste sentido, a escolha do livro perpassa por diversas questões próprias da produção didática, pensamos em oferecer um livro que conecte uma variedade de informações, entretanto, sem a carga textual, mas com as informações essenciais para conhecer o conteúdo. Direccionamos para um tipo de produção, que apresente aos alunos uma maneira mais leve, atraente visualmente e democrática, um livro paradidático que proporcione o conhecimento e o aprendizado com prazer, envolvimento e reconhecimento.

O diferencial principal do livro é o trabalho com o conteúdo histórico e com os lugares de memórias, os patrimônios materiais e imateriais que simbolizam a história passada. Essa relação tende a fortalecer o conhecimento e, conseqüentemente, influenciar o interesse dos alunos, em aprender e, questionar, cada vez mais, o assunto em questão. Essa combinação é uma possibilidade que deve ser considerada como perspectiva metodológica no ensino de história, especialmente, ao trabalhar com a história local. Representar o passado através dos espaços comuns aos estudantes constrói uma significativa relação de aproximação com o conteúdo, promovendo a valorização da disciplina para a vida cotidiana desses jovens.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A escola foi erguida aos moldes de instituições que dividem e legitimam um determinado conhecimento, um determinado saber, e exclui e nega o outro. Este mesmo espaço excludente, apresenta-se como um lugar privilegiado para realizar atividades que busque e resgate outra visão de educação, com uma postura mais igualitária. Um ambiente onde deve-se explorar seu potencial, na tentativa de oferecer aos sujeitos um ensino que valorize a diversidade, que respeitem cada um com suas especificidades e pluralidades.

A escola é uma instituição social que tem como característica (re) produzir conceitos, conhecimentos e valores sociais. Ela influencia entre outras coisas a formação da identidade individual e coletiva dos sujeitos, portanto, torna-se necessário construir um debate que incomode, e mobilize a escola, levando-a a refletir sobre a diversidade de sujeitos presentes no espaço escolar, de modo que essas ponderações se efetivem em suas práticas curriculares que propicie o respeito e a valorização desses sujeitos históricos.

Pensar possibilidades de mudança da realidade da educação no país é considerar seu papel privilegiado, como lugar de transformação e valorização dos indivíduos inseridos no ambiente escolar, considerando seus aspectos formativos, e intelectuais, assim, a escola não pode ser vista apenas como espaço de educação e aprendizagem, essas devem ser problematizadas no processo de ensino, considerando as experiências e vivências, valorizando os sujeitos e sua História.

É necessário, portanto, construir ferramentas que possibilite e ofereça ao professor, meios para trabalhar em sala de aula conteúdos, lugares e sujeitos que não são ilustrados nos livros tradicionais, artefatos que facilite a exploração de temáticas esquecidas e negligenciadas pela produção didática no Brasil. É neste percurso que discute o trabalho se insere, criar um material, trazendo um momento, uma parte da História colocada a margem dos fatos históricos da Bahia, neste caso, no centro. Apresentar este material é propor uma possibilidade de novas metodologias e diferente formas de abordagem em sala de aula e no ensino de história.

O estudo foi pensado a partir das experiências primeiro como moradora da cidade de Cachoeira, e, depois, como professora de História em escolas

locais. A minha implicação pessoal com a cidade, o sentimento de pertencimento ao território cultural, social e religioso que impulsiona meus estudos e meus interesses na minha prática docente, pois entendo a formação como algo que inter-relaciona todos esses aspectos do sujeito, como um ser social, carregado de subjetividade, experiências e vivências.

A escolha da cidade deve-se também pelas suas especificidades e importância histórica que permitem o desenvolvimento e a centralização de atividades dentro do ensino de história, aproveitando esse território historicamente marcado pela cultura e religiosidade africana, assim como seus prédios históricos que remetem a momentos que foram muito importantes para a história da Bahia e do Brasil, como a Independência no Estado.

Desse modo, Cachoeira dentro do contexto que marca a História das lutas pela emancipação política na Bahia, nos apresentou uma enorme relevância em um momento decisivo desse processo, assumindo um lugar de protagonista de sua população. O livro propõe tratar desse momento, por meio dos lugares de memórias, dos patrimônios materiais, ruas e praças que testemunharam estes fatos históricos e que sobreviveu ao tempo, possibilitando o acesso ao passado na atualidade.

Considerando a importância do livro didático para formação do indivíduo e construção da memória e identidade, a partir do uso da história local como instrumento para efetivação e constituição do sujeito histórico e cidadão consciente de sua acuidade na História, é que insere a pesquisa. O paradidático oferece ao seu público alvo, um olhar diferenciado, porém formador e construtor de conhecimento histórico, fazendo adentrar no contexto e, por consequência, valorizar sua história e sua identidade local.

O projeto que foi desenvolvido no Mestrado em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas construiu um material paradidático, enfatizando Cachoeira e o Recôncavo no período das lutas de Independência, visando colaborar com a produção de materiais pedagógicos que centralize novas abordagens e novos olhares, a partir da perspectiva histórica e patrimonial, assim, o resultado é concreto e de uso efetivo para as escolas da região, que poderá usar como ferramenta para as aulas com turmas dos anos finais do fundamental II, oferecendo um o conhecimento de parte de sua cidade e da sua relevância no cenário nacional.

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A metodologia da pesquisa é o eixo chave que nos indica a importância e possibilidades do estudo. O método torna-se essencial na descoberta e na evolução de toda pesquisa, trazendo sentido para sua produção e efetividade.

O método fornece ao historiador meios de controle e verificação, possibilitando uma maneira de mostrar, com segurança e seriedade, o caminho percorrido, desde a pergunta formulada à pesquisa de arquivo, assim como a estratégia pela qual faz a fonte falar, produzindo sentidos e revelações [...] (PESAVENTO, 2012, p.67)

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa para o desenvolvimento do paradiático que abordou a participação de Cachoeira e o Recôncavo nas lutas pela emancipação na Bahia, voltado para alunos das séries finais do fundamental II, principalmente para alunos da região. O livro discorrerá e percorrerá os caminhos e fatos durante os anos de 1821 à 1823, centralizando os principais acontecimentos, aos lugares, ruas e patrimônios das memórias construídas para produzir o conhecimento sobre a Independência na Cidade de Cachoeira.

A pesquisa inicial para a produção do material foi no sentido coletar as principais produções acerca da temática sobre Independência do Brasil na Bahia, além desses, levantamos uma bibliografia sobre o ensino de história, memória, patrimônio e história local, vislumbrando o conhecimento mais amplo possível acerca da temática e da sua relação na sala de aula e na produção do conhecimento local.

Para construir o referencial teórico do produto foi levado em consideração o destino e o público que o livro está voltado, isto, pois, entendemos que o peso teórico deve ser considerado de acordo com o objetivo da pesquisa e qual o resultado se espera obter. Não obstante, a teoria deve desempenhar um importante papel no estudo, visto que, o conhecimento escolar é também espaço de produção e teorização, e que deve-se propor uma construção histórica imbuída de fatos e fontes para ser legitimado em qualquer ambiente de ensino.

Neste sentido, o produto final é o resultado de uma pesquisa qualitativa sobre as temáticas centralizadas, propondo como efeito um livro diferenciado a partir da proposta em apresentar acontecimentos históricos por meios de

caminhos diversos, como a utilização dos lugares de memória, fazendo destes espaços, uma rota para o conhecimento e descobertas sobre os processos que resultaram na Independência na Bahia, assim, este é um trabalho que problematiza e propõe um novo olhar sobre os fatos, trazendo à tona informações, sujeitos e lugares até então inesperados pela historiográfica.

Desse modo, é relevante enfatizar novamente que percorreremos os caminhos teóricos-metológicos, tentando potencializar a construção principal e final da pesquisa: a produção do paradidático. A intenção da pesquisa é fortalecer o material, com referências que demonstram a importância da temática, além das lacunas que devem ser elucidadas e democratizadas nos espaços escolares.

Enveredamos, ainda por diferentes espaços metodológicos, levando para as experimentações e experiências. Foi desenvolvido um projeto intitulado: Caminhadas Patrimoniais: Passos da Independência em Cachoeira¹, no ano de 2016 na cidade, aulas de campo, mediada por um professor, nos lugares de memória. O projeto surgiu da pesquisa do mestrado, pois foi um primeiro momento de colocar em prática o roteiro sobre a participação de Cachoeira nas lutas pela emancipação na Bahia, explorando os lugares históricos e os patrimônios que estiveram envolvidos no processo, voltado, principalmente, para as escolas do município.

O projeto possibilitou entender melhor os objetivos da pesquisa, colocando os resultados adquiridos como questões a serem exploradas no produto final. Embora seja ainda em apenas uma cidade do Recôncavo, conseguimos analisar a necessidade e a importância da pesquisa e do material para as escolas da região, assim como para curiosos, que visitam frequentemente a cidade. Principalmente pela falta desses conteúdos no currículo escolares, são discussões e prática que não são explorados, tornando o projeto algo novo e diferente para a realidade da grande maioria do público alvo.

A experiência vivenciada no projeto foi muito relevante para construir o livro, um foi o espelho do outro. As questões ficaram mais evidentes, assim como, as dúvidas e as necessidades que as escolas e estudantes, enfrentam ao

¹Fotos das caminhadas estão em anexo no final do relatório.

chegar na cidade, principalmente pela ausência de recurso e materiais para auxiliar as atividades.

REVISÃO TEÓRICA: O CONTEXTO HISTÓRICO

INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento histórico tem como característica privilegiar eventos, personagens e lugares concebidos como excepcionais e legítimos. Tais concentrações são responsáveis pela construção do currículo escolar e, conseqüentemente, validam o saber que deve ser eleito e transmitido na produção didática. Esta tessitura, em que a educação no Brasil foi estruturada, é responsável pelo reconhecimento das histórias dos grandes feitos, lugares e homens eleitos e legitimados, colocando as outras formas de conhecimento e saberes, na posição subalternizada e, por muitas vezes, silenciadas na organização curricular.

É em meio a estes questionamentos, que o estudo se insere, buscando problematizar e elucidar uma temática, ou melhor, uma parte dela que é desconsiderada no currículo das escolas, especialmente instituições de ensino da Bahia e região e, ainda, nas centralizações das pesquisas historiográficas realizadas, sobre a contribuição da população do Recôncavo ² nas Lutas de Independência do Brasil na Bahia. Problematizando a temática, na tentativa de oferecer e elucidar novos olhares acerca do momento histórico, aqui ilustrado.

Esta perspectiva foi trilhada pelo caminho do reconhecimento de outros saberes, assim como da importância de sua distribuição geográfica na educação do país. Essa nova linha considera a educação através de um novo paradigma, em que as abordagens tomam novos contornos e espaços. Todo o conhecimento científico-natural é científico - social, assim como todo conhecimento local é conhecimento global (SANTOS 2006). Desse modo, percebe-se que o conhecimento produzido pelas minorias, também devem ser entendidas e valorizadas dentro de uma construção epistemológica coerente, em que os sujeitos passam a ser participantes do processo, tornando-o, mais relevante na formação destes.

²“Chama-se Recôncavo a região que circunda a Bahia de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro no qual, há mais de quatrocentos anos, se vem desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil, que ali teve o seu começo e que exatamente ale tem, hoje, uma de suas perspectivas mais promissoras do seu futuro” (BRANDÃO, 1998, P. 103).

A educação brasileira vem nas últimas décadas reivindicando novos olhares e epistemologias na sua concepção de ensino, que questione as atuais realidades originais de seu passado Colonial e que ainda se perpetuam no presente, os resquícios históricos que delinearão a estrutura educacional do país, proporcionando o surgimento e proliferação de ideias intolerantes e preconceituosas nos espaços escolares.

Questionamentos aos conhecimentos e saberes, que foram eleitos para estar no ambiente da escola pública estão circunscritos no plano do modelo de racionalidade dominante e Colonial. Ao constatarmos esta realidade, evidenciamos que há necessidade de contrapor e propor novas prática de conhecimentos que compartilhem de outras epistemologias, que relacione os mais diversos saberes na prática pedagógica.

Assim, consideramos que cada sujeito em sociedade é uma fonte única e inesgotável de saberes e experiências, e que nenhuma delas deva ser silenciada ou inferiorizada como fundamentos para educação, deve-se possibilitar a efervescência da ecologia de Saberes (SANTOS, 2006) o respeito à cultura das populações negligenciadas pelas narrativas oficiais. O reconhecimento destes saberes, que a priori se apresentam além do científico e legitimados, seja a valorização das experiências, vivências e pluralidade dos sujeitos, autorizando sua autonomia e emancipação.

Os livros didáticos, sobretudo os de História, estão permeados de concepções positivistas e tradicionais da historiografia brasileira, que primou pelos os grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais” e os “eventos nacionais”, normalmente brancos e de regiões desenvolvidas. Assim, a participação de outros segmentos sociais e raciais no processo histórico do país, foi deixando o lugar de esquecimento e inferioridade, tornando desprezado no ambiente escolar.

Nesta perspectiva, nota-se que os estudos sobre a emancipação política do Brasil, demonstram como base a análise macroestrutural dos processos históricos, visando explorar os acontecimentos gerais e apontando a experiência no Rio de Janeiro, como referência para o resto do país. As análises são imbuídas de generalizações que não contemplam as diversidades dos territórios e de interesses que cada província vivenciava no contexto da Independência do Brasil. Da mesma forma, estas contribuições acabam silenciados aspectos que

foram essências para eventos emancipatório e que decidiram as consequências ocorridas (DIAS, 1995 p. 108).

A rigor, a representatividade da capital Colonial como parâmetro geral, corresponde à própria tendência da busca pela criação da identidade nacional. O Brasil, ainda Colônia de Portugal necessitava de referências e símbolos unificantes para a composição do que viria a ser, um país, “uma pátria amada”. Assim, a construção da História nacional, tenderam a criar símbolos e representações para unificar, silenciando, as especificidades territoriais e políticas de todo o país

Assim, foi construído e consagrado a História do processo de Independência do Brasil, que deveria ser divulgada pela produção didática no país, com referências generalizantes que se perpetuaram até os dias atuais, especialmente nas instituições escolares do país. Neste sentido, nota-se que ao considerar a História da emancipação do país em uma experiência que respondem a todos os desdobramentos que levaram a libertação nacional, é suprimir fatos lugares e momentos que também foram necessários para consolidação da independência.

Nesta perspectiva, a Independência do Brasil na Bahia é um tema amplamente visitado, na maioria dos casos analisados, privilegiam ações centralizadas na Capital. Em outros casos, apontam outros atores e cenários sempre de maneira secundarizada, elegendo aqueles que devem ser legitimados na produção e pesquisa histórica, relevando tais questões, podemos buscar novos caminhos, que não foram explorados e que, de igual forma, foram preponderantes para os desdobramentos dos acontecimentos sobre todo o processo que resultou na autonomia política baiana.

Contrariando as tendências harmônicas e pacíficas sobre a emancipação do país, a Bahia oferece uma versão, ou melhor, outra realidade, que, de certa forma, apresenta as disputas e interesses de grupos políticos e sociais que compôs todo o processo no Brasil. Assim, é válido oferecer ao público, neste caso, especificamente as escolas, através da produção didática, outras perspectivas e visões de parte da história do Brasil, preenchendo os espaços que secularmente foram relegados.

Estas questões observadas na produção do conhecimento, e oferecidas pelos livros didáticos dimensionam os questionamentos e problematizam a

necessidade de levar para o público o conhecimento, e a importância de outros atores, lugares e grupos minoritários que a História menosprezaram e condicionaram a uma posição inferiorizada, quando não invisível, fazendo do palco epistemológico, espaço de disputa de interesses de grupos sociais e políticos portadores do saber oficial.

Buscando fazer algumas considerações e problematizações acerca da centralidade do ensino de História generalizantes em macro regiões é que direciona a análise, com o recorte sobre os desdobramentos da Independência do Brasil na Bahia e a importância popular e do Recôncavo para a consolidação da emancipação política em 1823. Apontando para as questões negligenciadas nas escolas do Recôncavo e na produção didática que, conseqüentemente, reduz e silencia os sujeitos da História.

Buscamos tencionar e questionar os conhecimentos e saberes que foram eleitos e disseminados no ambiente escolar, que estão circunscritos no plano do modelo de racionalidade dominante e Colonial, ainda vigente no país. Ou seja, apontar em discussão algumas ponderações entendendo que há necessidade de contrapor e propor novas práticas de conhecimentos que compartilhem de outras epistemologias, que relacionem os mais diversos saberes na atuação pedagógica.

Nesta perspectiva, a História Local se insere como mecanismo educacional que, *a priori*, apresenta de maneira próxima e incessante os alunos ao processo de produção do conhecimento na sala de aula. Uma metodologia que contrapõe a história tradicional em que oferece uma visão de cima, concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos, na qual o resto da humanidade foi apenas, um papel secundário no drama da história (BURKE, 1992, p.12).

Nesse contexto, a História Local e Regional valoriza os diferentes sujeitos históricos, em vez de centralizar somente as camadas elitizadas da nossa história, fazendo uma história inversa, ou seja, uma “história vista de baixo”. O objetivo da pesquisa se enquadra nesta perspectiva: apresentar e propor uma visão da História daqueles que foram esquecidos e alocados em uma posição subalterna na História e que ainda são propagados nos ambientes educacionais. Deve-se, portanto, considerar que o local pertence ao um geral, ou seja, falar

das pequenas narrativas não restringe ao lugar, ela também coloca a narrativa global como perspectiva de relação e de relevância no ensino aprendizagem.

Assim, criar o paralelo que coloca o ensino de História numa perspectiva do cotidiano, apresentando a temática da Independência do Brasil na Bahia sobre o viés do Recôncavo e, especialmente, o papel da vila de Cachoeira na organização e consolidação do movimento, oferecendo aos estudantes algo novo e, ao mesmo tempo familiar, fazendo com que o aprendizado seja algo válido e envolvente, contribuindo e fortalecendo a identidade desses estudantes no processo do conhecimento local.

Desse modo, a história local atua no fortalecimento da auto-estima do povo de sua região ou cidade, quando ao desnudar seu passado histórico, dá um novo sentido à questão de pertencimento e da própria identidade local. A História do Recôncavo e de Cachoeira tem sua relevância no cenário brasileiro, pois suas histórias estão entrelaçadas com a história da Independência e da própria formação do Brasil, e deve ser socializado e democratizado para toda sua população.

Buscamos fazer uma reflexão e conexão entre a História e a memória no âmbito local, apontando para a relevância desta relação para a valorização do patrimônio histórico da cidade, promovendo o acesso ao conhecimento da História através da relação entre material e imaterial produzido por um lugar e sua população. Viabilizando e tornando o ensino de história mais democrático na seleção do conteúdo, propondo no ambiente escolar uma formação mais cidadã e histórica dos estudantes.

Para isto, fizemos um mapeamento teórico, acerca das áreas do conhecimento que a pesquisa perpassa, com o objetivo de qualificar a produção e ancorar a construção final do produto didático. A revisão tenta abordar as principais discussões já realizadas sobre os campos centrais da pesquisa, como Historiografia da Independência do Brasil e da Bahia, do ensino de História, especificamente com a História local, os mais timidamente com as análises sobre patrimônio e memória nos espaços educacionais. Defendendo a potencialidade desta relação teórica para contrapor as discussões tradicionais e generalizantes comuns na educação do país, conjecturando um compartilhamento através de um material didático para os anos finais do ensino fundamental II para as escolas da região.

CAPÍTULO I

O protagonismo do Recôncavo baiano no processo de Emancipação Nacional

A Historiografia brasileira já se debruçou por inúmeras produções acerca da temática sobre a Independência do Brasil, tornando-se um dos temas mais visitados e revisto, no entanto, observa-se que estas produções, em sua maioria, constroem argumentos e análises imbuídas de visões limitadas, que supervalorizam questões econômicas, políticas e sociais das camadas mais ricas e, em alguma medida, das influências capitalista e necessidades externas.

Assim, o debate historiográfico privilegiou alguns aspectos, vistos como legítimos ao processo e negligenciou outras interpretações e outros atores sociais igualmente importantes para considerar o contexto. Conforme Guerra Filho (2004), para atender aos interesses sociopolíticos da elite, as interpretações historiográficas mais conservadoras trabalharam com a ideia de harmonia, apresentando a Guerra da Independência como um momento de consenso entre diferentes classes sociais frente a um inimigo comum: o invasor português (GUERRA FILHO, 2004, p 45.)

A complexidade e a grandeza da temática permitem-nos dizer que há necessidade de enveredar-se por outras questões, lugares e, principalmente, pelas camadas populares, que também foram participantes ao processo emancipatório no Brasil. Sobre a necessidade de novos olhares que considerem as particularidades regionais e suas especificidades de classe, Jurandir Malerba, afirma que:

Parece, pois, faltar uma abordagem mais focada na ação de indivíduos concretos, inseridos em configurações específicas, mas guiados por opções racionais indelevelmente orientadas com respeito afins, como ensina Weber e mesmo as mais recentes teorias da ação. Estamos falando de agentes históricos de pessoas que pertenciam a diferentes grupos, mas que tinham cambiantes projetos e interesses de individuais e de grupo (MALERBA, 2006,p.34).

Desse modo, fica explícito a preocupação de Marleba em salientar a lacuna ainda existente na produção intelectual sobre Independência no país, especialmente com a abertura para abordagens que centraliza a participação das camadas subalternizadas e, em especial, o papel da população negra e escravizada no processo, estes aspectos carecem de investigações.

Assim, a produção historiográfica sobre Independência do Brasil nos últimos anos, tem direcionado para as pesquisas relacionadas à construção da identidade Nacional, e, por consequência, se dedicando as nuances e especificidades regionais, na perspectiva de elucidar as lacunas ilustradas acima, buscando responder e problematizar questões até então secundarizadas na historiografia especializada.

A partir deste aspecto, pretendemos analisar as principais vertentes historiográficas que se debruçaram nas discussões sobre a emancipação nacional, e, por conseguinte, abordaremos a Independência da Bahia e a participação do Recôncavo no contexto da Guerra. Demonstrando as variáveis perspectivas que influenciaram a população baiana apresentando-se com um papel protagonista e, em especial, valorando e destacando o Recôncavo e a participação das camadas populares e escrava dentro do processo emancipatório do Brasil.

1.1 Da Independência do Brasil à Independência da Bahia: contextualizando o processo histórico.

A ruptura do Brasil com Portugal ocorreu no dia 7 de setembro de 1822, com o emblemático ato do príncipe Regente Dom Pedro I as margens do rio Ipiranga. Foi uma ação estritamente representativa e simbólica para a política e o contexto do país nesta época, tornando-se uma obra negociada e necessária para as exigências de cunho interno e externo, ao qual o mundo capitalista estava inserido.

Já é consenso entre pesquisadores que a ruptura colonial vai se delinear já em 1808, ano em que a Corte portuguesa desembarcou em terras baianas, ou seja, quatorze anos anterior a data da Independência do Brasil. Sobre tal perspectiva, salientamos a contribuição da Maria Odila Dias no seu trabalho A

Interiorização da Metrópole e outros estudos, em que ela analisou o processo de emancipação, através da importância divisória foi a chegada da Família Real no Brasil. Desse modo, Dias sugere que a separação do Brasil com Portugal se dá quando muda a administração da Metrópole para a Colônia, produzindo a partir desse momento um espaço rompido, e, da mesma forma, consolidado no que diz respeito à Independência da Colônia, “já era fato consumado desde 1808” (p. 11)

Com essas ponderações, Dias nos provoca a observar uma nova abordagem na historiografia sobre a Independência do Brasil, elegendo o marco histórico de 1808, considerando os aspectos sociais, políticos e econômicos de Portugal, e apreciando tais fatores e suas conseqüências no lado Colonial. De fato, a mudança da Corte, significou uma transformação na colônia, substituindo ou invertendo os papéis, o que criou um terreno ainda mais fértil para a formalização da sua ruptura política e por decorrência, segundo a autora, dos antagonismos e crise gerada em Portugal. “*O fato é que a consumação formal da separação política foi provocada pelas dissidências internas de Portugal (...)*” (p.165)³.

Nesta perspectiva, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil foi negociada com a Inglaterra em um acordo que previa o apoio inglês contra as investidas francesas, em troca do livre acesso e venda no comércio da sua Colônia americana. Realmente, o contexto político e econômico que corroboraram a mudança da Corte, justifica-se por questões que desde sua profunda crise econômica e de sua relação de dependência da Inglaterra, como pelas conseqüências provocadas pelo bloqueio continental, dificultando, ainda mais, a crise portuguesa. Tratava-se, portanto, de um momento crítico, levando a realeza portuguesa a “fugir” da sua sede em direção a sua única fonte de sobrevivência, sua colônia. (DIAS, 1972, p.166)

Sobre esse momento de transição e crise do sistema Colonial, a Historiadora Emília Viotti da Costa esclarece que:

³Para uma melhor discussão a cerca da transferência do Estado metropolitano para o Brasil, Cf. DIAS, Maria OdilaLeite da Silva. *A interiorização da Metrópole*. In MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 160-184

os estudos até agora publicados permitem estabelecer as linhas básicas que devem nortear a análise do movimento da Independência; fenômeno que se insere dentro de um processo amplo, relacionado, de um lado, com a crise do sistema colonial tradicional e com a crise das formas absolutistas de governo e, de outro lado, com as lutas liberais e nacionalistas que se sucedem na Europa e na América desde os fins do século XVIII (COSTA, 1990).

Emilia Viotti da Costa em seus estudos sobre emancipação política do Brasil reitera a importância de considerar os aspectos e contradições internas e as influências externas na construção ideológica para o fortalecimento das intenções de separação na colônia. Segundo Costa, as deliberações imprescindíveis na formação geral do processo extrapolaram as fronteiras nacionais, e, por sua vez fortaleceram e incorporaram novas aspirações revolucionárias. Como a autora revela a seguir: “À abertura dos portos em 1808 e a entrada de estrangeiros em número crescente a partir dessa data, intensificado os contatos entre Europa e Brasil, facilitaram mais ainda a divulgação de ideias revolucionárias.” (COSTA, p.28). Assim, a abertura dos portos ao comércio estrangeiro equivaleu a um decreto de separação ⁴ (CAMARAL, 1957,p.9).

Desse modo, vale considerar que, a colônia portuguesa encontrava-se no contexto histórico, político, econômico e social da realidade idealizada pelo sistema Colonial vigente. As transformações mundiais impuseram a Portugal um posicionamento de redefinição de sua base econômica sem ao menos abrir espaço para conciliação ou acordo. De fato, as ações estruturais condicionadas ao sistema em frenético crescimento econômico não permitiram outra saída se não sua própria decadência.

A constituição do processo revolucionário para a separação entre Brasil e Portugal não foi resultado de contribuições liberais apenas, apesar da influência destas, sabe-se que o evento teve em sua composição uma população abastada de qualquer formação e teorias liberais. Muitos desses homens apenas identificaram no conflito uma possibilidade efetiva de mudança social e econômica, como os escravizados, por exemplo.

⁴AMARAL, Braz do. História da Independência na Bahia. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957, p.9

Apenas uma pequena elite de revolucionários inspirava-se nas obras dos autores europeus que liam, frequentemente, mais com entusiasmo do que com espírito crítico. A maioria da população inculta e atrasada não chegava a tomar conhecimento das novas doutrinas. (COSTA, 1976).

Emilia Viotti da Costa, parte suas análises enveredando-se por uma conjuntura mundial, considerando os aspectos mais amplos que ela julga necessária para entender o processo de Independência do Brasil, como crise do Antigo Regime e os conflitos na, então, colônia americana. Assim, a autora aponta para a importância de considerar o contexto econômico em que mundo vivia, e como essas novas perspectivas e demandas nacionais e internacionais impossibilitavam a sobrevivência do sistema colonial e suas conservadoras características.

A autora salienta, ainda, que a emancipação política brasileira não conseguiu alterar a ordem econômica e social, baseada no sistema escravista, monocultor, latifundiário e exportador, tornando-se esses aspectos, um ponto limite do liberalismo no país. Segundo Costa, a Independência do Brasil rompeu com o sistema colonial, mais voltado para as questões restritas à liberdade de comércio e autonomia administrativa, abrindo a tutela, nesse momento, à Inglaterra e impondo, ainda, a subordinação e dependência dos portugueses ao país. A efetivação da Independência e das práticas do liberalismo ainda estaria por se construir (COSTA, 1976, P.125).

Podemos observar que as lutas a favor da Independência, foram incorporadas por diversas maneiras e diversos grupos sociais, ou seja, enquanto a elite local via na separação a consolidação dos seus privilégios, e, em alguma medida, a ampliação destes, as camadas populares e, principalmente, os escravizados, encontravam no conflito sua única esperança de transformação social, a opção mais concreta de subversão da ordem que os deixavam a margem da sociedade, relegando o lugar de propriedade.

Para o povo composto de negros e mestiços a revolução da Independência configurava-se como uma luta contra os brancos e seus privilégios. Para os despossuídos, a revolução implicava a eliminação das barreiras de cor, na realização da igualdade econômica e social, na subversão da ordem. Para os representantes das categorias superiores da sociedade, fazendeiros ou comerciantes, a condição necessária da revolução, no entanto, era a manutenção da ordem e a garantia de seus privilégios (COSTA,1999).

Assim, o processo de emancipação política no Brasil, diferente da emancipação das outras colônias americanas, principalmente quando assumiu um caráter muito conservador e controverso, em que a própria idéia de independência tinha seu limite bem definido. As elites que controlavam o movimento, almejavam apenas a eliminação das barreiras econômicas do sistema colonial, buscavam neste sentido, ampliar seu poder e privilegio, sem abrir mão da estrutura da sociedade com base na escravidão e na economia de exportação.

A chegada da Corte portuguesa em sua Colônia na América acarretou inúmeras modificações sócio-estruturais, as transformações se expandiram aos âmbitos políticos, econômicos e pelo território colonial. Tais modificações acarretaram conseqüências para a consolidação do Estado Nacional Brasileiro. Inicialmente, essas mudanças proporcionaram um grande surto de desenvolvimento na Colônia, especialmente a nova Capital da província, o Rio de Janeiro, por outro lado, ocorreu também neste mesmo contexto um crescimento desenfreado do desejo de separação e liberdade do território brasileiro.

A crise portuguesa ocasionada inicialmente pela vinda da Família Real para a América e intensificada com a revolução do Porto de 1820, serviu de inspiração e foi determinante para as variadas camadas sociais da colônia, fortalecendo e definindo a ruptura numa perspectiva de libertação do poder metropolitano. De fato, esse momento juntamente com os eventos anteriores de conflitos na província da Bahia, provoca um afloramento do sentimento de separação na colônia portuguesa.

Estas reações foram perceptíveis, tanto nas camadas populares como entre as elites coloniais, cada uma com suas ideologias, interesses e objetivos. “Desde então, os conflitos tornaram-se rotineiros, com as ruas das principais cidades do Reino do Brasil tomadas pelos homens do comum que delas se apropriaram, transformando-as em cenário do seu pretendido ingresso na esfera da política” (JANCSÓ,2005, p.42).

Os interesses e os anseios de separação na colônia portuguesa foram gerados de maneiras e em intensidades bem distintas em cada província. Considerando a realidade e nuances que a colônia estava configurada, especialmente a importância política e econômica que cada uma assumia,

também fez com que esse momento de conflito apresentar-se de diversas formas. A província da Bahia junto com a do Rio de Janeiro eram as principais detentoras, ou melhor, produtoras de renda na Colônia, configurando, portanto, um terreno de grande especulação e, por consequência, de conflitos e interesses internos nesses lugares.

1.2 A província da Bahia e seu papel protagonista na “guerra”

Na Bahia, a definição do conflito se deu no início de 1821, naquele momento a província declarou a ruptura política e financeira com a Corte Portuguesa, dando início ao processo de separação colonial. No entanto, os problemas intensificadores dos conflitos foram observados desde o início do século, especialmente após a mudança da capital para o Rio de Janeiro, subtraído da província seu destaque político de antes de 1808. Até a transferência da corte para o Brasil, Salvador ostentava o título de sede colonial, era a mais importante província portuguesa e a mais rentável para os cofres metropolitanos, sendo substituída pelo Rio de Janeiro.

Com a mudança da Capital, a Bahia perdeu seu posto e, conseqüentemente, sua visibilidade e opulência, cedendo tais aspectos para o Rio de Janeiro, com isto, a nova Capital torna-se o centro do mundo colonial e naquele momento o núcleo da administração portuguesa na América. Neste contexto, a Bahia foi colocada em segundo plano e, portanto ver suas vantagens e privilégios se perdendo, o que culminará na insatisfação popular e principalmente das elites rurais. Tais considerações evidenciam o terreno fértil em que a província encontrava-se no período, propiciando o desenvolvimento e proliferação de ideias liberais e revolucionárias em busca da independência política na província.

Na mesma perspectiva, a Bahia diferente do Rio de Janeiro encontrava-se em situação bem oposta, enquanto na Capital da Colônia viviam em completo desencontro as ordens portuguesas, isto no contexto após o Fico, a Bahia vivenciava, um ambiente em “ordem” e subordinação ao governo português. Neste sentido, a situação política, econômica e administrativa na província da Bahia era bem complexa diante das outras províncias. Soma-se aos exagerados de juros e impostos que os comerciantes baianos tinha que pagar aos

portugueses, além de problemas no comércio de escravos provocados pelos acordos com a Inglaterra, demonstram o clima de descontentamento e insatisfação que se percebia na população no geral.

A historiografia especializada na temática, durante muito tempo, concentrou suas análises a realidade vivenciada na então Capital do Brasil, propondo em suas considerações, aspectos que cabiam apenas a um lugar e região do país, suprimindo e, por muito tempo, negligenciando outras realidades que também foram importantes para entender e discutir o processo de emancipação no Brasil. Observa-se ainda, uma supervalorização dos acontecimentos no Rio de Janeiro e por consequência, a ideia de passividade e harmonia na resolução da separação entre Colônia e Metrópole.

Opondo-se a historiografia que silencia o papel de destaque da Bahia e do Recôncavo baiano na guerra pela Independência do Brasil, vale ressaltar, a obra de Brás do Amaral, *História da Independência da Bahia, (1957)*⁵ que propõe uma abordagem minuciosa dos acontecimentos do período e da guerra ancorado em variadas fontes. As pesquisas demonstram um forte sentimento ufanista e patriótico, enfatizando a bravura da população baiana contra o poder português.

Suas abordagens são de muita relevância para descortinar os fatos que ainda não foram explorados, da participação da província baiana e de seus territórios na luta pela emancipação do país. Seus relatos com grande volume de informações e fontes servem para corroborar e subsidiar diversas outras análises que debruçaram sobre a história da Bahia e que buscam discutir a contribuição da província e seu entorno.

É necessário cautela ao olhar a obra de Brás do Amara, pois são informações que supervalorizam a participação baiana na luta pela Independência, sugerido inclusive para o 2 de julho deveria torna-se a data oficial da emancipação do Brasil. Taís aspectos não desqualifica as contribuições documentais que seu trabalho oferece para as análises do contexto e participação da província da Bahia na guerra, porém com cuidado e cautela.

Neste sentido, a Província da Bahia tornava-se um caso singular no processo de lutas pela Independência do Brasil, isto acontece muito

⁵AMARAL, Braz do. História da independência na Bahia. 2. Ed Salvador: Liv. Progresso, [1957].

provavelmente pelos importantes acontecimentos anos antes do início pela emancipação. A Bahia foi palco de intensos conflitos de cunho político-social cuja relevância encaminhara para separação colonial. A província também será um território estratégico para os interesses portugueses, levando assim, o desejo de recolonização, principalmente impulsionado pela crise financeira e que a Metrópole vivenciava, percebendo na Bahia a solução da crise. Sobre isto a pesquisadora Nora de Cássia Oliveira afirma:

No jogo político delineado nos anos de 1820-1822, a província foi uma importante possessão territorial, disputada tanto por Lisboa quanto pelo Rio de Janeiro. [...] Sua posição geográfica e o peso político e econômico de antiga capital colonial e importante porto exportador realçavam sua importância geopolítica para a concretização dos projetos políticos defendidos por aqueles centros de poder ⁶.

Nota-se, portanto, a representação e importância da província da Bahia no contexto do conflito, pois a mesma reunia características muito relevantes para a proteção portuguesa, bem como para a manutenção econômica dos privilégios lusitanos. No entanto os portugueses tinham também que considerar com desconfiança a província, pois era um território que trazia importantes exemplos de rebeldia e movimentação popular, considerando, assim, um terreno inseguro para as intenções metropolitanas.

Parte-se do pressuposto que a Bahia possuía vantagens econômicas e geográficas que eram essenciais para as deliberações dos conflitos pro libertação Colonial, colocando a província em um lugar de destaque no contexto nacional e um terreno propício e interessado por mudanças. As camadas populares, negros e escravos viam no conflito uma possibilidade de liberdade, trazendo consigo inúmeras outras expectativas, ou seja, não significava apenas um desligamento político, mas uma ruptura com o Colonialismo para estas pessoas, era a oportunidade de ser livres, e por consequência ser vistos e respeitados como tal.

⁶ OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de. "A Província da Bahia e a construção do Estado Nacional: A elite dirigente do estado na Província (1824-1831)" In: NETO, Martinho Guedes dos Santos; COSTA, Robson Xavier da. Pesquisa em História: temas e abordagens. João Pessoa: UFPB, 2009, p. 63-64

Entre as capitanias que sofreram impactos imediatos podemos destacar a da Bahia, que desde o início do período colonial mantinha-se como um importante centro econômico de grande necessidade para o desenvolvimento da Colônia, pois era o principal responsável pela produção de açúcar, um dos produtos mais importante para a economia da colônia portuguesa na época. Ressaltando que além do açúcar a Capitania era ainda a grande produtora de fumo, bastante usado como moeda de compra de escravos.

O período que se estendeu de 1808, ano da mudança da Corte Portuguesa ao Brasil, até 2 de Julho de 1823, com a saída das tropas portuguesas de Salvador, foi de grande importância para Brasil e Portugal, no que diz respeito aos episódios constitucionais, pois circulavam nos dois países, os princípios da liberdade, no entanto cada uma com suas expectativas e interesses.

É interessante analisar os motivos que geraram na colônia portuguesa as diferentes ideias sobre a Independência do Brasil. Nesta época não existia uma unidade ou nação no sentido restrito da palavra, algo que constituísse a então Colônia como um território unificado. Assim, não é contraditória entender as motivações que culminaram nos distintos contextos que a independência do Brasil provocou nas suas províncias. Especialmente ao consideramos as realidade sociais e econômicas de cada província, a Bahia, por exemplo, era uma importante representação da relevante contradição social da época, revelada na diferença gigantesca entre as camadas populares e os senhores de terra, detentores da maioria da riqueza produzida na Colônia.

Sabe-se, portanto, que a província da Bahia teve papel de grande destaque no processo de emancipação política da Colônia, apesar de não encontrar partidos políticos muito articulados na época que desencadeou os primeiros conflitos, foi um lugar onde grupos políticos ligados a Coroa Portuguesa resolveram não reconhecer a Independência do Brasil, neste mesmo período, já existia grupos opostos, que movimentava-se a favor do reconhecimento do príncipe Dom Pedro (TAVARES, 2005, p.28). Condensando dessa forma, um território explicitamente conflituoso e divergente, ávido a mudanças e transformações, como aponta Guerra Filho:

Uma sociedade marcada pela escravidão, com sua estrutura social fortemente hierarquizada, com um vasto potencial de produção de gêneros para exportação e consumo interno, não poderia, num

momento de crise institucional como o que caracterizou o da Independência, deixa de apresentar tensões e conflitos entre setores sociais com interesses e até projetos políticos antagônicos (GUERRA FILHO, 2004).

Todavia, o acirramento das tensões e confrontos perceptíveis desde o início do século XIX, tornaram-se ainda maiores a partir de fevereiro de 1821, com o movimento conspirador de interesse constitucionalista, nas ruas de Salvador, recebidas posteriormente pela Corte com certo cuidado. Assim, com o marco de fevereiro, os setores participantes do movimento vêm seus interesses em disputa, colaborando, segundo Accioli Silva para dar “origem à irritação dos ânimos no Brasil, produzindo a ideia de rivalidades entre brasileiros e portugueses, aumentada ainda pelo comportamento irrefletido de muitos destes, a quem a junta prestava especial proteção”, se consolidando em conflitos militares a partir do início do mês julho de 1821 (SILVA, 1940, p 47).

De modo geral, os acontecimentos que se iniciaram em fevereiro de 1821 de adesão as Cortes, não foram capazes de inserir uma aspiração de separação de Portugal, muito menos demonstrava interesses em abalar ou contestar o poder real centralizado no Rio de Janeiro, se apresentava, inicialmente, apenas com desejo constitucional. Os confrontos entre os “brasileiros” e portugueses, intensificados nos meses seguintes daquele ano, alteraram de alguma maneira as divergências e o sentimento separatistas na colônia americana.

Os eventos de fevereiro colocaram em disputa interesses de grupos e alianças de camadas elitistas, que encontravam no conflito a oportunidade de conquistar vantagens e o fortalecimento de antigos acordos e pactos políticos entre as Cortes e setores sociais. De fato, o evento de 1821 significará uma experiência constitucional que influenciara toda a Colônia, com o desejo de cumprimento das demandas passadas.

Assim, ao debruçarmos sobre a participação da Bahia na Independência do Brasil, nos deparamos com um estudioso da temática e um dos autores mais visitados, Luis Henrique Dias Tavares (2005), referência na historiografia baiana, especialmente com seu trabalho sobre a Independência do Brasil na Bahia. Tavares analisa os fatos na província e relacionam com os acontecimentos nacionais, propondo uma discussão imbuída de fontes para amparar seus

relatos, que reitera a importância da Bahia para a consolidação da emancipação do país (TAVARES, 2005).

Sobre os conflitos instaurados na Bahia a partir do início de 1821, Tavares comenta que

Desde logo adianto que a ilação mais próxima da realidade política do segundo semestre de 1821 e boa parte de 1822 na Bahia (pelo menos até o 25 de Junho de 1822 na vila de Cachoeira, ou, com maior exatidão, até a organização e atuação do Conselho Interino do governo da província da Bahia em agosto daquele ano) ainda é a dos baianos ligados à fórmula do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e a esperança na futura Constituição. (TAVARES, 2005).

Apesar das ponderações inferidas por Tavares, nota-se, no entanto, que os acontecimentos iniciados em fevereiro de 1821, serviram para uma ampliação dos conflitos no território colonial e com tempo culminaria em resoluções imprescindíveis para fatos que levaram a ruptura da Colônia. Dentre os fatos que foram consequência do conflito iniciado em 1821, podemos citar a nomeação do brigadeiro Madeira de Melo para o cargo de governador das armas, pois este aspecto demonstra a preocupação dos portugueses as reações e agitações na província da Bahia.

A entrada maciça de tropas portuguesas na Bahia, a partir da vitória constitucional de fevereiro de 1821, acirrava, ainda mais, os ânimos e a rivalidade entre portugueses e colonos. Luís Henrique Dias Tavares averigua que:

A Bahia hospedava tropas do Exército português superiores em número de oficiais, soldados, armas e munições, aos oficiais e soldados brasileiros que viviam negados e espezinhados nos Regimentos, Batalhões e Companhias de um Exército estrangeiro. Sucedia o mesmo com as tropas milicianas de brancos, pardos e negros existentes na Bahia (TAVARES, 2005)

Por outro lado, os acontecimentos de fevereiro confirmaram as pretensões da elite baiana, consolidando os novos laços e reforçando os antigos interesses econômicos e políticos em comum entre a metrópole e a província da Bahia. Constituindo a Bahia como um espaço pronto e representativo aos interesses Colônias, assumido seu papel de destaque para o cenário que se concretizaria no ano seguinte.

A rigor, o início de 1822 foi caracterizado como um período das divisões e acirramentos de interesses na província, especialmente com os temores gerados com a chegada de Madeira de Melo e seus soldados. Neste cenário, a Bahia, especialmente a capital, viveu situações de grande agitação popular e de muita resistência a nomeação do brigadeiro e de muito controle por parte das tropas portuguesas. “A resistência legal à posse de Madeira de Melo tornou-se conhecido no dia 16 com a coleta de assinaturas para uma representação de oficiais militares e civis brasileiros à Câmara”¹ (TAVARES, p. 36)

A chegada do governador das armas a província da Bahia acirravam e demonstravam a desconfiança da Corte com relação aos movimentos que estavam tomando espaço nas ruas de Salvador. Assim, Madeira de Melo na província dividia as opiniões, recebendo apoio de alguns grupos baianos e oposição de outros. Segundo Araújo (2001), “O afrontamento que os militares portugueses tanto procuraram tinha finalmente se tornado inevitável. Era o momento de demonstrar a inutilidade das tropas compostas por caibras. Era também oportunidade de acabar com qualquer veleidade de autonomia da elite baiana.”(ARAUJO, 2001, p.32). Portanto, a nomeação do brigadeiro culminaria em afloramento e temor por parte da população baiana e dos grupos locais.

Neste cenário “pré guerra” pode-se inferir que a chegada de Madeira de Melo a Salvador significou efetivamente a quebra de pactos políticos firmados em 1821 e a declaração por parte de Portugal, de guerra, afinal, a maioria da população da província e dos militares do exército queriam um representante brasileiro no governo sendo contrariado pela Corte, o conflito então acontece. Esse posicionamento das forças do exército indica os reais interesses portugueses de continuar mantendo o Brasil subordinado aos poderes Metropolitano, agora por meio da coesão e do controle militar.

As mudanças definidas em 1822 demonstram a realidade política em que a Bahia vivia, apontando a relevância da vinda de Madeira de Melo para a província, promovendo desvios de interesses e de grupos locais e, ainda, definindo as pretensões portuguesas e nova colonização no Brasil. A solução política de consenso encontrada foi à composição de uma nova junta governativa, na qual estariam aparentemente equilibrados (GUERRA FILHO , 2004, p 21)

1.3 O Recôncavo baiano e Cachoeira nas lutas pela Independência

A junta provisória foi o principal palco organizacional do conflito na Bahia. Nela foi pensando os espaços e divisões na província e delimitado os campos de preparação para as consequências e estratégias do movimento. Considerando a Bahia como um espaço vigiado e dominado pelas tropas lideradas por Madeira de Melo, a população da capital da província começou a buscar novos lugares para morar, o Recôncavo desde então torna-se a principal rota para estas pessoas, fugindo das resistências e do medo que imperava em Salvador. Nesse momento os grupos políticos, os proprietários de terra do Recôncavo formatavam as primeiras iniciativas em busca de impedir a recolonização através do fortalecimento militar na figura de Madeira de Melo.

Nesse contexto, a região do Recôncavo com relevante importância para a economia da província, ganhava, ainda mais, destaque abrigando os refugiados e, principalmente, os grupos pro Independência, tornando a região como lugar de oposição e organização das primeiras mobilizações em busca da Independência da Bahia.

Segundo Tavares o período de fevereiro de 1822 a maio foram os meses utilizados de preparação e coordenação do conflito contra o poder português, pois as Vilas do Recôncavo se abasteciam de matérias e mantimentos para o período da guerra.⁷ Assim as vilas do Recôncavo se preparavam para receber relevante número de pessoas vindas da capital. Cachoeira foi uma das vilas que mais se destacaram nesse período, não apenas como refugio do conflito, mas principalmente vai liderar e organizar a oposição baiana contra o poder português.

As chamadas reuniões conspiratórias no Recôncavo tiveram destaque em duas Vilas principais, em Santo Amaro e, logo em seguida, em Cachoeira. Estes foram decisivos para a consolidação do processo revolucionário instaurado na província da Bahia, fazendo desses lugares um palco crucial para a história da Independência da Bahia. Assim, em 14 de junho de 1822 a Câmara da Vila de

⁷TAVARES, Luis Henrique Dias. A Independência da Brasil na Bahia. pp. 38.

Santo Amaro vereadores, senhores de terras e graduados se reuniram para discutir a situação da província e do Brasil e a sua relação com Portugal, neste evento foi decidido o apoio a centralização do poder executivo no Brasil exercido pela figura do príncipe D. Pedro. Este momento será evidenciado a primeira iniciativa declarada levando as consequências posteriores.

Cachoeira foi a principal vila nesse processo, não por acaso, a vila era a mais importante economicamente para a província, ela possuía os maiores engenhos de açúcar do Recôncavo, além da importância de seu porto para o trânsito de mercadores na Colônia. Foi em Cachoeira que o conflito configurou mais acirradamente em oposição Portugal e “Brasil”. A proporção do movimento na vila, colocou Cachoeira no centro das notícias e alerta da Metrópole no período, como aponta Tavares:

A vila de Cachoeira era em 1822 um movimentado centro comercial, o que a diferenciava das vilas de Santo Amaro e São Francisco do Conde, mais dedicadas à lavoura de cana-de-açúcar e à produção de açúcar nos seus engenhos (TAVARES, 2005)

De fato Cachoeira reunia qualidade necessária que lhe conferia tamanha responsabilidade para os fatos que sucederam na vila, sua relevância econômica e geográfica influenciará as formatações políticas também, dispendo a vila a dedicar-se e influenciar nos fatos que culminaria na emancipação da província em julho de 1823. É importante salientar que os trabalhos já realizados acerca da temática, não conferem nem dedicam-se ao Recôncavo e neste caso específico, a Vila de Cachoeira e sua população a importância mais definida na guerra, apresentando sempre como figura secundarizada e desmerecida nas maiores análises historiográfica.

Desde os primeiros meses de 1822 a vila teve seu cotidiano modificado com a chegada de pessoas vindas da Capital e com as organizações militares, assim, a vila vivenciara momentos de grandes tensões políticas e sociais.

Salienta-se que a população local, em sua maioria, recebeu bem as transformações e muitos se envolveram, saíram de suas casas, e foram as ruas da vila para manifestar alegria com abraços e vivas (TAVARES, 2005, p.99). Já a população cativa vislumbrava no contexto revolucionário um caminho possível, talvez o mais concreto de alcançar a sonhada liberdade e reconhecimento social.

O passo inicial do conflito concretamente dito vai se consolidou na manhã de 25 de junho de 1822, na vila de Cachoeira com a aclamação do D. Pedro

como “Defensor perpétuo” após a consulta realizada na janela da câmara e cadeia a população e as tropas na praça em frente. Em seguida foi feita uma missa de ação de graça em comemoração a aclamação do Príncipe, *O Te Deum* na Igreja Matriz da vila, tal evento foi surpreendido com o ataque de barcos militares português, que estavam ancorados no Rio Paraguaçu, “Assim começou a guerra pela Independência do Brasil na Bahia” (TAVARES, 2005, p.101) Três dias após os ataques a praça, os barcos liderados por Madeira de Melo foi cercado por canoas local e expulso da vila. Esse evento marca o início da guerra e da início a um conjunto de outros acontecimentos que teve como resultado a Independência da Bahia no dia 2 de Julho de 1822.

Após ataques portugueses, foi formado um novo poder na Vila denominado de Junta Interina, Conciliatória e de Defesa, indicando a tentativa de proteger a possíveis agressões e ataques a vila da Cachoeira. A sede da Junta Interina era o Hospital São João de Deus e as primeiras ações do governo foi divulgar a aclamação do príncipe e o conflito gerado logo após o ato. Assim, instalava-se então outro núcleo de poder na província, a fim de fazer oposição à Capital, dominada pelo general Madeira de Melo.

Embora esta célula do poder provincial estivesse fixada no Recôncavo, observa-se que era de modo geral formada pela elite agrária da região, assim como de figuras graduadas e politizadas vindas da capital, que colocava em disputa seus interesses e alianças como aspecto imprescindível na sua concepção. No entanto podemos colocar que o processo emancipatório na Bahia teve participação ativa e indispensável de uma parcela da população, que tinham seus papéis silenciados que vislumbrava o evento como um caminho de ascensão social.

Ademais, a participação de negros, pobres, escravos e libertos nas lutas pela Independência na vila de Cachoeira, *a priori*, apresentavam-se de maneira voluntária como infere Araujo “Na documentação da época, a participação popular de escravos e libertos e do povo pobres nas lutas de Independência de 1822, em Cachoeira, é caracterizada como um ato voluntário” (ARAUJO,2001, p.). Contudo, é importante salientar que, mesmo assumindo o voluntarismo, estes grupos se envolveram na guerra com interesses bem definidos e de caráter individual, especialmente pelo desejo da liberdade.

Desse modo, o recrutamento desses grupos subalternizados, inicialmente liderados por homens brancos e vindos da capital da Província, usava argumentos de melhoria de vida para convencer a população local integra-se no conflito e engrossar e fortalecer o poder militar dos brasileiros, como aponta Tavares:

Contudo, penso que os soldados e oficiais militares brasileiros de 1º e 2º linhas, e os muitos civis que deixaram a cidade do Salvador, naqueles finais de março e começos de abril, em barcos, saveiros e até canoas ou mesmo cavalo, passaram a ter conversas a favor do reconhecimento da autoridade do príncipe com os proprietários de terras, escravos e engenhos nos municípios de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira; alguns, seus parentes, outros seus compadres e afilhados, e ainda outros, amigos ou conhecidos” (TAVARES, 2005)

A vitória no Recôncavo e, mais especificamente na Vila de Cachoeira, aconteceu devido a contribuição popular, sem eles certamente o exército português levaria a melhor, tanto é que, apesar de toda a desconfiança e temor dos senhores de engenho da região, pela possibilidade de rebelião escrava, estes foram fundamentais para a consolidação da emancipação da Bahia. Assim, o processo iniciado em Cachoeira colocou em foco a liberdade e a autonomia, embora em sentido diversos, enquanto a população cativa e liberta almejava a liberdade do sistema escravista, os senhores buscavam na oportunidade sua independência econômica.

A constituição do exército brasileiro, especialmente com a chegada do General Labatut, vai ser formado por diversas pessoas e com diferentes realidade sócias e econômicas, este fato confere, em certa medida, uma incoerência se pensarmos numa sociedade rigidamente hierarquizada como era a Bahia neste período de 1822-1823. No entanto deve-se inferir que tais características podem indicar outros aspectos para o conhecimento do processo emancipatório na Província, em que diferente do que fomos habituados a saber, a liberdade real do país foi alcançada com a contribuição de pessoas comuns, de negros e escravizados, fato até hoje pouco estimado, principalmente nos livros didáticos (GUERRA FILHO,2004, p.67).

A participação do Recôncavo e de sua população no processo de Independência da Bahia foi decisiva para a consolidação a integração das massas populares nos acontecimentos, entretanto também é fato que estes

nomes não estão registrados na História, sendo subalternizados e invalidados quanto seu papel social. Em suas ações estavam presentes o objetivo maior de liberdade, não como se conhece uma liberdade nacional mas, principalmente, o desejo da liberdade individual conferido a luta com projetos opostos.

CAPÍTULO II

O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA LOCAL COMO FERRAMENTA PARA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE E DO PATRIMÔNIO LOCAL

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual e coletiva”

(Jacques Le Goff, 2007)

2.1 O ensino de História e a História Local

O ensino de história tem se caracterizado pela adoção de novas abordagens nos últimos anos, apontando para a valorização de questões como o cotidiano do aluno e seu local social, aspectos, até então secundarizados na construção epistemológica do saber histórico (BITTENCULT, 1989, p.40). Além disso, estas tendências historiográficas vêm possibilitando o afloramento de outras histórias e sujeitos desconhecidos, levando o conhecimento de sua contribuição e, portanto, a valorização destes na história nacional.

A produção do conhecimento na área da História no Brasil, desde seu marco inicial, perpassou pela representação dos grandes eventos, fatos e heróis, produções imbuídas de supervalorizações dos feitos nas regiões centro sul do país. Seguindo por uma perspectiva tradicional e unilateral que disseminou uma concepção linear e limitada das narrativas históricas apontando estas interpretações como únicas e verdadeiras para todas as regiões do Brasil.

As interpretações históricas difundidas no Brasil, especialmente na produção didática, trazem uma história unificada e homogeneizada, promovendo, assim, produções fragmentadas e desiguais que não conseguem dar conta das narrativas e acontecimentos a partir dos diferentes olhares, grupos e lugares no extenso território brasileiro.

As narrativas regionais e locais se apresentam, então, de forma secundária apenas como integrantes da história nacional, só interessando à historiografia enquanto aspectos de reafirmação da história nacional. O que por acaso, estivesse fora da interpretação geral no país era visto como algo menor, inferior, com valor histórico estrito e limitado ao conhecimento que deveria ser legitimado e divulgado no país.

Neste cenário, entende-se que a História não deve ser compreendida apenas como uma disciplina escolar⁸ que tem como função, reproduzir fatos históricos através de narrativas sobre os grandes eventos e heróis da História, deve-se ir muito além deste aspecto, principalmente ser entendido e incorporado na sala de aula, de modo que os alunos percebem a importância da disciplina para sua formação enquanto sujeito histórico e social. (BITTENCOURT, 2009, p.49)

Sobre isto, Circe Bittencourt aponta que, o ensino de história é importante para fazer o aluno “sentir-se sujeito histórico” e perceber sua contribuição para a “formação de um cidadão crítico”, ou seja, um cidadão pensante, capaz de analisar e de se posicionar diante das situações vividas em cada momento pela sociedade, fazendo seu papel transformador da realidade em que vive. Bittencourt aponta que a explicitação do conceito de cidadão que aparece nos conteúdos é limitada à cidadania política, à formação do eleitor dentro das concepções democráticas do modelo liberal (BITTENCOURT, 2005, p.21).

O ensino de História tem grande relevância para a educação básica, propiciando um papel educativo, cultural e político na formação do sujeito, além da importante relação com a construção da cidadania que perpassa diferentes espaços de produção de saberes históricos, que devem ser apresentados desde a macro história até a micro. Isto, portanto, requer que o professor, na sua atuação docente, relacione os fatos, proporcionando um dialogo critico com a diversidade de sujeitos, objetos, lugares e espaço.

Por meio da história local pretende-se alcançar conteúdos formativos acerca dos conceitos de igualdade, de justiça, de direitos e diferença, oferecendo ao educando experiências que perpassam os diversos aspectos dos sujeitos. Neste caso, é necessário ampliar as discussões no ensino de história, especialmente através dos conteúdos e produções que priorizem as narrativas e experiências locais, possibilitando a formação dos alunos como sujeitos cidadãos.

O ensino da história local trata das especificidades das localidades, tem uma grande importância, pois ele pode de diferentes formas

⁸Circe Bittencourt, em sua pesquisa Ensino de História fundamentos e métodos, reflete acerca da daa relação e diferenciação entre a disciplina escolar e as disciplinas acadêmicas, ilustrando sua concepção como produção coletivas das instituições de ensino.

apresentar aos alunos uma história que parta de um acontecimento ou de um cotidiano que eles conhecem empiricamente e, assim, estudar e relacionar os acontecimentos locais com os acontecimentos globais (PAIM e PICOLLI, 2007).

Utilizar a História Local⁹ no Ensino de História é possibilitar o acesso ao alunado ao conhecimento de conteúdos próximos à sua realidade, dando-lhes participação e importância no processo histórico. É uma tentativa de trazer pessoas e lugares ao cenário escolar, trazendo a memória coletiva como perspectiva de aprendizagem no ensino de História como conhecimento que também pode ser validado e produzido nas instituições escolares. A história local é entendida aqui como aquela que desenvolve análise de pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas” (HORN;GERMINARI, 2010, p. 118).

Neste sentido, propiciar ao aluno experiências que discute conteúdos que remetam ao local e ao seu cotidiano é um meio possível e eficaz de tornar o ensino mais envolvente para o aluno, levando também o melhor aproveitamento das aulas e, conseqüentemente, despertando a curiosidade em conhecer e aprender mais sobre si e seu meio. Assim, como afirmam Paim e Picolli (2007),

[...] quando o professor consegue cativar seus alunos com assuntos que lhe chamam a atenção, com temáticas que o fazem refletir e associar o seu dia-a-dia com os conteúdos escolares, os conteúdos tornam-se mais compreensíveis. Desta forma, os alunos passam a gostar de aprender história (PAIM e PICOLLI, 2007).

O ensino da História Local é uma importante ferramenta para dar voz aos sujeitos que estiveram excluídos dos conteúdos ensinados e das narrativas eleitas oficial e legítimo no processo de ensino. Ao apresentar a História Local, os alunos tendem a compreender e a problematizar o entorno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência (BITTENCOURT, 2011, p.168). Portanto, as experiências históricas de sua localidade não estão isoladas no mundo, e, vivenciou processos históricos e que notadamente merecem ser resgatados como qualquer outro evento histórico.

Podemos verificar no contexto escolar a necessidade de trabalhar nas salas de aulas uma História que represente e identifique os discentes, buscando

aproximá-los dos conteúdos históricos, tratando e corroborando com a História Local e colocando-os como sujeitos integrantes da História. Sobre isso Circe Bittencour aponta:

(...) o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa- para professores e alunos- e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento (BITTENCOUR, 2003).

O profissional de História em docência deve trabalhar este processo, ao possibilitar o conhecimento e relacionar conteúdos próximos do aluno em seus diversos espaços de convívio, na sala de aula colaborando com o desenvolvimento do mesmo, enquanto sujeito social. Assim, podemos inferir que " valorização da História local é o ponto de partida para esse processo de formação do cidadão" (NOGUEIRA, 2001).

Desse modo, o ensino de História Local, apresenta-se como um ponto referencial para a aprendizagem histórica, principalmente, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre professor // aluno // sociedade e o meio em que vivem e atuam. Nessa perspectiva, que a História Local mostra-se como um caminho importante para propiciar o despertar no alunado e um maior interesse na disciplina e nos conteúdos problematizados em aula.

Os PCN's¹⁰, se inseri a partir do principio de regularização e garantia para que os conteúdos do local e do cotidiano dos estudantes sejam introduzidos nos currículos, por meio de uma perspectiva de inserção dos conteúdos históricos, garantindo sua aplicabilidade enquanto percurso pedagógico a ser adotado nos espaços escolares. Os PCNs destacam que,

Ao ingressarem na escola, as crianças passam a diversificar os seus convívios, ultrapassando as relações de âmbito familiar e interagindo, também, com um outro grupo social – estudantes, educadores e outros profissionais –, caracterizado pela diversidade, e, ao mesmo

¹⁰ Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino da História e Geografia, aponta a necessidade de oferecer a História local nos conteúdos escolares, logo no primeiro ciclo da alfabetização.

tempo, por relações entre iguais. A própria classe possui um histórico no qual o aluno terá participação ativa. Sendo um ambiente que abarca uma dada complexidade, os estudos históricos aprofundam, inicialmente, temas que dão conta de distinguir as relações sociais e econômicas submersas nessas relações escolares, ampliando-as para dimensões coletivas, que abarcam as relações estabelecidas na sua localidade. Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço (BRASIL, 1997).

O interesse dos PCN'S em romper com o perfil tradicional de fragmentação e hierarquização dos conteúdos históricos, aponta para a importância fundamental do ensino de História, especificamente da Local, na construção de conexões entre o passado e o presente e a necessidade do seguimento de um percurso e organização de conteúdos que devem ser apresentados, até chegar as produções mais gerais e do mundo.

É indispensável, portanto, o cuidado e rigor que deve ser concebido no trabalho com os conteúdos locais, para não contradizer, ao oferecer apenas os históricos oficiais, seja dos detentores do poder, como ainda das personalidades, dos feitos e datas comemorativas entendidas, como mais importantes nesse contexto. Ou seja, é relevante contrapor essas abordagens e priorizar, outras experiências vivências e espaços. “Todos os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas, tornam-se objeto de estudo” (BITTENCOURT, 2011, p. 169).

Pode-se, todavia, apontar que é por meio do conhecimento local especialmente, que o aluno começa a construir sua identidade e a se transformar como elemento ativo da sociedade, preponderando a partir disso, a conscientização histórica e valorização das produções culturais e históricas construídas pela sua população. Processo este, que pode ser inserido como abordagem relacional entre memória local e sua relevância para auto-estima dos estudantes dentro da construção ensino-aprendizagem nos espaços escolares.

2.2 A importância da História Local na formação da identidade

A inserção e popularização da História Local nas escolas, ainda são recentes no Brasil e se deu principalmente a partir da década de 80, propondo

novas abordagens para o ensino de História nas escolas do país. A opção pela utilização da História Local no ambiente escolar abriu-se novas possibilidades e perspectivas em que pessoas e lugares próximos ao alunado se incorporam nas narrativas históricas, aspecto importante para romper com a história tradicional e linear comumente adotado no país.

Apresentar a discussão acerca da identidade, neste caso específico, centralizamos nos conceitos de identidades social (local) e histórica, e sua importância dentro das narrativas próximas ao aluno, torna-se um opção que vislumbra propiciar e problematiza a relação de ambas no processo educacional, e sua relevância para formação dos sujeitos a partir da produção do ensino de história.

Neste caso, é importante salientar que adotamos neste contexto a concepção de identidade social e sua participação no ensino de História, especialmente considerando a viabilidade e colaboração da História Local, para a formação social dos alunos. Assim, Silva aponta que a identidade

Não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada as estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2011).

Como ilustrado, as identidade seguem uma perspectiva temporal, normalmente são experiências vividas e construídas socialmente, e que se ressignificam, quando não é transformada de acordo com as interferências do meio em que se vive. Portanto as forças sócias, culturais e econômicas, tendem a influenciar na construção identitária dos sujeitos na sociedade (SILVA, 2011).

Dentro desse contexto, a História Local atua efetivamente no resgate e na formação da auto-estima do sujeito, ao propor e desnudar o passado histórico da população e sua importância na história do país, dando-lhes um novo sentido ao pertencimento local. Apontar ainda, para a relevância da sua região, cidade e de sua população na sala de aula é uma tentativa de propor um aprendizado que, alcançado tenha sentido e relevância para sua vida em sociedade.

As identidades dos sujeitos precisam vivenciar experiências formativas que colaborem com o seu fortalecimento, isto pode ocorrer, a medida que são colocados dentro do processo educativo e históricos na aulas, sendo ainda reforçado no meio de convívio coletivo. Hall contribui com essa discussão ao inserir a importância histórica

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma 'identidade' em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2011).

Desse modo, o trabalho busca propor a utilização da História Local como perspectiva educacional, com grande potencial metodológica para a formação cidadã e para auto-estima dos estudantes envolvidos, favorecendo assim, para a valorização da sua identidade e pertencimento local. Descrito como um caminho possível para favorecer um aprendizado prático e formativo dos sujeitos, a iniciativa pode contribuir ainda, para a aplicação do PCN ao apontar e centralizar a importância do ensino de História na construção da identidade individual e social dos estudantes (BRASIL, 1997).

Os conteúdos explorados no ensino de história, normalmente são produções distantes dos alunos, sejam por questões espaciais, assim como por aspectos específicos de grupos minoritários. No entanto, entende-se a importância desta realidade e as consequências que revelam a exclusão de camadas raciais e sociais nas narrativas históricas do Brasil, evidenciando assim, o quanto estes aspectos influenciam negativamente no processo de ensino-aprendizagem e dispersão das identidades dos sujeitos envolvidos.

Kabengele Munanga, propõe a discussão sobre identidade como um processo resultante da diversidade do próprio sujeito, que deve ser considerado nos ambientes educacionais. Desse modo, o autor remonta ainda a história da formação brasileira e da unidade nacional como uma perspectiva de analisar a

identidade que deve ser envolvida e relacionada no processo de formação da sociedade multicultural do país. (MUNANGA, 1999)

Assim, podemos pressupor a necessidade de tratar a educação no Brasil como uma ação que deve envolver diversos aspectos que compõe a população no país, contribuindo para o fortalecimento identitária do alunado. Por outro lado, a formação de professores nesse processo tem notável centralidade, pois ela pode assumir a responsabilidade de caminhar contra os discursos racistas, unitários e preconceituosos, historicamente enraizado nos ambientes educacionais no país. Munanga (1999) aponta que nessa relação histórica a população negra apresenta existência plural, complexa, que não permite a visão de uma cultura ou identidade unitária, monolítica.

Ainda discutindo a formação identitária dos jovens e a participação da escola nesse processo, Garcia (2007) trata da trajetória do negro na educação no Brasil, defendendo o papel da escola como instrumento de mediação na construção das identidades dos alunos, sugere ainda, que para fazer uma análise da história do negro na educação brasileira, coerente e fundamentada, deve-se levar em conta o espaço escolar em suas diferentes interfaces com a sociedade.

A construção de identidades individuais e coletivas está diretamente relacionada à memória e o pertencimento local, pois, permite que cada geração estabeleça vínculos com as gerações anteriores (GADDIS, 2003, p 123.). Considera-se, nesta análise, a História Local como uma ferramenta, um ponto de partida para valorização da história e, por consequência, da identidade local na sala de aula, dispondo e relacionando o cotidiano e a realidade dos alunos em meio à produção do conhecimento histórico.

Neste caso, podemos verificar a necessidade de trabalhar na sala de aula uma História que represente e identifique os alunos no conteúdo utilizado, tencionando buscar aproxima-los dos conteúdos históricos, demonstrando a importância da História Local, e refletindo seu papel de sujeitos integrantes da História. Sobre isso Circe Bittencour afirma que:

(...)o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa- para professores e alunos- e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é

válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento (BITTENCOURT, 2003).

Nesta perspectiva, a educação nas escolas de ensino básico e superior especialmente em territórios de características específicas e singulares, não devem ser separados do conhecimento e da História Local. Este território foi palco de um importante episódio político da História da Bahia, participando decisivamente nas lutas pela independência. Sugere-se que o processo de lutas pela independência da Bahia se iniciou em Cachoeira no dia 25 de junho de 1822, com um conflito que durou três dias entre portugueses e populações locais, que por surpresa de todos teve como vencedor o povo do Recôncavo (TAVARES, 1987). Os acontecimentos se estenderam a outras localidades do Recôncavo baiano, portanto, estes lugares, devem oferecer a sua população o conhecimento de sua importância para a história e formação do Brasil e da Bahia.

O trabalho proposto busca analisar as dimensões que a história local pode alcançar no espaço escolar, centralizando um momento específico da História da Independência da Bahia, contrapondo e propondo, esta perspectiva como aspecto potencializado na formação dos sujeitos dentro da sociedade. Assim, trilhando um caminho metodológico que tenta conectar estas questões dentro do processo educacional, salientando sua viabilidade para a valorização do indivíduo social e todas as referências construídas e vivenciadas por eles.

Apresenta o ensino de História a partir do viés local e das experiências de vida dos alunos, representa um marco referencial para o conhecimento histórico seguintes, despertando uma formação significativa e coerente com sua realidade e convívio social. No entanto, faz-se necessário uma perspectiva teórico-metodológica que insira a vida das pessoas, as memórias dos sujeitos e de dos segmentos sociais envolvidos, sugere-se a História local como partida para o processo.

A construção de identidades, coletiva ou individual está relacionada à memória, pois é no plano pessoal, quanto no coletivo que ela permite que as gerações estabeleçam vínculos e referências anteriores. Para isto, a memória pode ser preservada a partir das heranças do passado histórico, o patrimônio,

neste caso, concebe e representa bem este papel de preservação do passado e da memória.

2.3 Memória e patrimônio no ensino da História Local

A história pode ser construída através dos vestígios deixados pelos homens no tempo, ela também deve ser considerada como produções e seleções da memória. Embora sejam conceitos distintos, a História e a Memória devem sempre se comunicar, especialmente na produção do conhecimento histórico e preservação do patrimônio. Assim, podemos concluir que a memória, como o patrimônio são produtos construtores da história de um povo ou de um lugar no tempo, a partir deles, podemos encontrar características e concretude na História, mantendo-se “viva” no espaço e no tempo para a sociedade presente, como aponta Horta:

A educação patrimonial é um processo educativo em torno do patrimônio histórico-cultural cuja finalidade é levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecer, apropriar-se e valorizar a própria herança cultural, preservar os bens e os espaços em que vivem (HORTA, 1999)

A rigor, a memória é concebida como um campo da subjetividade e individualidade do sujeito, o que a coloca no lugar de desconfiança e vulnerabilidade para utilização na produção intelectual histórica. No entanto, sabe-se que a memória também, está inserida no processo coletivo das experiências humanas, tornando-a objetiva a partir da materialização, como no patrimônio material de uma sociedade ou lugar. Neste sentido, a memória, assim como a História pode ser vivenciada sem a limitação do tempo, representando as fontes vivas e legítimas na produção histórica.

Le Goff salienta a importância que deve ser atribuída à memória e a História como aspecto conferido e importante na resistência do tempo:

“A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003).

Podemos inferir o patrimônio tem a função de materializar a história tornando-a “palpável”, através da produção material, os fatos históricos conseguem relacionar passado e presente, pondo aos olhos a história viva e vista. Desta forma, o uso da história local por meio da utilização do patrimônio torna-se uma ferramenta potencializada no ensino de história, colocando o aprendizado numa perspectiva real e, principalmente, próxima dos alunos.

A relevância da memória construída e preservada de uma população, contribui, ainda, para o fortalecimento da identidade local, visto que, a memória torna-se um ponto de partida para representação do coletivo, tornando o conhecimento histórico aspecto integrante da vida real.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (MICHAEL POLLAK, 1992)

De fato, a análise tenta discutir e inferir a viabilidade por sinal, muito pertinente na produção do conhecimento de História em sala de aula o uso e a relação da História local e do patrimônio material e imaterial, neste caso, de Cachoeira e do Recôncavo. Esta abordagem, busca colocar em cena a necessidade de propor novas possibilidades no ensino de história, tentando contribuir de maneira viável em que o aluno experimenta a História da sua cidade e região no seu próprio cotidiano, através da memória fortalecendo a compreensão de sua identidade. (BUKER 2000, pág.70)

Portanto a História Local consegue possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando nesse processo o passado e o presente nos vários espaços de convivência, assim como nos patrimônios e memórias locais. De acordo com Bittencourt a “História está em todos os lugares e não é imutável como ainda é pensado, pelo contrário, é dinâmica e que mesmo em tempo remotos a História se faz presente adquirindo novos contextos” (2004, p. 193).

Desse modo, a História Local aparece como aporte teórico para que se possa compreender que todo ser humano possui vivência e experiências, cria e recria sua história, através da interface entre local e global e associando o macro ao micro, fazendo de seu lugar um espaço ímpar e integrante de um todo. Propondo por meio dos lugares de memória, os espaços e patrimônios que

interagem ao seu cotidiano, e que consegue remeter a história e sua relevância construída no tempo.

A cidade em destaque é Cachoeira, local com acervo arquitetônico e trajetória histórica muito relevante para a formação do Brasil, consegue criar uma correlação entre a história e o patrimônio¹¹ material e ainda o imaterial, a partir da memória coletiva produzida no tempo. O patrimônio imaterial entra cena por meio principalmente das experiências e memórias construídas através de fatos marcantes para o contexto do Brasil, colocando e enfatizando a cidade e esses espaços como lugares representativos da memória coletiva da cidade.

O patrimônio possui uma importante potencialidade de estimular a memória das pessoas historicamente ligadas a ele, ou seja, a população em entorno, tendem ligar os espaços a memória histórica que cada um tem. De fato, é tratar o conhecimento histórico através do presente, e por conseqüência com algo que apresente concretude do que se diz a história, faz do conhecimento gerado algo pertinente e muito mais fácil para a aprendizagem. Por outro lado, o conhecimento destes espaços históricos, gerará como resultado a valoração da riqueza local e de algo modo a preservação como método.

Tratar de patrimônio e história necessariamente nos remete a pensar em memória e identidade, fazendo deste aspecto um local formativo e privilegiado para adquirir materialidades da história. De acordo com Le Goff (1990), a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana. Assim, como aponta Le Goff, a história torna-se viva e presente através da conservação concreta da memória, por meio do patrimônio imaterial.

É importante salientar que a constituição da memória está intimamente ligada à formação da identidade social ou coletiva, pois, a partir dela, conseguimos reconhecer os fatos passados e assim conservá-los como experiência para preservar no presente. Segundo Le Goff (2007), a memória aponta por estabelecer um “vínculo” ou conexão entre as gerações humanas e

¹¹Entende-se por patrimônio “Um conjunto de bens tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Constituição da República Federativa do Brasil, 2006)

o “tempo histórico que as acompanha”. Essa relação que se torna afetivo, autoriza que essa população passe a se enxergar como “sujeitos da história”, participantes da história que o cerca.

Neste sentido, a análise proposta tenta colaborar com a produção do conhecimento sobre a importância e potencialidade do patrimônio para a preservação da memória e fortalecimento da identidade local. Fazendo destes lugares históricos um espaço de memória, referência e materialidade importante na construção identitária de sua população e consequente na formação educacional do lugar.

O patrimônio, a memória e a identidade são essências para a formação dos sujeitos históricos. Usá-los como abordagem de ensino, faz do processo de aprendizagem na disciplina de história, um procedimento muito mais interativo e sólido para os alunos, e consequentemente algo viável para a formação escolar, como também cidadã. Assim, a metodologia a partir dos lugares e patrimônios locais, proporciona um aprendizado para cidadania, fazendo destes estudantes pesquisadores e disseminadores do conhecimento trabalhado, e das experiências algo inteligível.

Nesse caminho metodológico, é que colocamos a importância e a necessidade da História local e de seu entorno nas instituições de ensino, por meio dela, o professor propõe ao alunado uma experiência formativa implicada, fazendo da realidade e do cotidiano de sua cidade, um contexto histórico em que eles estão inseridos. Portanto, a utilização do entorno do aluno, para o processo de ensino faz desse momento, educativo, mais objetivo e significativo, principalmente faz por fazer do ensino algo autêntico e útil para a vida dos alunos em sociedade.

PERCURSO DA CONSTRUÇÃO DO PRODUTO

Inicialmente foi necessário construir um forte arcabouço teórico acerca das áreas do conhecimento que a pesquisa perpassa, a revisão é de total relevância na construção do produto final, sem ela não poderíamos fortalecer, assim como, legitimar a sua importância do material dentro das produções

didáticas no Brasil. Assim, a pesquisa segue um rigor metodológico que tenta preencher algumas lacunas e tornar a análise algo viável para utilização em sala de aula.

Esse trabalho segue o viés de uma pesquisa implicada, que considera os sujeitos participantes do processo, pessoas que estão de alguma forma envolvida e diretamente preocupada com a produção do conhecimento. É uma discussão que deseja verificar os olhares e relatos dos sujeitos envolvidos, colocando no processo e nas experiências construídas no percurso, isto surge, principalmente pelo lugar e relação estreita com a cidade e a região da pesquisa.

O objetivo da pesquisa realizada é ancorar teoricamente para produção do livro paradidático sobre a participação de Cachoeira e o Recôncavo nas lutas pela Independência da Bahia, através da construção epistemológica entre o conhecimento histórico e a memória coletiva construída a partir dos patrimônios materiais testemunhos dos acontecimentos na época. Aflorando novas discussões e conhecimentos que foram silenciados pela história oficial.

Desse modo, após muitas dúvidas e mudanças foi escolhido o livro paradidático como uma ferramenta para a produção da pesquisa. O livro é um suporte para o professor, que desejar trabalhar com o conteúdo sobre a Independência, apesar de sua intensidade escrita ele consegue de maneira simples discutir variados pontos pouco centralizados em sala de aula, especialmente pela ausência das questões nos livros didáticos.

O paradidático insere-se na perspectiva de apoiar o professor e consequentemente ao aluno, considerando a ausências de matérias didáticos mais diversos e democráticos nas escolas públicas do Brasil. A falta de produções que promovam diversidade do conhecimento é ainda mais raro encontrar, o que por vezes leva ao professor usar os mesmos materiais tradicionais e limitados de sempre pelo fácil acesso.

Neste sentido é que o paradidático: *Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo* propõe uma análise mais democrática, enfatizando sujeitos, lugares e regiões poucos trabalhadas em livros didáticos e nos ambientes escolas. Tal fato já nos confere importância e relevância para a utilização nos espaços de conhecimento, especialmente os lugares próximos e

que foram cenários das histórias do livro, levando aos sujeitos percebe-se no processo.

Priorizando o conhecimento que se inicia a partir do local, do que é mais próximo a realidade dos estudantes, podendo assim, provocar seu interesse e curiosidade, e por consequência despertando sua identidade. Esse foi nosso objetivo, fazer um trabalho com a história nacional, conteúdos cobrados nos currículos escolares, porém através da discussão dos acontecimentos locais, dos lugares e sujeitos ligados a realidade dos estudantes.

Embora, com muita dificuldade de encontrar referenciais e fontes sobre esses lugares e sujeitos, conseguimos tratar minimamente a contribuição destes à história do Brasil, especialmente nos dois últimos capítulos. Neles centralizamos a região do Recôncavo, as personagens locais e principalmente os lugares e patrimônios que representam a memória da história da Independência.

Esse trabalho vem junto a imagens antigas e atuais, buscando provocar o interesse de seus leitores e conseqüentemente melhorar o conhecimento histórico centralizado. Além da carga imagética, pensamos no cenário, desenhos gráficos e nas cores como ferramentas que venha a colaborar no livro como um todo, fazendo do material um produto agradável e bonito de ser ver e conhecer.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, VANESSA. P. **As experiências do uso de máscaras por mulheres: as Caretas do Mingau**. UFRB, 2017. (Mestrado em 2017). Programa de Pós-Graduação em 2017, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira.
- ALBURQUERQUE, W. R. **Algazarra nas ruas: Comemorações da independência na Bahia (1889-1923)**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- AMARAL, B.; SILVA, I. A. C. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919. p.47
- ARAÚJO, U. C. **A Guerra da Bahia**. Salvador: CEAO, 2001.
- BARROS, J. S. **Saubara dos cantos, contos e encantos**. Feira de Santana: Relomaq Gráfica Rápida, 2002.
- _____. **Saubara dos cantos e encantos**. Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.
- BITTENCOURT, C. F. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. Identidades e ensino da história no Brasil. In: CARRETERO, M. (Org.) **Ensino da história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- _____. Identidade nacional e ensino de história no Brasil. In: KARNAL, L. (Org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BRANDÃO, M. A. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares da educação**. Brasília, DF: MEC, 1997.
- CARVALHO, J. M. **Os esplendores da imortalidade**. Folha de São Paulo, 1999.
- COSTA, E. V. **Monarquia à República: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DIAS, M. O. S. A Interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTA, C. G. **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GADDIS, J. L. **Paisagens da História: Como os Historiadores Mapeiam o Passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GARCIA, R. C. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GUERRA FILHO S. A. D. **O povo e a Guerra**: A participação popular nas lutas pela Independência da Bahia. 2004. (Mestrado em 2004). Programa de Pós-Graduação em 1997, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 103-133.

HORTA, M. L. P. et al. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999.

JANCSÓ, I. **Na Bahia, contra o império**: história do Ensaio de Sedição de 1798. Salvador: EDUFBA, 1976. 222p.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Cortez, 2010.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011b. p.73-102.

MALERBA, J. Introdução – Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002). In: MALERBA, J. (Org.) **A independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. São Paulo: Vozes, 1999.

MILTON, A. **Efemérides cachoeiranas**. Salvador: UFBA, 1979.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAIM, Z. **Isto é Santo Amaro**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2005

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200 - 212.

REIS, João José. **O jogo duro do dois de julho: o “partido negro” na independência da Bahia.** In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.

TAVARES, L. H. D. **Independência do Brasil na Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2005.

ANEXOS







Caminhadas com escolas de Cachoeira - 2016





Caminhadas e oficinas com escolas de Cachoeira - 2016

FUNDAMENTAL II
ANOS FINAIS



INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL **Na Bahia:**
Memória e Patrimônio no Recôncavo



Tamires Costa

FUNDAMENTAL II ANOS FINAIS



INDEPENDÊNCIA DO BRASIL **Na Bahia:** Memória e Patrimônio no Recôncavo



Tamires Costa



Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora
e dos Povos Indígenas



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

Pesquisa
Tamires Costa

Projeto gráfico e diagramação
Tatiele Silva

Fotografia
Tamires Costa, Vanessa Pereira, Bárbara Nogueira e Jomar Lima

Esse livro foi desenvolvido como produto do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas sob a orientação da Prof^a Dr^a Rita Dias Pereira de Jesus e Co-Orientação do Prof. dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

A pesquisa na qual se desenvolveu o livro teve apoio da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

Agradecimentos!

Não cheguei até aqui sozinha! Na vida, construímos conhecimentos por meio das experiências e das vivências coletivas. Minha vida acadêmica foi marcada por bons momentos, conheci profissionais incríveis que marcaram minha formação. Esse trabalho sem dúvida foi, o mais diferente e difícil de tudo que já fiz, e por isso, me trouxe medo, estranhamento, desânimo, mas principalmente o desejo de superar as dificuldades, acredito que conseguir! A satisfação pela finalização dessa etapa é ainda maior, por está contribuindo para a educação da minha terra, fazendo algo positivo, que ajuda para o fortalecimento e valorização do conhecimento dos meus. Só por isto, já sinto uma enorme alegria, um prazer pessoal.

Sobre pessoas que tive a sorte de conviver e aprender posso falar de um dos meus orientadores. Realmente fui uma sortuda, foram duas pessoas competentes, pacientes e queridas, me auxiliando durante todo esse tempo no mestrado. Ao professor *Sérgio Guerra Filho*, agradeço por tudo, pelas críticas, orientações e correções, aprendi muito e levarei para vida os ensinamentos. A minha orientadora pela segunda vez, professora querida e amada *Rita Dias*, obrigada pela confiança, pelo respeito e por tudo que representa para mim, a senhora é minha referência. Falando em referência, não poderia deixar de agradecer ao professor *Cláudio Orlando*, indiretamente ele esteve comigo nesse processo, agradeço todos os dias pela sua existência e por ter tido o prazer de conhecer mais, esse ser lindo e especial que o senhor é!

Gratidão à todos vocês, a minha família, motivação e força para lutar, aos amigos, ao corpo docente do *Mestrado (UFRB)* que me deu a oportunidade de aprender e expandir minha formação, à *Cachoeira* pela inspiração diária!

SUMÁRIO

À Ao estudante	9
Introdução	11
Contextualizando a História: A Bahia na Independência do Brasil	13
Contextualizando o processo da Independência do Brasil (108-1823)	14
O dia do “grito”: Independência para o Brasil	18
História e Ficção	19
Outros símbolos, novas referências	20
Começa a Guerra...	21
Vamos escrever?	24
O Recôncavo da Bahia e seu papel nas lutas de Independência	25
O Recôncavo baiano nas lutas de Independência na Bahia	26
Santo Amaro/Saubara	27
Cachoeira e São Félix	29
O protagonismo popular e o recrutamento de soldados na Guerra	32
As mulheres em Guerra na Bahia	34
Maria Quitéria de Jesus	34
Maria Felipa	36
As caretas do mingau de Saubara	38
Vamos escrever?	40
História e Patrimônio: lugares de Memória da Independência em Cachoeira-BA	42
Lugares de Memória: “Cachoeira respira história”	44
Mapa do Centro Histórico de Cachoeira	48
Casa de Câmara e Cadeia	49
Praça da Aclamação	51
Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	52
Casa nº 23 Rua Dr. Milton	54
Conjunto da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira	56
Praça Teixeira de Freitas	57
Vamos escrever?	58
Cronologia da Independência na Bahia	59
Referências	62

ORGANIZANDO SEU ESTUDO

Para facilitar o seu estudo, os conteúdos estão organizados em capítulos. Então vamos lá! Sempre que aparecer algum destes signos visuais, você terá um tipo de texto específico, que tornará sua leitura e aprendizagem muito mais dinâmica. Cada um destes símbolos quer nos dizer:



Curiosidade

Algo inusitado e/ou surpreendente sobre o assunto.



Citação

Registro de textos de pesquisadores/as especialistas nas temáticas.



Leitura de Imagem

Proposta de interpretação de conteúdo a partir de imagens, gravuras, desenho, etc.



Saiba mais!

Apresentação de uma informação importante sobre o tema.



Acesse na internet

Sugestão de fonte de pesquisa na internet com endereço eletrônico.



Você sabia?

Indicação de curiosidades históricas sobre o tema.

À | Ao Estudante!

O livro, “Independência do Brasil na Bahia: memória e patrimônio no Recôncavo”, é uma produção didática, elaborada com o objetivo de socializar o conhecimento histórico sobre a temática da Independência na Bahia, a partir dos fatos ocorridos no Recôncavo, explorando, principalmente, o conteúdo que centraliza os acontecimentos e a contribuição decisiva da Bahia no processo de emancipação política do Brasil, no século XIX. Oferece, ainda ao público uma viagem aos momentos marcantes do processo que resultou na Independência do Brasil na Bahia, apresentando a história a partir das participações da população das Vilas da Região do Recôncavo.

O tema central do livro é o processo de Independência ocorrido na Bahia, em 1823, no entanto, a narrativa é direcionada para outras histórias e lugares até então pouco explorados, como é o caso das Vilas do Recôncavo na guerra. O Recôncavo durante o conflito assumiu um importante papel na organização política e estratégica, colocando parte de sua população, com papel significativo para a consolidação da vitória brasileira.

Trabalharemos em prol da conscientização sobre importância do acervo patrimonial e da memória coletiva, construída sobre os lugares que foram cenário dos acontecimentos das lutas pela emancipação do Brasil, especialmente os que existem em Cachoeira, tendo como principal objetivo possibilitar o conhecimento da história a partir da utilização desses espaços e símbolos históricos, como instrumentos e estratégias de ensino e de aprendizagem no ensino de História.

Os conteúdos e temas abordados poderão auxiliar o conhecimento e reflexões acerca do processo que resultou na Independência do Brasil, por isso é importante que aproveitem o livro e tudo que ele oferece, conheça mais sobre a região do Recôncavo baiano, sua população, sua importância para o Brasil e para a História da Independência na Bahia, no século XIX.

O livro é composto por três capítulos, que abordarão os fatos históricos relacionados à Guerra e os processos que envolveram a região do Recôncavo da Bahia, principalmente as cidades de Cachoeira, São Félix, Santo Amaro e Saubara e Salvador.

No primeiro capítulo apresenta-se a realidade histórica nacional, discutindo o Brasil, as influências internas e externas, especialmente, as de ordem econômica e política. Nesse capítulo, o público conhecerá os momentos decisivos para a situação da então Colônia portuguesa, levando até a entrada da Bahia no conflito em prol da Independência.

No segundo capítulo, discutiremos a participação das populações das Vilas do Recôncavo na guerra, apresentando as principais motivações que influenciaram a entrada dessas Vilas nas lutas pela Independência na Bahia. Tratando ainda, da contribuição dos grupos marginalizados (escravizados, libertos, mulheres, pobres etc...) que participaram da guerra na Bahia, e que, portanto, devem ser reconhecidos pela história.

No último capítulo retratamos, mais especificamente, a Vila de Cachoeira e a participação de sua população no movimento de luta pela independência do Brasil. Nesse capítulo são explorados os principais fatos que organizaram e definiram o início da guerra contra Portugal. Apresenta-se a riqueza patrimonial da cidade, seus prédios, praças e igrejas, relacionando com os fatos históricos da Independência, discutindo sua importância para a educação histórica e patrimonial, e seu valor na formação para a cidadania.

Introdução

Para muitos, a Independência do Brasil ocorreu no dia 7 de setembro de 1822, data do ato heróico de D. Pedro, ao levar o país ao fim de um período de dependência e obediência à Coroa portuguesa. No entanto, a separação do Brasil, foi um processo muito mais complexo que deve ser considerado. A Bahia e a luta de sua população pela Independência representam um dos mais importantes momentos da história nacional.

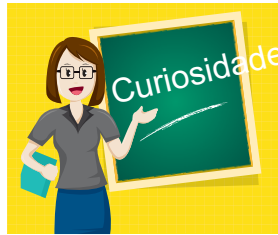
As lutas populares e o famoso “grito” às margens do rio Ipiranga, em São Paulo, representava a finalização da relação de exploração do Brasil por Portugal, levando ao entendimento que o país e toda população viveriam uma nova realidade política, de mudanças sociais e prosperidade econômica. Porém, a História seguiu outro caminho, e o “grito” não foi ouvido em todas as partes do Brasil, nem para todas as pessoas e classes sociais. A Independência, na prática, foi vista e sentida de maneiras diferentes, dependendo da classe social e da região do país. A Independência não produziu os efeitos esperados, principalmente para os escravizados e para a população mais pobre da época.

Um bom exemplo desse fato aconteceu na Bahia, que mesmo após a da separação do Brasil de Portugal em 1822, continuava vivendo com a vigilância e dependência econômica portuguesa, ao mesmo tempo em que, parte de sua população encontrava-se em extrema miséria, e a economia ainda muito ligada às praticas e políticas lusitanas de controle da população, e do comércio em especial. Essa realidade, foi motivo de insatisfação e revolta, da maioria da população da província.

A província da Bahia, durante o período de novembro de 1821 a julho de 1823, viveu em grande tensão, medo e agitação. Houve guerra, luta e desejo de separação de Portugal. O grito dado em setembro de 1822, no Ipiranga só foi ouvido e produziu resultados reais em julho de 1823, com o fim da guerra em Salvador, após duro e heróico combate pela Independência do Brasil na Bahia.

No entanto, a “cidade da Bahia” como era conhecida a capital, Salvador, não fez a guerra sozinha, nem poderia sair vencedora das lutas, sem a ajuda de outros lugares e pessoas da província. É nesse contexto que a região do Recôncavo baiano entra em cena, um dos principais lugares de apoio ao conflito contra os portugueses, parte de sua população foi decisiva para a consolidação da vitória dos baianos, no dia 2 de julho 1823.

É fato que a guerra na Bahia foi também uma oportunidade de diferentes classes sociais, reivindicarem seu espaço. Entretanto, os interesses dos grandes proprietários de engenhos do Recôncavo não eram os mesmos dos negros escravizados que visavam sua liberdade, fazendo desses interesses, uma grande contradição no conflito, ao ameaçar o poder da elite local. Cada grupo lutava em busca de seus objetivos, com desejos individuais e coletivos.



O Recôncavo da Bahia na época da guerra era uma região de grande movimentação econômica e política, destacando-se principalmente pela produção e exportação de cana-de-açúcar nos inúmeros engenhos (fábricas produtoras de açúcar) ali instalados.

A Independência poderia significar liberdade para a maioria da população negra da Bahia, submetida ao sistema escravista. Muitos dos escravizados viam na participação da guerra o fim da condição desumana em que viviam. Já os ricos e brancos (senhores e senhoras de engenho), buscavam mais liberdade de comércio dos seus produtos, do açúcar, principalmente. Eles acreditavam que a relação de dependência econômica e política do Brasil para com Portugal impedia seu enriquecimento e aumento do seu poder.

A contribuição das populações das Vilas do Recôncavo durante guerra foi importante para a sua organização estratégica, especialmente com o envio de soldados para fortalecer o exército brasileiro. Naquele cenário conflituoso, podemos dizer que entre tantas Vilas e distritos do Recôncavo, algumas se destacaram, colaborando para a consolidação da guerra, e da vitória brasileira, dentre elas podemos destacar: Santo Amaro/Saubara, São Francisco do Conde, Maragogipe, Cachoeira/ São Félix .

A movimentação das populações do Recôncavo era grande e mudava o cotidiano das Vilas envolvidas, principalmente, com a chegada de pessoas vindas da capital, fugindo do exército português. Outra agitação, muito comum no período da guerra, era para a organização de milícias e recrutamento homens, para servir nos batalhões durante os conflitos na Capital.

No interior da província, a Vila de Cachoeira teve grande destaque, assumindo o papel de principal liderança política revolucionária na região durante a guerra. A participação de grande parte de sua população, junto à de outras Vilas, foi importantíssima para o fim da guerra, e para conquista na Bahia.

As Vilas do Recôncavo baiano desempenharam um papel importante para a libertação do Brasil de Portugal. Portanto, devemos considerar o valor histórico desses lugares, reconhecendo a participação de sua população como marcante no processo, que foi significativo para a consolidação da unidade, e para a libertação territorial do que hoje chamamos de Brasil.



1

Capítulo

.....

CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA: A BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

.....



CONTEXTUALIZANDO O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1808-1823)

Conhecemos a história que envolveu o processo de emancipação do Brasil, principalmente, no contexto vivido na Capital da Colônia, o Rio de Janeiro, e os acontecimentos que lá foram protagonizados. Essa realidade nos oferece uma visão reduzida e limitada do processo histórico que possibilitou ao Brasil ser um território livre do poder português no século XIX.

Apresentaremos o processo histórico através de outras narrativas, explorando a participação de sujeitos e espaços em outra dimensão e realidade diferente da Capital da Colônia. Naquele período não existia Brasil, como uma unidade política, portanto eram comuns projetos e interesses individuais e coletivos diferentes e, até mesmo, opostos.

A separação do Brasil em relação à Portugal que oficialmente, aconteceu em 1822, mas sabemos que aquele momento, foi um ato representativo, simbólico e não uma ação efetiva, suficiente para concluir a ligação de dependência entre o Brasil e o governo português. Isso revela a fragilidade de uma independência harmoniosa e amigável como se fosse possível considerarmos a necessidade de econômica para a sobrevivência de Portugal e sua maior Colônia.

Desde a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, quando fugia das guerras na Europa e, principalmente da França, e do cerco do exército napoleônico, que ameaçava invadir Portugal, o Brasil iniciava gradativamente o processo que resultaria na separação de Portugal, e conseqüentemente, o fim do Sistema Colonial:



A vinda da família Real portuguesa para o Brasil, foi um momento crítico, levando a realeza portuguesa a “fugir” da sua metrópole em direção a sua única fonte de sobrevivência, sua colônia, fato nunca antes ocorrido. (DIAS, 1972, p.166)

Ao instalar-se em terras brasileiras, a Corte portuguesa iniciava um projeto de transformação, voltado principalmente para a criação de um espaço minimamente organizado e a altura de receber a nobreza portuguesa. Com isso, a chegada da Corte na sua Colônia, acabou criando as condições mínimas necessárias de estrutura física e administrativa para sua instalação, influenciando diretamente a construção de um Brasil independente.



Entre as mudanças que marcaram a história da Colônia, Portugal decretou a abertura dos portos, ao livre comércio às nações amigas, já em 1808, favorecendo especialmente a Inglaterra, depois ocorreu a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815. Essas são as principais mudanças realizadas por D. João, marcando, definitivamente, a alteração e condição entre Metrópole e Colônia. Esses dois atos representam o fim da relação de monopólio e do regime colonialista da época. Na prática, essas mudanças foram essenciais para a Independência do Brasil, poucos anos depois, inclusive através das ideias revolucionárias, que foram facilitadas com essas mudanças, como Emili Vioti da Costa já dizia:



“À abertura dos portos em 1808 e a entrada de estrangeiros em número crescente a partir dessa data, intensificando os contatos entre Europa e Brasil, facilitaram mais ainda a divulgação de ideias revolucionárias.” (COSTA, p.28). Contribuído, ainda mais, para o aumento do sentimento de liberdade e Independência da população.

A mudança da Corte para o Brasil marcou o começo de uma nova era. Significou uma rápida alteração na então Colônia, principalmente no Rio de Janeiro, capital do Brasil, invertendo os papéis, entre Portugal e Brasil, ou seja, a Colônia assumiu o lugar de metrópole, centro político e administrativo da Corte portuguesa. Essa situação inusitada ajudou a criar um ambiente fértil de conflito e divergências, especialmente entre os portugueses, descontentes com a posição “inferior” em que se encontravam, o que acabou contribuindo ainda mais, para a oficialização da separação política entre Brasil e Portugal.

Em Portugal, essa situação de inversão de posição com o Brasil, somada a crise econômica e política que vivia a Europa, motivou o início da Revolução do Porto de 1820. Os revolucionários portugueses exigiam, principalmente, o retorno da Corte à Metrópole, e com ela, todos os poderes centralizados em Portugal, como era antes da mudança da Corte para o Brasil. Essa transformação na ordem provocou grandes perdas em Portugal, gerando, revolta e conflito por grande parte da população que vivia em crise econômica e dos setores dirigentes da sociedade portuguesa.



A Revolução do Porto de 1820 ou Revolução Liberal recebe esse nome, porque começou na cidade do Porto e se espalhou para outras cidades portuguesas.

O conflito gerado entre a Colônia e Portugal, foi fortemente influenciado pela revolução do Porto em 1820. As diferenças e queixas entre eles foram renovadas e intensificadas com os conflitos iniciados a partir desse período. Assim, a Revolução Liberal vai marcar a história como o “golpe final” para a formalização da Independência do Brasil..

TRABALHANDO COM IMAGENS...



- ⇒ Observe a imagem ao lado e perceba seus aspectos principais. É uma imagem que tenta simbolizar a agitação nas Cortes pelo desejo de reorganização do sistema Colonial.
- ⇒ Quais detalhes chamaram mais sua atenção? Na imagem notam a presença totalmente masculina, entre eles possivelmente tinham “brasileiros” ou só portugueses?

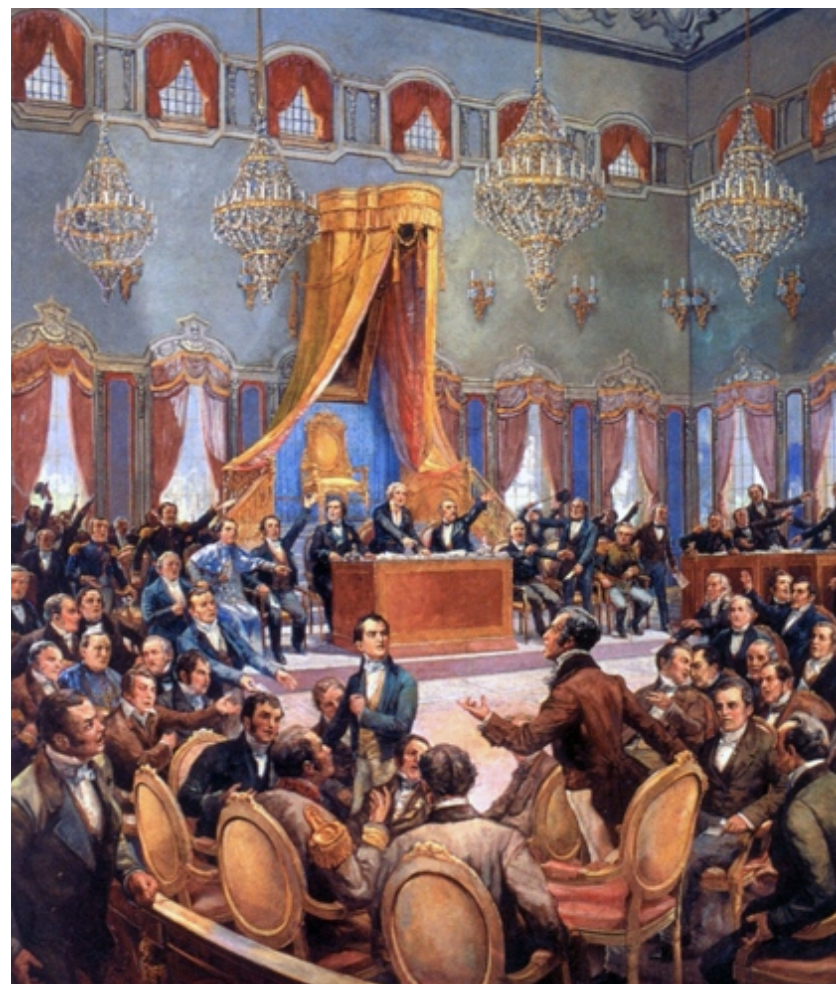


Figura 1

Quadro “*A corte de Lisboa*” de Oscar Pereira Silva (1865-1939). A cena retrata deputados reunidos em Assembléia numa sessão das Cortes de Lisboa em 1820.



De fato a Revolução de 1820, em Portugal, colaborou com o aumento das divergências e da pressão sobre a situação conflituosa da colônia portuguesa, especialmente a partir das medidas de controle e centralização econômicas impostas ao Brasil. Essas ações extremas e descontroladas das Cortes foram essências para a eclosão da guerra, principalmente, porque contrariavam os interesses dos senhores de terra, escravos e seus negócios com a Europa.

O historiador Istvan Jancksó reforça essa ideia de instabilidade vivida naquele período pela Colônia portuguesa ao dizer:



Desde então, os conflitos tornaram-se rotineiros, com as ruas das principais cidades do Reino do Brasil tomadas pelos homens do comum que delas se apropriaram, transformando-as em cenário do seu pretendido ingresso na esfera da política. (JANCKSO, 2005, p. 42)

Esse momento de crise e conflitos em Portugal influenciou diretamente os acontecimentos na sua Colônia. As notícias chegaram e se espalharam para outras regiões além da capital. Intensificando as desavenças e o descontentamento de alguns setores políticos, e parte da população, principalmente, nas províncias de maior visibilidade e importância econômica na Colônia, como da Bahia. Em 1821, D. João e a Corte, após treze anos no Rio de Janeiro, depois de muita pressão e ameaças decidem finalmente retornar a Portugal. Essas notícias foram recebidas no Brasil com grande desconfiança e certo medo pela população e pelos grandes proprietários. Nessa altura D. Pedro decidiu ficar (*Dia do Fico*) no Brasil, contrariando o desejo da Corte portuguesa, e atrapalhando seus interesses de retomar o controle colonial. Ficar no Brasil significava desobedecer as Cortes e, por consequência, criar um conflito político entre Colônia e Metrópole, e assim aconteceu.



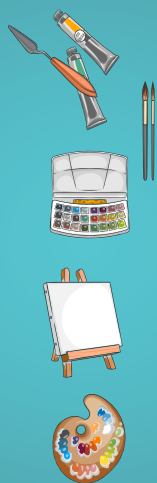
O episódio conhecido como “dia do Fico” -9 de janeiro de 1822- consistiu na afirmação do príncipe regente D. Pedro em permanecer no país após ter sido conclamado à regressar a Portugal pelas Cortes de Lisboa, consagrando a não ruptura com Portugal.

Com D. João VI de volta para Portugal, seu filho D. Pedro ficou como principal representante do Império, no Brasil. A política adotada pelo príncipe, inicialmente, foi de imparcialidade e, por vezes, mudava de lado para outro, dividido entre os brasileiros e portugueses. Era uma tentativa de manutenção do regime monárquico e da conservação do poder português no Brasil.

Nesse caso, não podemos esquecer, que D. Pedro era um representante da nobreza portuguesa, e de alguma forma, assegurava a continuação do poder português no Brasil, embora em muitos momentos, ele se colocasse de maneira dividida entre os interesses do Brasil e os de Portugal. Podemos assim concluir que o processo de emancipação do Brasil não alcançou os anseios da maioria da população principalmente, da parte mais pobre.

O dia do “grito”: Independência para o Brasil

TRABALHANDO COM IMAGENS...



As pinturas sempre foram usadas como uma ferramenta de identificação. Era muito comum pintar momentos históricos que simbolizassem os fatos e os grandes heróis. Nesse período as pinturas e quadros assumiam a responsabilidade de unificar um povo por meio da memória coletiva representadas nas imagens. O quadro ao lado ressalta um momento marcante da História do Brasil propondo criar uma narrativa positiva do fato, em que D. Pedro tem o destaque, como podemos observar.



Figura 3: A tela “Independência ou Morte”, pintada por Pedro Américo foi encomendada por Pedro II ao artista, e foi pintada em 1888, em Florença (Itália).

A tela “Independência ou Morte”, pintada por Pedro Américo foi encomendada por D. Pedro II ao artista, e foi pintada em 1888, em Florença (Itália), 66 anos depois do grito do Ipiranga. O quadro tornou-se símbolo da Independência do Brasil, gravando na memória coletiva a imagem do ato magnífico, do herói, do local e da ação decisiva e valente D. Pedro ao libertar o Brasil. Esses aspectos distorcem a história e não exploram o processo de luta que se desenvolveu posteriormente, em outras províncias, e que de fato, foram responsáveis pela Independência do Brasil. Observem o que conclui o historiador José Murilo de Carvalho ao analisar a imagem:



- ⇒ *“Dom Pedro não podia montar a besta gateada de que falam as testemunhas. O pedestre animal [...] teve o desgosto de ser substituído no quadro pela nobreza de um cavalo. Com maior razão, [...] o augusto moço não podia ser representado com os traços fisionômicos de quem sofria as incômodas cólicas de uma diarreia, [...] o motivo da parada da comitiva às margens do Ipiranga [...]. O uniforme da guarda de honra também foi alterado. A ocasião merecia trajes de gala, em vez do uniforme ‘pequeno’. [...] Pedro Américo atendendo a finalidade da encomenda, buscou construir a imagem de um herói guerreiro, criador de uma nação. [...]” (Carvalho, 1999, p. 48)*



Saiba Mais!

Mesmo com a Independência o Brasil permanece no regime monárquico com um representante português no poder, manteve-se ainda a mesma estrutura econômica e o sistema escravista como base de sustentação.

História e Ficção

7 de setembro é a data oficial do calendário de comemorações da Independência do Brasil. Foi no dia 7 de setembro de 1822, que D. Pedro I, então representante português ainda no Brasil, oficializa a Independência do Brasil, o nascimento de uma nova “nação”, interessado em evitar sua volta a Portugal.

Assim, após a exploração e dos séculos de dependência do Brasil, foi um português, um representante da nobreza, o mesmo que tirou/usou que trouxe a solução e saída para a então Colônia portuguesa. Construindo, um evento isolado da participação popular, escravizada ou livre, de qualquer relação ao contexto da época, e do mesmo modo, desqualificando a contribuição dos brasileiros na conquista de sua própria liberdade.

A criação da Independência do Brasil em 1822, verdade foi uma atitude pensada e necessária para a continuação de D. Pedro I no Brasil que, por sua vez, contrariava seu pai D. João VI e a todo o seu país. A data, sugere uma conclusão e resolução de problemas, especialmente a ligação com a imagem exploradora de Portugal. Na Colônia, no entanto, as contradições e conflitos entre portugueses e brasileiros não estavam nem próximo de terminar, a declaração de Independência em 1822 só aumentou os conflitos entre eles.

Após o 7 de setembro de 1822, a população brasileira ainda vivia sob o controle dos portugueses, continuavam dependentes e ligados, principalmente pela economia, contrariando os interesses dos envolvidos, em especial da Aristocracia rural e escravocrata, desvantagem e prejuízo com essa situação.

Assim, a população em geral estava ainda vivendo com as mesmas relações de antes, dependente econômica e politicamente e sob o controle e poder de Portugal, comprovando a inutilidade da mera declaração de Independência. Algumas regiões em particular, vivenciaram ainda mais fortemente o controle dos portugueses, principalmente em lugares de destaque econômico, como era o caso da Bahia.

De certo que isso influenciou o início dos conflitos e de uma guerra pela Independência do Brasil entre 1822 a 1823. A Bahia sofreu com grande resistência de término do abuso português na sua produção econômica. A separação do Brasil significava, para o governo português, um grande baque nas suas finanças pela perda do controle da produção de açúcar da Bahia e do Recôncavo.

Outros Símbolos, novas referências...

Alguns outros lugares no Brasil foram construindo seus próprios símbolos de referência à memória da Independência do país. Para além das representações artísticas criadas com o intuito de marcar e unificar a experiência como um ato de importância coletiva, a favor principalmente do interesse político de construir uma história nacional, outros símbolos tiveram sua criação nos espaços populares, a partir de vivências e referências coletivas das populações dessas regiões.

Na Bahia, um exemplo desses símbolos é o Caboclo (figura masculina) e a Cabocla (figura feminina) como representação da diversidade. Além dos caboclos temos outras personagens como Maria Felipa, Maria Quitéria e Tambor Soledade, fazem parte da memória popular no conflito. Representam os desejos de grupos sócias, esses símbolos principais nas comemorações e na memória das lutas da Independência da Bahia, sugerem muito mais que um interesse e necessidade oficial, eles colocam na cena e na história a diversidade de atores e a importância concreta desses grupos no processo de emancipação, levando-os ao espaço central da memória e das comemorações até os dias atuais.

Os Caboclos são as principais atrações das comemorações de Dois de Julho. São esculturas de Indígenas que, até hoje, saem às ruas para fazer parte do cortejo cívico celebrativo da Independência na Bahia.
(Wlamira Albuquerque. 1999)



Figura 4 Fonte: Arquivo pessoal, 02 de julho de 2016

O Caboclo é o símbolo maior da Independência na Bahia. Ele representa a relação cívica, religiosa e cultural dos baianos nas comemorações do 2 de julho, reunindo sentidos identitários, culturais e religiosos em uma mesma figura histórica, referenciado como protagonista do “povo” da terra.



Na cultura popular, o caboclo se apresenta como referencial ligado a ancestralidade indígena; valente, corajoso e herói fundador do Brasil, visto a partir de referências religiosas, patriótica e étnica, como um símbolo de força. Frequentemente é evocado como personagem afro, ligado a diversidade religiosa e cultural, colaborando, portanto, para uma aceitação maior das diversas crenças na Bahia.

A figura do Caboclo dos desfiles de 2 de julho em Salvador e algumas cidades do Recôncavo acima de tudo, revela a criação simbólica da nação brasileira, a representação concreta e mais próxima da realidade do povo do Brasil, simbolizando as diferenças e semelhanças que formaram a nação brasileira, principalmente com seu significado de força, luta e identidade coletiva. Mais que construções cívicas e patrióticas como fomos ensinados a naturalizar e aceitar como símbolos, as figuras do Caboclo e da Cabocla, remete aos sujeitos comuns e essenciais para a formação do Brasil.

A permanência das representações Caboclo e da Cabocla até os dias atuais nas comemorações do 2 de Julho, demonstra sua importância, como uma menção a população nativa, à frente da disputa e no conflito gerado entre brasileiros e portugueses, e ainda no presente, assumindo e resignificando a identidade local e sua contribuição para a vitória contra os “invasores” portugueses.

A Bahia tem a personalidade de um país e Dois de Julho é o seu principal mito de origem. (João José Reis)

Começa a Guerra...

A independência do Brasil não se restringiu apenas aos acontecimentos relacionados ao processo de Independência no Rio de Janeiro como ficou registrado. A independência foi um importante movimento que ocorreu em diversas províncias brasileiras, algumas com intenso histórico de conflito e rebeldia, como ocorreu na Bahia. O desejo pela liberdade do Brasil era de interesse de muitos, desde a população mais pobre, até os senhores de terra, os principais preocupados com o fim da dependência colonial imposta ao Brasil.

A Bahia no período da guerra, era uma província muito importante, principalmente em relação à sua contribuição na economia da colônia, como maior produtor de cana-de-açúcar da época, o principal produto de exportação. Salvador foi capital da Colônia portuguesa por mais de dois séculos, sendo substituída pelo Rio de Janeiro em 1763. Apesar da mudança da capital, a Bahia ainda era uma província rica e de muito prestígio político, o que a tornava uma região de destaque em toda Colônia.



Capitania hereditária foi o primeiro formato administrativo da Coroa portuguesa para divisão administrativa do Brasil no início da colonização. Eram lotes de terras divididas, administrados por um representante português chamado donatário. Em 1821 as capitanias foram substituídas por Províncias, subdivisões do território brasileiro independentes. Após a Proclamação da República, em 1889, as Províncias foram intituladas de estados, uma divisão territorial dependente de uma mesma legislação e subordinado a União o formato existe até os dias atuais.

Não foi por acaso que a Bahia se tornou uma das principais regiões de luta e resistência durante o movimento de separação com Portugal entre 1822-1823, foi organizado uma guerra contra Portugal, com grande participação de grupos populares.. A região tinha muita importância e influência na Colônia e, por isso, era uma das áreas de maior interesse dos portugueses. Essa realidade acabou influenciando o aumento do controle e do poder português na província, mesmo após a declaração de Independência de 1822.

Além da Bahia, outras províncias do Brasil, também se organizaram contra o controle português, como Pernambuco, Piauí, Pará e Maranhão. Durante a guerra na Bahia, essas provinciais enviaram soldados para se juntar ao exército brasileiro, fortalecendo, ainda mais, o desejo e a luta pela separação de Portugal.

A província da Bahia e as vilas do Recôncavo foram essenciais para a manutenção e para a própria sobrevivência dos privilégios da Corte portuguesa, especialmente aqueles financiados pela movimentada e próspera economia agrícola, responsável pela riqueza na Colônia.

A Guerra de Independência na Bahia começava se organizar dando os primeiros passos ainda antes do 7 de setembro de 1822. Em 1820 logo após a chamada Revolução Constitucionalista das Cortes portuguesas, quando se reúnem e estabelece uma ruptura na história de Portugal criando uma assembleia constituinte, levando o país a um perfil político mais liberal, o que significava e laborar leis e submeter o rei à lei.

D. Pedro continuava no Brasil, apoiado principalmente pelas elites e pela maçonaria. Na Bahia o conflito aumentava dando início aos primeiros combates armados entre “brasileiros” e portugueses, provocando assim, um controle mais efetivo de Portugal nas ruas, por temer a guerra. Um acontecimento importante desse processo foi a substituição do Governador das armas, o brasileiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães pelo Brigadeiro português Luis Madeira de Melo.

As tropas locais e alguns civis se recusaram a aceitar a autoridade do brigadeiro e a substituição acabou intensificando ainda mais a rivalidade entre “brasileiros” e “portugueses”, e provocando revolta da população, e da Câmara de Salvador. Foi neste momento que aconteceu o conflito no forte de São Pedro em fevereiro, um enfrentamento entre soldados portugueses e baianos. Após três dias de combate, os baianos foram derrotados pelos lusitanos.



Você Sabia?

Pedro de Alcântara, passou a ser D. Pedro I, o primeiro sucessor ao trono do Brasil, após a Independência de 7 de setembro de 1822, quando foi aclamado príncipe regente no dia 12 de outubro de 1822.



Após o conflito do Forte de São Pedro, os soldados brasileiros que conseguiram escapar do Forte com vida, foram para o Convento da Lapa onde a Madre Superiora Joana Angélica morreu ao tentar impedir a entrada dos soldados portugueses no espaço religioso um lugar que deveria ser seguro pelo valor religioso que tinha. A morte da religiosa foi interpretada como um ato corajoso tornando-a uma das heroínas e mártires da Guerra na Bahia.

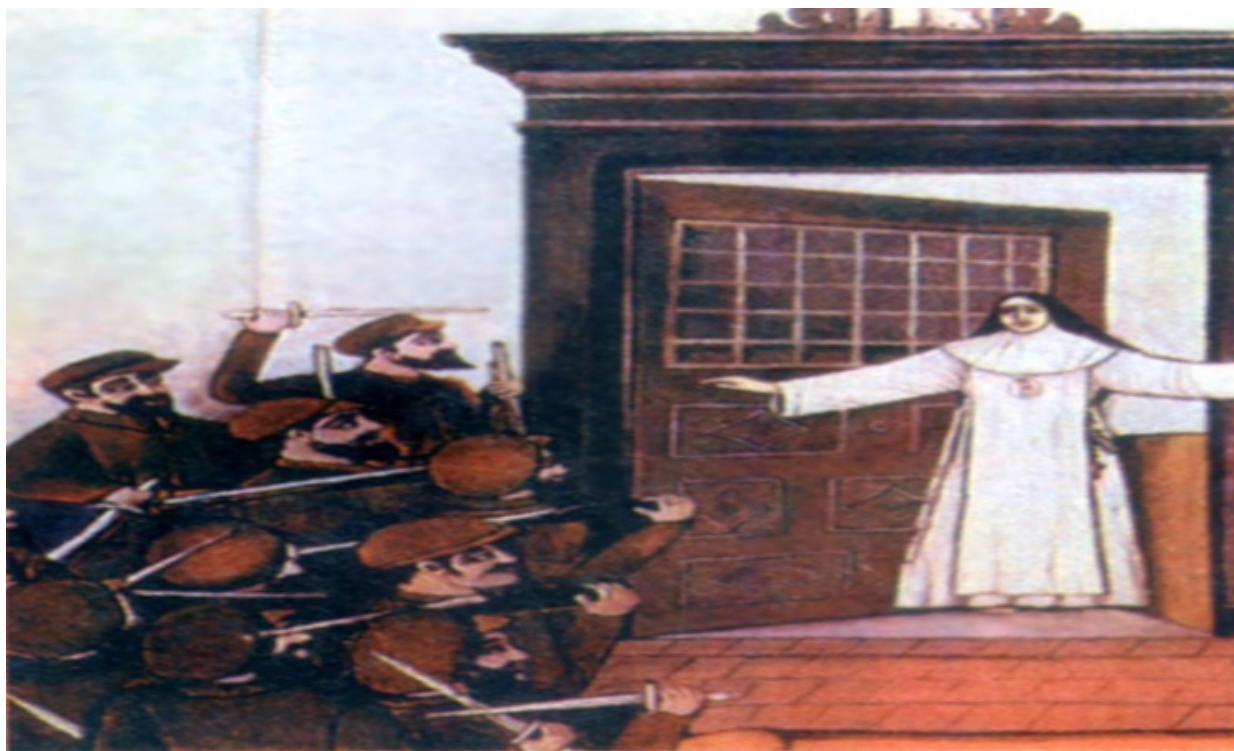


Figura 5 - *Religiosa de Itu*, Convento da Lapa, Salvador, BA" (op. cit., pp 31) - scan by SECHIN, Antonio Carlos. et al., Antônio de Castro Alves - Nosso Rebelde Apaixonado Faz 150 anos., Gráfica Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

Após o evento no convento da Lapa, começou na cidade do Salvador uma variedade de combates e incidentes nas ruas. Salvador era então um território português e se tornava uma cidade de guerra insegura para se viver, e foi nesse contexto que se deu a saída da população da capital da província para as vilas do Recôncavo, tentando fugir da guerra e do controle das tropas portuguesas na Capital.

Saiba Mais!



A irmã Joana Angélica de Jesus ocupava a direção do Convento, em fevereiro de 1822, quando eclodiu na cidade imensa agitação contra as tropas portuguesas comandadas pelo brigadeiro Inácio Luis Madeira de Melo Morreuno dia 20 de fevereiro de 1822.

Vamos escrever? Faça um resumo do que foi estudado neste capítulo.





2

Capítulo

.....

O RECÔNCAVO DA BAHIA E SEU PAPEL NAS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA.

.....



O RECÔNCAVO BAIANO NAS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA.

(...) seus senhores de engenho dominavam a vida social e política da capitania por toda a sua história. Falar da Bahia era falar do Recôncavo, e este sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos. (Stuart Schwartz)

A região do Recôncavo foi o espaço mais produtivo da Bahia no período Colonial, principalmente pela sua importância na sustentação econômica de toda a Colônia portuguesa. O açúcar, era a cultura responsável pela produção de riqueza e lucro.



Chama-se Recôncavo a região que circunda a Baía de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro no qual, há mais de quatrocentos anos, se vem desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil, que ali teve o seu começo e que exatamente ali tem, hoje, uma de suas perspectivas mais promissoras do seu futuro". (BRANDÃO, 1998, P. 103).



«A produção do açúcar, rapidamente se transformou em símbolo de status para os donos de engenhos localizados no Recôncavo baiano, e a região logo se tornaria o espaço de ocupação de terra mais rentável para os portugueses fora de Portugal, graças à boa adaptação da cana-de-açúcar no fértil solo de massapé» (JESUS, 2008, P.21)

Além do açúcar e do fumo, o Recôncavo foi também um grande produtor de farinha de mandioca, destacando-se na produção, principalmente as vilas de Nazaré, Maragogipe e Jaguaripe. A lavoura de mandioca era cultivada pelos pequenos lavradores que produziam para o consumo interno, principalmente para a utilização dos escravizados, que tinha como base alimentar a farinha com a carne seca.

A região foi escolhida como abrigo para famílias que fugiam do poder português nas ruas da cidade do Salvador no período de intensificação da guerra e do controle do exército. Muitas famílias já tinham residências em vilas do Recôncavo, justamente por terem engenhos e outros negócios na região; outras pessoas e soldados brasileiros fugiam e queriam um lugar que fosse mais seguro.

O crescimento da cultura de cana de açúcar e, em seguida, a do fumo provocou intensas mudanças sendo a mais significativa de todas, a introdução da escravidão como instituição social legal integrada à população colonial. Esse aspecto foi muito significativo para o crescimento da produção de açúcar na colônia portuguesa, tornando o Brasil em pouco tempo o seu principal produtor mundial. Assim, a região do Recôncavo era o espaço mais lucrativo para a Coroa portuguesa, ocupando o lugar de destaque em todo o período colonial.

A região do Recôncavo ganhava ainda mais destaque abrigando os refugiados e, principalmente, os grupos apoiadores da Independência, tornando a região lugar de oposição e organização das primeiras mobilizações em busca da Independência do Brasil. Segundo Tavares, o período de fevereiro a maio de 1822 foram os meses utilizados de preparação e coordenação do conflito contra o poder Português, as Vilas do Recôncavo se abasteciam de materiais e mantimentos para o período da guerra.

As principais vilas e localidades ocupadas foram: Cachoeira/São Félix, São Francisco do Conde, Maragogipe, Santo Amaro/Saubara, Nazaré e Caetité. Esses locais eram muito importantes para a economia da província e, por isso, eram essenciais e estratégicos para sustentar a guerra. Este fato acabou favorecendo na criação de um grupo ou rede das vilas, que cercou Salvador no período mais intenso do conflito e influenciou o desfecho da guerra com a vitória dos baianos, especialmente pela falta de mantimentos para alimentar o exército português.

Em um contexto de grande tensão em toda a Bahia, é que iniciava-se uma tentativa de D. Pedro em buscar apoio na província baiana para se fortalecer no conflito com as Cortes. Neste período a cidade do Salvador já era território dominado pelo exército português, assim, não foi favorável a consulta, deixando, para as vilas do Recôncavo o apoio inicial para marcar formalmente o início do conflito contra Portugal.

As chamadas reuniões conspiratórias no Recôncavo tiveram destaque em três vilas principais: Santo Amaro, Cachoeira e São Francisco do Conde, estes ajustamentos foram decisivos para a consolidação do processo instaurado na província da Bahia.

Santo Amaro/ Saubara

Em junho de 1822, começa nas Vilas do Recôncavo uma série de movimentações favoráveis a Dom Pedro I, iniciando assim a aclamação pelas câmaras municipais, um posicionamento de apoio ao príncipe regente no Rio de Janeiro o que significava contrariar e romper com Portugal e com as ordens vinda das Cortes portuguesas era, portanto, um momento de grande tensão, medo e conflitos.



“Esta revolução teve origem na vila de S. Amaro, onde foi delineada por varões prestantes, convocados pelo corregedor Antonio José Duarte de Araújo Gondim em cuja casa se reuniram, outras pessoas graduadas breve lhe coadjuvaram a iniciativa na vizinha Vila de S. Francisco sob a direção do Juiz de Fora Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, Visconde de Mon-teserrate. A todos animou então com sua eloqüente palavra Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marques de Abrantes, o qual acabava de chegar de Lisboa e fora portador de uma carta que Domingos Borges de Barros e outros deputados pela Bahia às Cortes de Portugal endereçaram em comum às municipalidades da Província consultando-as acerca da conveniência e do modo de delegação do poder executivo no Brasil, assunto dependente de deliberação daquele congresso.” (Apud. Revista do Inst.Hist. da Bahia, n. 46, pág. 278)

O texto é um fragmento da pesquisa do Barão de Loreto – “A Guerra da Independência na Bahia” e relata a iniciativa da Vila de Santo Amaro em organizar a primeira ação e consulta para aclamar D. Pedro, como príncipe Regente do Brasil, influenciando as outras Vilas da região para apoiar o início da guerra na Bahia.

A Villa de Santo Amaro marcou posição política ao se adiantar na aclamação, registrando assim seu nome na história da Independência na Bahia. A cidade, situada no Recôncavo baiano, cumpriu papel relevante nas lutas pela emancipação na Bahia, contribuindo com batalhões e com um esquadrão de cavalaria fardado, equipado e mantido à custa de seu comandante, Antônio Joaquim de Oliveira e Almeida, para a consolidação do movimento de Independência do Brasil na Bahia.

Santo Amaro foi à primeira Vila à consultar sua população para a aclamação do príncipe como Defensor Perpétuo do Brasil. No dia 14 de junho de 1822, vereadores, senhores de engenhos e graduados se reuniram em seção da câmara para discutir a situação da província e do Brasil e a relação tensa com Portugal. Neste evento foi decidido o apoio à centralização do poder executivo no Brasil a ser exercido pelo o príncipe D. Pedro.

Além da iniciativa de aclamação do príncipe, Santo Amaro e Saubara foram muito importantes na formação e composição dos pelo-

tões de combates nos conflitos com os portugueses. Muitos homens foram enviados para lutar na guerra, fortalecendo o exercito brasileiro durante todo o movimento na Bahia.

No período da guerra Saubara era distrito da Vila de Santo Amaro e se envolveu no conflito, fato este que levou ao aumento do controle pelas tropas portuguesas em toda região. No distrito a resistência foi liderada pelo Padre Manoel José Gonçalves Pereira, vigário local, embora seu nome ainda seja pouco reconhecido pela história, o Padre é uma personalidade muito importante para Saubara e sua população até hoje. Zilda Paim registra sobre o Padre Manoel:



(...) E, lá em Saubara, estava o bravo padre Manoel, que com destemido heroísmo arrematava suas tropas e defendia com denodo aquele ponto estratégico, que, sendo dominado ou conquistado, seria fatal para a revolução.

(PAIM, 2005, p. 92/93).

Santo Amaro da Purificação e o distrito de Saubara contribuíram decisivamente na guerra contra os portugueses na Bahia. Seja na ajuda com envio de soldados para o conflito, ou pela resistência de sua população frente ao controle e investida dos portugueses, com personagens que foram essenciais na construção da vitória baiana, para a libertação nacional como o Padre Manoel e as “Caretas do Mingau” que conheceremos mais adiante.



Saiba Mais!

Confira na **página 61**, um Trechoo da Ata da Câmara de Santo Amaro de 14 de junho de 1822

Cachoeira e São Félix

A Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira durante muito tempo foi à principal Vila do Recôncavo baiano e a mais rica da Colônia. Durante a guerra de Independência na Bahia a Vila se destacou, contribuindo efetivamente para a consolidação da vitória brasileira no conflito. Sua posição e importância na Província da Bahia influenciaram todo seu território tornando-se propício para o desenvolvimento e organização da resistência em suas terras, marcando definitivamente toda a história de sua população. Foi em Cachoeira que o conflito assumiu definitivamente a oposição Portugal pelo Brasil, a proporção do conflito na vila, colocou Cachoeira no Centro das notícias e alerta da Metrópole portuguesa no período.



Figura 5 - Mapa de Cachoeira Bahia. Fonte: IBGE. Acesso em Abril/2017



"A vila de Cachoeira era em 1822 um movimentado centro comercial, o que a diferenciava das vilas de Santo Amaro e São Francisco do Conde, mais dedicadas à lavoura de cana-de-açúcar e à produção de açúcar nos seus engenhos." (TAVARES, 2005, p.99).

Nos primeiros meses de 1822 a vila de Cachoeira teve seu cotidiano modificado com a chegada de pessoas vindas da Capital e de militares que foram derrotados em fevereiro pelos portugueses na cidade do Salvador no confronto do Forte de São Pedro. A população local viveu um momento de grande transformação de seu cotidiano, apesar disso, muitos moradores apoiaram e se envolveram na organização da resistência ao governo colonial, saíram de suas casas e foram para as ruas da vila para manifestar seu apoio.

Na manhã de 25 de junho de 1822, a vila de Cachoeira seguiu o movimento iniciado em Santo Amaro de aclamação do príncipe D. Pedro I como “Defensor perpétuo” do Brasil. A consulta à população Cachoeirana foi realizada no prédio da Casa de Câmara e Cadeia da Vila, a população e as tropas se encontravam na praça aguardando o fim da sessão. Nesse mesmo dia foi realizada uma missa de ação de graça em comemoração à aclamação do Príncipe. A missa era chamada de Te Deum (missa de ação de graça) foi realizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em meio à agitação daquele momento, a população foi surpreendida com o ataque de um barco militar português, chamado de canhoneira, que estava ancorado no Rio Paraguaçu.

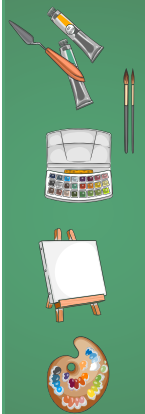
Foram três dias de ataques à cidade e a sua população. No dia 28 de junho o barco que estava no Rio Paraguaçu, liderado pelo português Madeira de Melo, foi cercado por canoas locais e expulso da vila. Esse evento marca o primeiro conflito da guerra e deu início a um conjunto de outros movimentos e conflitos que resultou na Independência da Bahia no dia 2 de Julho de 1823. “Assim começou a guerra pela Independência do Brasil na Bahia” (TAVARES, 2005, p.101).



Você Sabia?

Em 13 de março de 1837, por meio de decreto provincial, Cachoeira foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Heróica Cidade de Cachoeira - Lei Nº 43, assinada pelo então presidente da Província da Bahia, Francisco de Souza Paraíso.

TRABALHANDO COM IMAGENS...



- ✓
- ⇒ Observem o quadro pintado por Antonio Parreiras, e perceba que o espaço central é bastante próximo a realidade atual, especialmente o a Casa de Câmara e Cadeia.
- ⇒ A tela foi pintada mais de cem anos após o início das lutas, a partir de registros históricos e relatos orais da população local.
- ⇒ O quadro representa o registro da memória oficial do primeiro momento da guerra na Bahia.



Figura 7 - “O Primeiro passo para Independência da Bahia” Antonio Parreiras (1931).

A imagem retratada tem como cenário a atual Praça da Aclamação em Cachoeira. O registro do dia 25 de junho de 1822 quando aconteceu a consulta para aprovação do Príncipe D. Pedro como único representante do poder na Bahia e a população comemorou a aclamação na rua em frente ao prédio da Casa de Câmara e Cadeia da Vila.

No dia 25 de junho de 1822 começou o confronto armado entre portugueses e brasileiros em Cachoeira, os soldados liderados por Madeira de Melo estava na Canhoneira, ancorada no Rio Paraguaçu, próximo à São Félix, distrito da vila de Cachoeira. Não se sabe ao certo quantas pessoas foram feridas ou mortas, Há relatos do ocorrido com Manoel Soledade, também conhecido como Tambor Soledade, nome dado pela função que exercera no regime de milícia. Ficando na história da Independência como a primeira vítima da guerra pela emancipação do Brasil na Bahia, um homem pobre e negro do Recôncavo.

Observem no quadro, a cena do Tambor Soledade no chão ferido ao lado de um soldado na Praça da Aclamação em Cachoeira. A imagem registrada compõe a pintura do quadro de Antonio Parreiras, 1931 **“O Primeiro passo para Independência da Bahia”**.



Figura 8 - A morte do jovem negro soldado-mor Manoel Soledade na Praça da Vila de Cachoeira no dia 25 de junho é considerada a primeira vítima das lutas pela independência na Bahia, a cena ainda registra a participação de negros na guerra na Bahia. Muitos desses homens ficaram no esquecimento na história, pela posição racial a que pertencia.

Após o ataque português, foi formado um novo poder na Vila chamado de Junta Interina, Conciliatória e de Defesa, indicando a tentativa de proteger a possíveis agressões e ataques a vila da Cachoeira. A Junta Interina passou a funcionar no prédio do Hospital São João de Deus, e as primeiras ações do governo foram divulgar a aclamação do Príncipe nas outras vilas, e o conflito que se iniciava logo após o ato. Assim, instalava-se outro núcleo de poder na província, a fim de fazer oposição à Capital, que estava dominada pelo general Madeira de Melo.

Em 6 de setembro de 1822, formou-se oficialmente o Conselho Interino de Governo, que articulou as ações contra as tropas de Madeira de Melo e que, além disso, manteve contato permanente com a Corte no Rio de Janeiro. Este comando reuniu representantes das diversas vilas do Recôncavo que haviam reconhecido D. Pedro como Regente Constitucional do Brasil desde os fins de junho de 1822.

A partir de então, a Vila de Cachoeira assumia a capital da província, e sede do governo em apoio ao interesses brasileiro, situação que durou toda a guerra de Independência.

O poder central da província agora fixada no Recôncavo era formado pela elite rural da região, representantes das Vilas e algumas figuras graduadas e politizadas vindas da capital. Apesar do setor central da guerra concentra-se nas mãos da elite baiana, é importante dizer que população pobre, escravizada e liberta, estiveram envolvidos no conflito e foram essenciais para a guerra e para a vitória dos brasileiros contra os portugueses no dia 2 de julho.



A transferência da Capital está prevista na Lei 10.695/07, aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador Jaques Wagner em 2008. O decreto determina que todos os anos, em 25 de junho, a sede do governo seja instalada no município de Cachoeira. O governador e seu secretariado participam das comemorações pela independência na Bahia, e realiza atos e despachos todos

O protagonismo popular e o Recrutamento de soldados na Guerra.

A guerra instaurada na Bahia, em busca da libertação definitiva do Brasil de Portugal, teve como marco histórico a participação da população mais pobre do Recôncavo. As camadas populares da Bahia já possuíam tradição de luta e rebeldia, que reacende e se amplia no período de movimentação da guerra de Independência do Brasil na Bahia.

O que aconteceu no período da guerra na Bahia foi um crescimento de contestações sociais, especialmente vindas dos escravizados e libertos, que observavam o conflito como uma oportunidade de buscar sua liberdade e mais visibilidade na Bahia colonial. Essas reclamações e queixas geraram um clima de tensão e medo por parte dos senhores, que viam ameaçados seu poder e controle econômico.

Essa situação era geral na província. Muitos escravos fugiam de suas fazendas sem autorização dos senhores, com o pensamento de que, participando da guerra, alcançariam a tão sonhada liberdade. Muitos boatos de alforria em troca do alistamento como soldado influenciaram inúmeras fugas no Recôncavo, levando a um estado de medo e desespero da elite local, especialmente pelos boatos de organização política do negros. Era um momento de grande tensão, mas também de bastante expectativa de mudança, especialmente para aqueles que viviam sob o regime escravista.



... Os sinais desse projeto dos negros são claros. Os escravos negros nascidos no Brasil (crioulos) ousavam pedir, organizadamente, a liberdade! Eles contavam inclusive com a simpatia das pessoas livres, talvez até brancos, que encaminhavam suas petições às cortes em Lisboa. [...] (JOÃO REIS, 1989, p.92)

No Recôncavo, o apoio à causa da luta, foi muito grande, especialmente a participação da população negra e escravizada da região. Esse envolvimento no conflito foi influenciado principalmente pelo desejo de mudança social, da condição da própria vida, que os tornavam invisíveis na sociedade Colonial. Essa realidade de contestação causou muito medo, por parte dos senhores rurais, que temiam uma guerra maior agora com perfil social e racial.

Apesar de todos os temores, o recrutamento de escravizados foi realizado para a guerra. Isso se deve à necessidade de soldados para o enfrentamento contra os portugueses, que estavam bem armados para o confronto. A participação dos negros na guerra, foi muito importante para fortalecer o exército brasileiro e, assim, equilibrar quantitativamente de alguma maneira com os portugueses durante o conflito.

A necessidade de pessoas para servir, levou as elites agrárias a desistir da exclusão de homens não brancos para formar o exército durante a guerra de Independência, aceitando os escravizados em funções militares auxiliares. Essa decisão gerou inclusive promessa de alforrias dos escravizados, logo após o fim da guerra, causando uma intensa movimentação para entrar no exército brasileiro.

Essa situação provocou grande confusão na região, principalmente por parte dos senhores que dependiam do trabalho escravo para garantir a manutenção de seus negócios. Além disso, exista a ameaça que sentia pela aproximação com os escravizados e pela dependência que tinham deles dentro do exército.

Assim, as camadas populares e escrava, tinham ambições e interesses opostos e, de certa forma, conflituosos com os dos senhores rurais. Para os escravizados, a guerra era uma possibilida-

de realização de seu maior desejo: sair do lugar de cativo que viviam; por outro lado, a elite rural, queria a continuação da relação escravista e a ampliação do seu poder na sociedade Colonial

De qualquer maneira, o recrutamento de escravos e a participação popular na guerra foram muito significativos para a organização do conflito na Bahia. Essa prática pode ser caracterizada como uma atividade voluntária, embora em alguns casos, houvesse promessas de libertação para os escravizados. Contudo, sabe-se que maioria das pessoas que se envolveram na guerra, tinha como sentimento comum o ódio pelos portugueses e o desejo de livrar-se definitivamente de sua dependência.



Saiba Mais!

Formara-se batalhões de voluntários por oficiais de milícias ou proprietários de terras, engenhos, e escravos, e composto por brancos, pobres, lavradores, escravos e libertos.

Além de homens das vilas do Recôncavo, o recrutamento de soldados foi realizado em outras províncias do Reino Unido de Portugal e Alagoas (1815). Muitos voluntários, vindos de Pernambuco, Alagoas e, depois, Rio de Janeiro, engrossaram o exército na guerra na Bahia, fazendo desse evento uma conquista de interesse e participação “nacional”.

É inegável, portanto, a participação e importância das camadas populares e escravizadas na guerra na Bahia. Certamente, foi decisivo para expulsão dos portugueses, pois sem a atuação dessas pessoas, as elites rurais não teriam condições nem homens o suficiente para lutar. Embora a Independência tenha sido liderada e organizada por homens ricos, foi à população pobre e escrava que pegou arma e lutou, fazendo acontecer a liberdade “nacional”.

As mulheres em Guerra na Bahia

As mulheres baianas tiveram ação destacada nas lutas pela Independência na Bahia em muitos momentos. Na história, a participação da mulher raramente é reconhecida. Quando acontece, normalmente como parceira ou ajudante dos homens, assumindo papéis inferiores, quando não são esquecidas pela história.

No processo de luta pela Independência do Brasil na província da Bahia, esse cenário muda em alguma medida. A mulher é sujeito indispensável da história e da vitória nacional durante a guerra da Bahia. No conflito, as mulheres ultrapassaram os limites impostos pela sociedade colonial e entraram na cena com papéis centrais e decisivos na luta contra os portugueses na Bahia.

Algumas mulheres tiveram um destaque maior na guerra de Independência, participando ativamente do conflito, pegando em armas e fortalecendo a resistência brasileira. Entre elas, podemos destacar Maria Quitéria, mulher soldado que participou das lutas contra os portugueses no Batalhão dos Periquitos; Maria Felipa, negra, marisqueira e moradora da Ilha Itaparica, que teve seu nome marcado no conflito na ilha; e, por fim, as Caretas do Mingau, mulheres de Saubara que se mascaravam durante a guerra para amedrontar os soldados portugueses em sua região.

Mulheres talentosas, mulheres cultas, mulheres heróicas, teve-as sempre a Bahia, em seu fidalgo e feliz destino. (ABREU, 1950 p.236)

Maria Quitéria de Jesus

Maria Quitéria de Jesus, também conhecida como “Soldado Medeiros” nasceu em 1792, no Sítio do Licorizeiro, que ficava próximo do arraial de São José das Itapororocas na época pertencente ao termo da vila de Cachoeira, atualmente, é um distrito de Feira de Santana. De fato ela é filha de Cachoeira e marcou a guerra de Independência com sua coragem e inteligência, lutando em uma guerra, espaço destinado apenas a homens.

Maria Quitéria foi uma mulher de extrema ousadia em uma época de machismo e patriarcalismo, em que a mulher jamais poderia pensar em servir às forças militares e muitos menos de incorporar-se aos combatentes em uma guerra. No período do conflito no Recôncavo, com as movimentações nas vilas, o aumento de recrutamento de homens para entrar na guerra, Maria Quitéria observou a oportunidade e resolve se disfarçar de homem para se alistar.



Chegou à Vila de Cachoeira com os cabelos bem curtos, seios cobertos por uma faixa e roupas masculinas. Na época ela tinha 30 anos. Alistou-se no Batalhão de Infantaria que, mais tarde, devido ao uniforme verde que seus membros ostentavam, passou a chamar-se Batalhão dos Periquitos. O batalhão era liderado pelo Major José Antônio da Silva Castro, avô do poeta Castro Alves.

Combateu com heroísmo nas batalhas da Barra do Paraguaçu, Pituba, Itapuã e outras. Recebeu de D. Pedro I a condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Foi à primeira mulher a fazer parte de uma unidade militar no Brasil. Por Decreto da Presidência da República, de 28 de junho de 1996, Maria Quitéria foi reconhecida como Patronesse do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. A sua imagem encontra-se em todos os quartéis, estabelecimentos e repartições militares da Força do Brasil.



Na Casarão nº3, na praça do Relógio, na cidade de São Félix, foi a moradia do avô do poeta Castro Alves, conhecido como O Periquitão, comandante do batalhão dos Piriquitos, lá foi sede do batalhão, onde serviu Maria Quitéria e era fabricado armamentos



Machismo: é o comportamento expresso por opiniões e atitudes, de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino.

Patriarcalismo (A palavra remete a figura do pai): é um sistema em que os homens mantêm o poder maior, autoritário sobre as mulheres na sociedade.



Figura 8 - Maria Quitéria (Domenico Failutti, 1920)

Maria Felipa

Maria Felipa é parte da simbologia da guerra e do imaginário como referência feminina na Independência da Bahia. Mulher negra, marisqueira, Maria Felipa de Oliveira é uma personagem pouco conhecida pela documentação histórica. Liderou um grupo de mulheres na ilha de Itaparica, que ajudava a encurralar portugueses na região, fortalecendo a resistência baiana na guerra.

Maria Felipa é parte da história e memória local até hoje é exaltada pela população de Itaparica, em reconhecimento de seu valor e resistência na guerra de Independência. Sua atuação é lembrada em momentos decisivos, seja na organização de mantimentos para o envio ao Recôncavo ou liderando sua comunidade, colocando para “correr” os portugueses que tentavam entrar na ilha. Maria Felipa marcou a participação feminina e negra na Guerra de Independência na Bahia.



Figura 9 - Domínio Público



A resistência à Maria Felipa, em parte, se deu porque ela foi heroína de guerra, numa época em que somente homens eram convocados. A rejeição nas comemorações, por ser negra, faz de Maria Felipa na contemporaneidade, um dos símbolos étnicos da liberdade. (FARIAS, 2010, p. 33).

Reconhecida como heroína, Maria Felipoa representa a população de Itaparica que se envolveu e ajudou para a confirmação da vitória baiana. Mais que isto, Maria Felipa simboliza a força e resistência da mulher negra, levando em consideração o período difícil de grande exclusão social dos negros e mulheres, ela ainda assim, se destacou. Hoje, a figura de Maria Fellipa nos remete à importância da participação popular na guerra, a participação da população mais pobre nas lutas para a conquista da Independência do Brasil na Bahia.

Assim como parte da população negra na época, escravizada ou não, a guerra de Independência ocorrida em terras baianas, teve um caráter reivindicatório e político, para estes grupos socialmente minoritários, era mais que uma luta pela independência nacional, significava uma oportunidade de mudança, de transformação de vida e luta pelos direitos a cidadania.

Maria Felipa estava envolvida nos acontecimentos da guerra, certamente pelo desejo de colaborar na luta pela liberdade. Sua coragem e protagonismo criaram um forte sentimento de orgulho e auto-estima da população negra, especialmente das mulheres negras e dos itaparicanos, colocando-a como um dos principais símbolos de resistência e força da mulher negra nos festejos da Independência na Bahia.

Muitos personagens foram sendo esquecidos pelos festejos de Independência no 2 de julho, alguns foram enfraquecidos com o tempo, como por exemplos aconteceu com o general francês Labatut. Por outro lado, outras figuras durante o passar do tempo foram ganhando mais sentido e representatividade, especialmente aqueles ligados a identidade baiana, como é o caso da Maria Felipa, até hoje sua imagem é exaltada com grande força nos desfiles cívicos na Bahia.



Foto 1- Acervo pessoal, desfile cívico, 2 de julho de 2016.

A “Heroína da Independência” assim ela é conhecida, Maria Felipa tem sua história preservada na memória popular. Ela é símbolo de resistência e da força feminina na guerra, sua figura é referencia da luta e do valor da mulher negra guerra, lembrada até os dias atuais.

As caretas do mingau de Saubara

Vestidas com roupas esquisitas, esfarrapadas Encaretadas com máscaras horríveis, com panelas contendo alimento nas cabeças formavam um grupo de samba à noite e percorriam as ruas de Saubara, dizendo: Olha o mingau! Olha o mingau! Olha o mingau! (BARROS, p. 148, 2006).

Outro bom exemplo da participação feminina na Guerra na Bahia é representado pelas Caretas do Mingau, mulheres residentes em Saubara que ajudaram seus familiares e companheiros nas lutas contra o exército português, fazendo um papel de grande importância na guerra.

As mulheres, posteriormente chamadas de Caretas do Mingau, criaram uma significativa iniciativa de resistência e organização no espaço da guerra de Independência na Bahia. Usaram estratégias diferenciadas de embates contra os portugueses, pois segundo o imaginário popular, as mulheres saíam nas ruas durante a madrugada cobertas com pano branco para distribuir mingau aos soldados que estavam envolvidos na guerra e se encontravam nas trincheiras em Saubara.

Considerando sua localização, Saubara ficava em um ponto estratégico, próxima a principal vila do Recôncavo, Cachoeira, devido a sua importância geográfica, também foi alvo das disputas entre portugueses e brasileiros durante a guerra de Independência.

De acordo com a tradição oral as mulheres “mascaradas” ajudavam os soldados baianos não apenas com o mingau, mas também com outros alimentos, medicamentos e informações, já que eles se encontravam escondidos dos olhares lusitanos. As vestimentas brancas e as máscaras, tinham como função, criar medo entre os portugueses, que ficavam assustados, além do próprio interesse de sigilo de seus nomes, evitavam assim, serem reconhecidas e por consequência, de sofrer qualquer tipo de punição pelos soldados portugueses. Vejam o que fala Judite Barros sobre as mulheres mascaradas:



Foto 2- João Pereira. Arquivo pessoal de Vanessa Pereira.



“Desta forma despistavam os inimigos portugueses e iam até a gruta levar comida para os maridos”, os quais se escondiam para combater o inimigo português por terra. (BARROS, 2006, p. 148)

A história das Caretas do Mingau de Saubara foi preservada através da oralidade da população local. A memória e a tradição oral foram as principais formas de manutenção e continuação do legado deixado pelas mulheres mascaradas, elas são, ainda hoje, reconhecidas como parte da história da cidade. Sua importância e força são referência para a população, que todos os anos exaltam e festejam o papel desempenhado pelas caretas na guerra.

Atualmente as mulheres de Saubara recriam essa manifestação, se organizam para se vestir de Caretas do Mingau, saindo todos os anos na madrugada do dia 1 para o dia 2 de julho. São mulheres de várias idades, predominantemente negras, vestidas peculiarmente com panos brancos escondendo todo o corpo e usando chapéus com trançados de palha, além de segurarem uma panela e chocalhos, acompanhadas de um grupo de tocadores, fazendo bastante barulho e cantando, divertindo aos que esperam acordados a passagem das caretas na madrugada do dia 2 de julho. (ALMEIDA, 2017)

As Caretas podem ser entendidas como uma celebração que confere sentido e identidade às lutas da população local pela Independência do Brasil na Bahia, valorizando a participação popular e feminina nas lutas. É isto, as caretas do mingau, são uma das mais importantes e antigas manifestações da região, com mais de 100 anos, elas reivindicam principalmente o reconhecimento da importância da participação feminina nas lutas pela independência. Esta luta pela valorização, pode ser observada com o símbolo maior da independência na cidade a figura feminina: a Cabocla, ela tem mais destaque e sentido em todo o festejo local que o Caboclo, como na maioria das cidades baianas.



Você Sabia?

Saubara é um nome de origem tupi (língua indígena) e significa “comedor de formigas”.

Vamos escrever? Faça um resumo do que foi estudado neste capítulo.





**HISTÓRIA E PATRIMÔNIO:
LUGARES DE MEMÓRIA DA INDEPENDÊNCIA EM
CACHOEIRA-BA**



HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: LUGARES DE MEMÓRIA DA INDEPENDÊNCIA EM CACHOEIRA-BA.

A cidade de Cachoeira é um dos espaços históricos mais bem conservados da Bahia e do Brasil. Seu acervo patrimonial representa um diferencial na sua paisagem arquitetônica, aspectos que ajudam a levar seu nome para todo o país. Assim, consideramos a cidade um território privilegiado de formação para a educação histórica e patrimonial para diferentes públicos.

Cachoeira, desde o período colonial está presente na história do Brasil, quando os portugueses iniciaram o processo de exploração e instalação do Brasil. O Recôncavo foi uma das primeiras áreas a instalar os engenhos de açúcar, que era a principal fonte econômica, mantida com mão-de-obra escrava. Sua localização privilegiada, com terras relativamente baixas junto à costa, entre duas regiões importantes o Recôncavo e o Sertão, e banhada pelo Rio Paraguaçu, rio navegável, em seu baixo curso, favoreceram o desenvolvimento da população em função da rica economia açucareira e fumageira.

Junto ao seu crescimento econômico, o prestígio e importância na política da província da Bahia, e a expansão dos engenhos, levaram a transformação e desenvolvimento da Vila (1698), aumentando expressivamente sua população e, por consequência, modificando em toda a sua paisagem, principalmente com a construção de casarões e igrejas de grande evidência para a época.

Não por acaso, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira foi destaque no período das Lutas pela Independência na Bahia. Devido à sua importância econômica e política, Cachoeira foi palco de decisivos acontecimentos da guerra em 1822-1823, quando assumiu o lugar de centro político da província que se rebelara contra Madeira de Melo, instalado na capital baiana. Sendo, portanto, reconhecida como cidade heróica pela Lei Provincial nº 43, de 13 de março de 1837, em homenagem à sua contribuição na história do Brasil, especialmente pela iniciativa e resistência de sua população na guerra pela separação política entre Portugal e Brasil.

A História de Cachoeira, sua importância política no período colonial, bem como sua estrutura social e o ciclo de riqueza econômica experimentado pela região até o final do século XIX, deixaram marcas na estrutura física e, principalmente, na cultura da cidade, colocando-a, mesmo após seu declínio e decadência econômica no século XX, em um lugar de destaque, devido a sua importância histórica e de conservação patrimonial no Brasil

A riqueza e a quantidade de monumentos na cidade, aliado à sua história e ao seu papel em marcantes episódios, demonstram sua expressiva importância e valor, com seus prédios históricos, casarões e igrejas que contribuíram para configurar a História da cidade e de sua população, assim como em todo cenário nacional, mantidos até os dias atuais. Conhecer a cidade é viajar no passado e na história da formação do país.

No período da organização das lutas pela Independência da Bahia (1822/1823), a então Vila sediou o governo Interino da Província o que equivale hoje a capital do estado. Cachoeira assumiu o centro das organizações e estruturação de todas as questões relacionadas à Província da Bahia, assegurando a função de destaque e símbolo de poder nos meses que durou a guerra.

É importante considerar as características políticas, patrimoniais e históricas da cidade, principalmente pela conservação dos lugares que “testemunharam” parte da história e lutas do povo baiano, esse aspecto deve ser explorado nas escolas e nos ambientes educacionais.

Educação Patrimonial: uma alternativa possível de conhecimento.

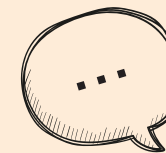
A educação patrimonial é um conhecimento prático e vivo entre nós, que deve ser desenvolvido e experimentado. O patrimônio nos possibilita ir além do tempo e analisar o passado para compreender melhor nosso presente, além, de valorizar materiais e nossas riquezas imateriais, resgatando nossas identidades.

Educação patrimonial tem relação com cidadania, como saber seus direitos, a memória e aos bens culturais, portanto, tendo como responsabilidade conservar e cuidar de seu acervo histórico e cultural.

Ter contato com o patrimônio histórico da cidade é reconhecer o valor da sua história, e das experiências coletivas e individuais que carregam no tempo.

A educação patrimonial está relacionada diretamente com motivação para a cidadania e a identificação do indivíduo com seu meio. O patrimônio local é um espaço de conhecimento e valorização da nossa história e da memória coletiva de um povo.

Conhecer ambientes de grande sentido histórico para a comunidade local é importante e muito prático para nossa formação como indivíduo. Essa experiência é necessária para exploração dos espaços públicos e patrimônios como meios produtores de conhecimento e da história, da nossa história! Como reflete Jaques Le Goff: “O patrimônio se situa entre a memória e a história”. (LE GOFF, 1996, p. 42).



Aprofundando o conceito

A **Educação Patrimonial** é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural” (HORTA ET allii, 1999, p.7)

Assim, a história, o patrimônio e a memória estão diretamente ligados, e que, portanto, devemos sim desfrutá-los ao máximo. É nesta relação que encontramos o sentido prático entre o tempo, o passado e o presente, uma ligação que normalmente não se faz e por isso não produz significado no conhecimento histórico. Conhecer é, também, conscientizar para a valorização e preservação, por isso é tão fundamental a educação através do patrimônio local.



Você Sabia?

“Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as idéias e a fantasia”. Cecília Londres, 2001.

Acreditando na educação através do patrimônio e dos espaços de memória da cidade como um caminho possível para conhecer e produzir conhecimento, vamos usar a Cidade de Cachoeira, como um exemplo dessa possibilidade. Considerando os lugares de memória como um terreno carregado de sentidos, muito propício para o desenvolvimento do conhecimento da história da cidade e de seu povo.

Lugares de Memória: “Cachoeira respira história”

“A História está em todos os lugares e não é imutável como ainda é pensado, pelo contrário, é dinâmica e que mesmo em tempo remotos a História se faz presente adquirindo novos contextos” (BITTENCOURT, 2004, p. 193).

Os lugares de memória representam espaços que tem como função, cruzar as vivências, histórias e experiências, sejam individuais ou coletivas de um povo. Nem sempre esses espaços são materiais, eles também podem significar lembranças, sensações e sabores que criam uma ligação seja imaginada ou não. No entanto, pensar os espaços que remetem a alguma memória revela a importância do passado para as experiências do presente e o fortalecimento das identidades.

As memórias e lembranças que se tem por determinados espaços, representam lugares de identidade e afetividade do sujeito, esses ambientes são essenciais para a preservação da história de um grupo ou de indivíduos fazendo, o papel de ligação entre os espaços e o sujeito, representando, o passado de maneira mais próxima.

Lugares de memória: quer dizer, lugares, locais ou espaços onde fatos históricos aconteceram; o cenário do passado.



Quando relacionamos o passado com os ambientes em que foram produzidos, reconhecemos que nenhum acontecimento histórico se desvincula ou separa do espaço no qual aconteceu. De fato, esses lugares absorvem e simbolizam as características de momentos anteriores, criando, maior representatividade para a história e, conseqüentemente para a memória a se descobrir ou conhecer.

Assim, as representações históricas e sociais estão unidas ao contexto e aos ambientes em que foram construídos, e são esses espaços que identificamos como lugares de memória. Assim como Pierre Nora, acreditamos que:



“a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 7).

A cidade de Cachoeira é um espaço de grande preservação da memória, ela respira história, a cada rua, beco, prédios, igrejas e casarões, cada ambiente desses, revela ou mesmo esconde fatos importantes da história e da memória de sua população, fazendo com que a cidade consiga, a partir deles, conservar seu passado e as experiências de seu povo, adquirindo assim, o respeito, reconhecimento e valorização de todos que os conhecem.

O patrimônio material da cidade indica sua história e o processo de construção, desde seu perfil imponente, até as características mais específicas do barroco, especialmente nas Igrejas. Assim, podemos conhecer parte da cidade e sua influência no cenário nacional por meio de seu patrimônio material, que pela sua importância são caracterizados espaços de memória potencialmente ricos em simbologia.

Barroco: estilo artístico, que surgiu na Itália em 1600 (século XII) e se manifestou na literatura, arquitetura, pintura, escultura, música e teatro. As principais características do estilo barroco são: temas religiosos e profanos em estilo exuberante e decorativo.

A memória coletiva de uma cidade pode ser revelada nos lugares e patrimônios históricos, fazendo da memória passada algo mais concreto e próximo de quem a conhece. A utilização desses espaços como caminho para a construção de conhecimento, possibilita ao espectador o contato com os fatos históricos, de forma interativa e mais efetiva.

Cachoeira nos permite trabalhar e conhecer a história da cidade e do país através de seu acervo patrimonial de maneira muito ampla e rica. Isso acontece, principalmente, por

ser uma cidade tombada pelo Instituto do patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) desde 1971, reconhecida como Monumento Nacional, título importante que demonstra o valor da cidade e de seu patrimônio para a história do Brasil. O título favorece a preservação e proteção dos bens materiais da cidade, tornando-a um dos municípios com o conjunto histórico mais bem conservado do Brasil.

Assim, é válido aproveitar as vantagens arquitetônicas da cidade como meio de ensino, como também para conscientizar e incentivar a relação de pertencimento ao lugar. Cachoeira consegue conciliar o desenvolvimento de atividades de ensino, a herança arquitetônica e as experiências históricas que são partes da história nacional. Então, a cidade possibilita conhecer o local histórico, assim como parte da história nacional, o que lhe confere tamanho valor e prestígio no cenário turístico.

O foco será nos lugares que, em alguma medida, tiveram envolvimento no processo de luta pela Independência do Brasil na Bahia, lugares que resistiram ao poder do tempo e, ainda hoje, fazem parte do patrimônio da cidade e das fontes históricas desse momento marcante para o país. Esses espaços provocam a curiosidade, a exaltação de sua beleza, mais que isso, nos incentivam a conhecer e refletir sua história e seu valor para a população local.

Cachoeira é uma vila da província Bahia, apesar disso, e registrou sua história no processo de construção e formação do Brasil, contribuindo para o país ser quem é hoje. A cidade de Cachoeira foi e ainda é muito importante historicamente para o país, principalmente pela sua relevância em conservação da memória do passado por meio do seu acervo arquitetônico.

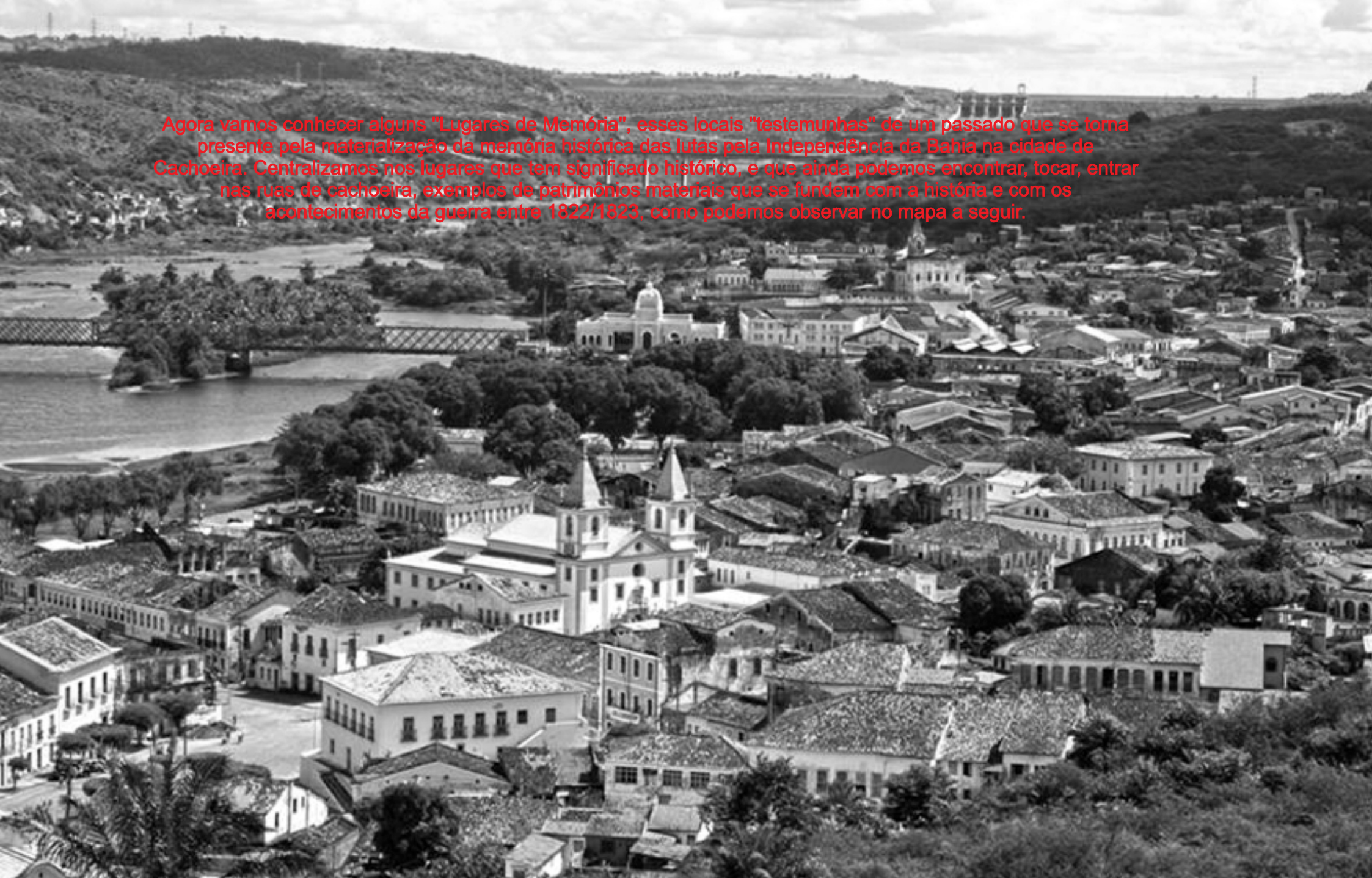
O fato é que a população de Cachoeira teve seu momento de protagonismo na Guerra pela Independência do Brasil. Não apenas Cachoeira, mas a região do Recôncavo baiano teve sua influência minimizada pela historiografia, no entanto, precisamos saber da nossa história e do nosso lugar, conhecer sua importância e seu valor para todo o país.

A partir das ideias já vistas, concluímos que há necessidade de conhecer mais profundamente a participação de Cachoeira na guerra de Independência na Bahia, neste caso, por meio da utilização do patrimônio material da cidade, que no período esteve envolvidos, representando cenários no conflito e que, portanto, podem ser denominados, *lugares de memória para a independência “nacional”*, lugares de experiência e história coletiva, que criam afetividade, aproximação com a população, influenciando nas identidades

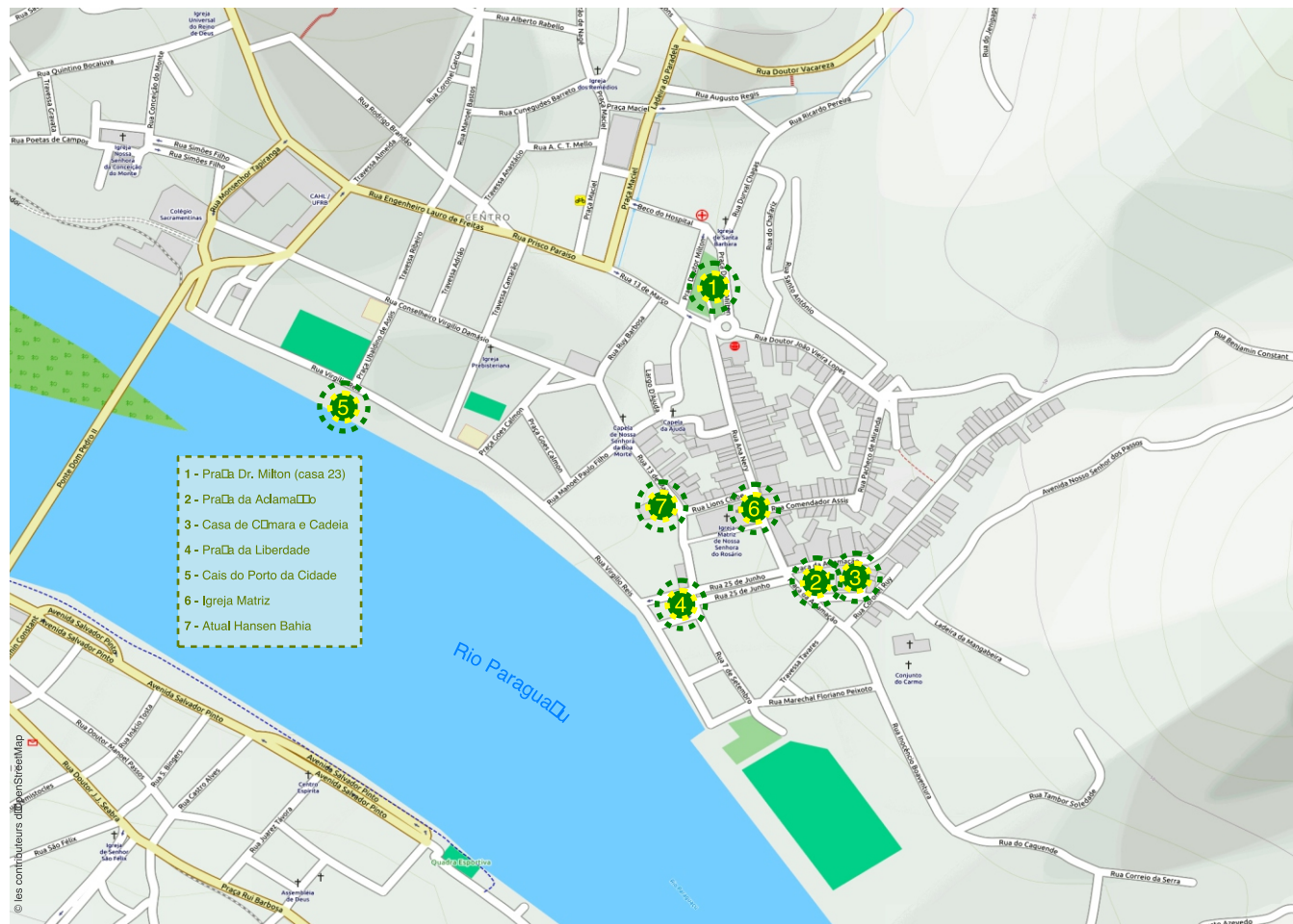


Accesse o site do IPHAN. Lá você encontrará todas as informações e leis que falam sobre patrimônio brasileiro: WWW.iphan.gov.br

Agora vamos conhecer alguns "Lugares de Memória", esses locais "testemunhas" de um passado que se torna presente pela materialização da memória histórica das lutas pela Independência da Bahia na cidade de Cachoeira. Centralizamos nos lugares que tem significado histórico, e que ainda podemos encontrar, tocar, entrar nas ruas de cachoeira, exemplos de patrimônios materiais que se fundem com a história e com os acontecimentos da guerra entre 1822/1823, como podemos observar no mapa a seguir.



Mapa do Centro Histórico de Cachoeira



Lugares de Memória- Patrimônio

- 1 - Praça Dr. Milton (Casa 23)
- 2 - Praça da Aclamação
- 3 - Casa de Câmara e Cadeia
- 4 - Praça da Liberdade
- 5 - O Porto (Rio Paraguaçu)
- 6 - Igreja Matriz
- 7 - Santa Casa de Misericórdia

Figura: Mapa de Cachoeira Bahia. Fonte: IBGE. Acesso em Abril/2017

Casa de Câmara e Cadeia

O Prédio de Câmara e Cadeia foi tombado pelo IPHAN no ano de 1939.



Foto 3 - Câmara e Cadeia. Cachoeira, Bahia. Bárbara Nogueira

A Casa de Câmara e Cadeia ou **Paço Municipal** fica localizado no limite da parte plana de Cachoeira, para proteger o prédio das enchentes do Rio Paraguaçu, muito comum na Vila. Foi construído no final do século XVII, entre os anos de 1698 e 1712, o prédio desde então é o principal espaço de representação e organização política da localidade.

As câmaras municipais no período colonial assumiam algumas funções do legislativo, executivo e o judiciário, assim, o mesmo prédio era construído para funcionar os principais órgãos da organização político-administrativa. Esse aspecto pode explicar a importância arquitetônica e o destaque em tamanho e beleza do prédio, localizado sempre no centro das Vilas.

O Paço Municipal representava, na sua construção, a hierarquia social, aspecto marcante na sociedade Colonial. Isso significava dizer que a forma que era organizada sua construção no térreo ficava a cadeia, no primeiro pavimento a Câmara Municipal, tinha um sentido importante da divisão e diferença social, principalmente relacionada à questão racial e social. Definir essa diferença social e racial através de símbolos era muito comum naquela sociedade que vivia no sistema escravista.



Paço Municipal: É o espaço público que sedia o governo de um Município, ou seja, a Câmara Municipal da Cidade.

Em Cachoeira, o prédio era um dos espaços mais importantes e significativos para a história da cidade, além de toda sua importância arquitetônica de estilo Barroco, em alguns momentos, esteve no centro político de fatos que marcaram a trajetória de Cachoeira na história da Bahia. Por duas vezes, chegou a ser sede do Governo da Província da Bahia, o que hoje conhecemos como Capital do Estado. A primeira oportunidade foi justamente no período da Guerra de Independência quando Salvador estava sob o poder do exército português: e, na segunda, na Sabinada em 1837, revolta provocada pela insatisfação popular com o governo regencial que se instalou no Brasil, após a Independência. Nesse mesmo ano, Cachoeira foi elevada a categoria de Cidade.

A Casa de Câmara e Cadeia sediou no dia 25 de Junho de 1822 uma sessão para aclamar D. Pedro Príncipe Regente do Brasil como “Defensor Perpétuo e Constitucional do Brasil”. As tropas que estavam em Belém, Iguape e outras localidades chegaram à Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira para aclamar o Príncipe.



Você Sabia?

A **Sabinada** foi uma revolta baiana liderada por Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, entre 1837 e 1838, e recebe esse nome em referência a seu líder Sabino.

Praça da Aclamação

É a praça mais importante e rica em patrimônios materiais da cidade.

A praça central é a mais importante de Cachoeira, local onde encontramos as construções arquitetônicas mais imponentes da cidade, não por acaso ela foi cenário de um momento marcante da História da cidade, assim como da Bahia. A praça recebe o nome de Praça da Aclamação pelo fato ocorrido no dia 25 de junho de 1822 quando D. Pedro I foi aclamado Príncipe Regente do Brasil. Após a sessão na Câmara, a consulta a população e a realização do Te Deum, as pessoas se encontravam agitadas no largo da praça. Após este momento de grande movimentação e alegria da população da Vila de Cachoeira, começam os primeiros confrontos entre os cachoeiranos e portugueses, como registrado.



Logo após os primeiros tiros da Canhoneira começou a luta para silenciar a embarcação de guerra, aprisionar o comandante e marujos, e desarmar e prender os soldados e os portugueses que haviam feito disparo. Assim começou a guerra pela Independência do Brasil na Bahia” (TAVARES, 2005, p.101)



Foto 4 - Praça da Aclamação, Cachoeira, Bahia. Barbara Nogueira

Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário

A igreja recebe o nome da padroeira da Cidade de Cachoeira

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário é considerada uma das mais belas igrejas de Cachoeira, localizada no centro histórico da cidade. O imóvel possui um grande valor monumental e histórico, com seu interior revestido com os maiores painéis de azulejos do Brasil – com mais de 4 metros de altura – datados de 1750.

A igreja teve também envolvida nos acontecimentos das lutas pela Independência na Bahia. Embora inicialmente nos pareça estranho pensar na participação religiosa em questões de conflito e política, na época, era uma prática muito comum, pois o catolicismo era a religião oficial da Colônia e, portanto, tinha muita importância e papel ativo na sociedade.

A Igreja Católica era uma espécie de representação divina, a materialização de Deus na terra, sua aprovação e apoio nos assuntos locais eram essenciais para o andamento dessas questões. Assim aconteceu! Com a organização do conflito na Vila e com a confirmação da aclamação, logo foi marcada uma missa, que ocorreu depois da sessão da Câmara, na manhã de 25 de junho de 1822.

Construída no século XVII.
Foi tombada pelo IPHAN em 1939



Foto 5 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Cachoeira, Bahia.
Barbara Nogueira.

O Te-Deum começou após a consulta, comemorando a aclamação de D.Pedro como única autoridade do Brasil. Acredita-se que perto de mil pessoas estavam presentes dentro e ao redor da Igreja Matriz de Cachoeira naquela ocasião.

A cerimônia Cristã, o Te Deum (antigo cântico latino) é um hino do cristianismo musicado através de salmos bíblicos, utilizados como parte do Ofício de Leituras da Liturgia. Normalmente utilizados em eventos solenes de ações de graças a um acontecimento muito importante, como foi aquele dia 25 de junho de 1822. Em homenagem à data, todos os anos no dia 25 do mês de Junho é realizado a missa na Igreja Matriz, como parte da programação oficial da Independência em Cachoeira.

Essa prática é uma tentativa de conservação da memória do 25 de junho de 1822, ao “reviver” os passos que resultaram no início da guerra na Bahia. Cachoeira a partir de 2007 passou a ser Capital da Bahia em todo dia 25 de junho, em reconhecimento ao papel desempenhado pela sua população nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia.

Casa nº 23 Rua Dr. Milton

Na fachada da casa tem uma placa em homenagem a sua importância histórica para Independência.

A casa de nº 23A localizada na Praça Dr. Aristides Milton no centro de Cachoeira, próximo a Santa Casa de Misericórdia da Cidade, tem sua construção datada no século XIX. No período em que começava a organização da guerra de Independência na Bahia, muitas Vilas já se articulavam em torno dos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro e na Cidade da Bahia. Essas Vilas, principalmente, após o início do cerco português em Salvador, com a vigilância do exército liderado por Madeira de Melo, começam a pensar alternativas de oposição no interior da província.

Após os acontecimentos de 1822, a praça também ficou conhecida pela população local como Largo da Regeneração, em referência aos acontecimentos que sucederam nas áreas relacionadas às lutas pela Independência. No período de maior movimento, quando a Vila de Cachoeira recebia inúmeras pessoas que estavam amedrontadas com a situação em que se encontrava Salvador, uma casa em especial se tornou espaço de conspiração e resistência na luta.

O fato é que chega ser curioso e estranho imaginarmos que, em meio a uma praça de Cachoeira uma casa aparentemente comum, igual às outras, estivesse envolvida de maneira tão intensa na organização da guerra de Independência. Nesse momento, vem o questionamento: por que a casa 23A e não outra? Quais as características que a diferenciava das outras?



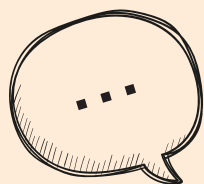
A casa Nº 23-A na praça Dr. Aristides Milton, foi tombada pelo IPHAN em 1941, como patrimônio edificado em reconhecimento por seu valor histórico.

Foto 6 - Casa Nº. 23-A
Praça Dr. Aristides Milton,
Cachoeira, Bahia.
Bárbara Nogueira

O que se sabe é que a casa, na época da guerra, era moradia de um dos combatentes. Possivelmente esse fato foi marcante para a escolha da casa como espaço até então secreto para a realização de reuniões contra Portugal. De fato, é compreensível que esses encontros antes da guerra, fossem realizados em um lugar discreto e livre dos olhos da população local.

Naquele período, precisamente no início de 1822 quando já se pensava em um conflito maior, Cachoeira junto aos representantes de outras Vilas da região já discutia organizar o apoio ao D. Pedro e conseqüentemente a separação definitivamente de Portugal. A reunião mais importante que resolveu Aclamar e aceitar a autoridade de D. Pedro aconteceu na casa 23 na madrugada de 25 de junho de 1822, quando ao concluir os “homens bons” seguem, em caminhada até a Câmara da Vila, para finalmente oficializar o apoio e dar início à guerra na Bahia.

Após o início das lutas pela Independência na Bahia, cria-se um novo centro de governo fora de Salvador e dos “olhos” de Madeira de Melo. Ou seja, Salvador era capital ligada a Portugal e Cachoeira uma Capital dos “brasileiros”. O conselho era formado por representantes das Vilas do Recôncavo e foi esse grupo que governou a Bahia durante toda a Guerra de Independência. Cachoeira tornou-se a nova sede do governo, como afirma o historiador Luís Henrique Dias Tavares em seu livro:



“O conselho Interino de governo da província da Bahia se instalou no dia 6 de setembro de 1822 no Hospital São João da Vila da Cachoeira, anos depois transformado em Hospital da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Cachoeira” (TAVARES, 2005, p.125.)

É interessante observarmos que inicialmente, as reuniões, medidas e todas as decisões relacionadas à Bahia e a Guerra eram definidas no salão do Hospital da Vila de Cachoeira, localizado na mesma região da casa dos primeiros encontros na Vila. Importante frisar que nesse mesmo espaço uma instituição de saúde, foi naquele período um local decisivo para discutir as questões políticas e de guerra em Cachoeira.

Conjunto da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira

Conselho Interino era um governo provisório, criado para facilitar a administração da província durante a guerra de Independência, impedindo assim que Portugal atrapalhasse os planos e a resistência baiana no conflito. O conselho com sede em Cachoeira existiu durante 10 meses



Foto 7 - Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira. Cachoeira, Bahia, Jomar Lima

O Conselho Interino de governo da província da Bahia originou-se da Junta Interina, Conciliatória e de Defesa constituída em 26-06-1822 no dia seguinte ao início do primeiro confronto entre portugueses e brasileiros em Cachoeira. A Junta que se transformou em Conselho, ampliou suas funções para toda a Província da Bahia e exerceu “enérgica e constante ação política, militar e administrativa” desde que foi constituído pelas vilas do Recôncavo onde se estabeleceu. Podemos dizer que, o Conselho representou um governo de resistência ao poder de Lisboa. (TAVARES, 2008: p. 239).

Faziam parte do Conselho Interino representantes das Vilas do Recôncavo, sendo no total de 17 procuradores, um para cada Vila integrante, tinham o poder de decidir em nome da população de suas respectivas Vilas durante toda a guerra contra Portugal. Todos eram homens que possuíam bens e prestígio político na região, homens que faziam parte da elite baiana, com a presidência de Miguel Calmon



Saiba Mais!

Miguel Calmon Du Pin e Almeida nasceu em 1794 em Santo Amaro no distrito de Patativa. Foi presidente do Conselho Interino. Ficou conhecido na História como o Marques de Pombal.

Praça Teixeira de Freitas



Foto 8 - Praça Teixeira de Freitas

A Praça Teixeira de Freitas ou Praça da Liberdade está localizada no centro histórico da cidade de Cachoeira, em frente ao Rio Paraguaçu. É uma praça muito importante para a História da Cidade. É chamada oficialmente como Praça Teixeira de Freitas um importante jurista nascido na cidade de Cachoeira.

Teixeira de Freitas foi o primeiro juriconsulto brasileiro e, talvez, o mais brilhante da sua época. Como reconhecimento dá nome ao fórum da cidade, antiga casa de sua família. Antes de ser chamada Praça Teixeira de Freitas, a praça recebia o nome de rua larga e largo do Pelourinho, hoje é mais conhecida como Praça da Liberdade em referência a estátua da liberdade presente na parte superior do monumento, simbolizando a liberdade conquistada durante a guerra.

Ao lado do monumento, foram fixados dois canhões de pequeno porte, usados no período das lutas na cidade, que foram encontrados tempos depois no Rio Paraguaçu. A proposta da praça e da construção do patrimônio foi uma tentativa de acolher e juntar em um só espaço símbolos da guerra na cidade e, assim, homenagear os filhos/filhas que participaram das lutas pela Independência da Bahia.

Hoje, a praça é um espaço de grande utilização popular, principalmente pela sua privilegiada localização frente as escadas que dão acesso ao Paraguaçu, no entanto não perde sua representatividade histórica e seu principal papel de símbolo de memória da história da cidade.

Juriconsulto: Pessoa que conhece as leis e cuja profissão é dar pareceres sobre questões.

O PORTO (RIO PARAGUAÇU)



Foto 9 - O Porto (Rio Paraguaçu). Cachoeira/BA - Jadson Santos

O Rio Paraguaçu nasce em Barra da Estiva, na Chapada Diamantina, mais precisamente na serra do Cocal. Percorre cerca de 520km de território baiano, passando por três regiões distintas: a região da Chapada Diamantina, com suas serras e vales; atravessa a Caatinga de terra fértil e clima árido e o Recôncavo carregado de história. Finalmente derrama suas águas na Baía de Todos os Santos.

A navegação foi sempre um fator importante na história do rio Paraguaçu, tanto do ponto de vista histórico quanto do econômico. Desde do tempo das rústicas canoas usadas pelos índios, e, quando era um importante meio de transporte da população ribeirinha, até os sofisticados navios a vapor do final do século XIX até meados do XX, transportando pessoas e mercadorias do Recôncavo à Capital da Bahia. Esse cenário começa a se modificar após a construção da ponte D. Pedro II que liga Cachoeira a São Félix, concluída no final do século XIX.

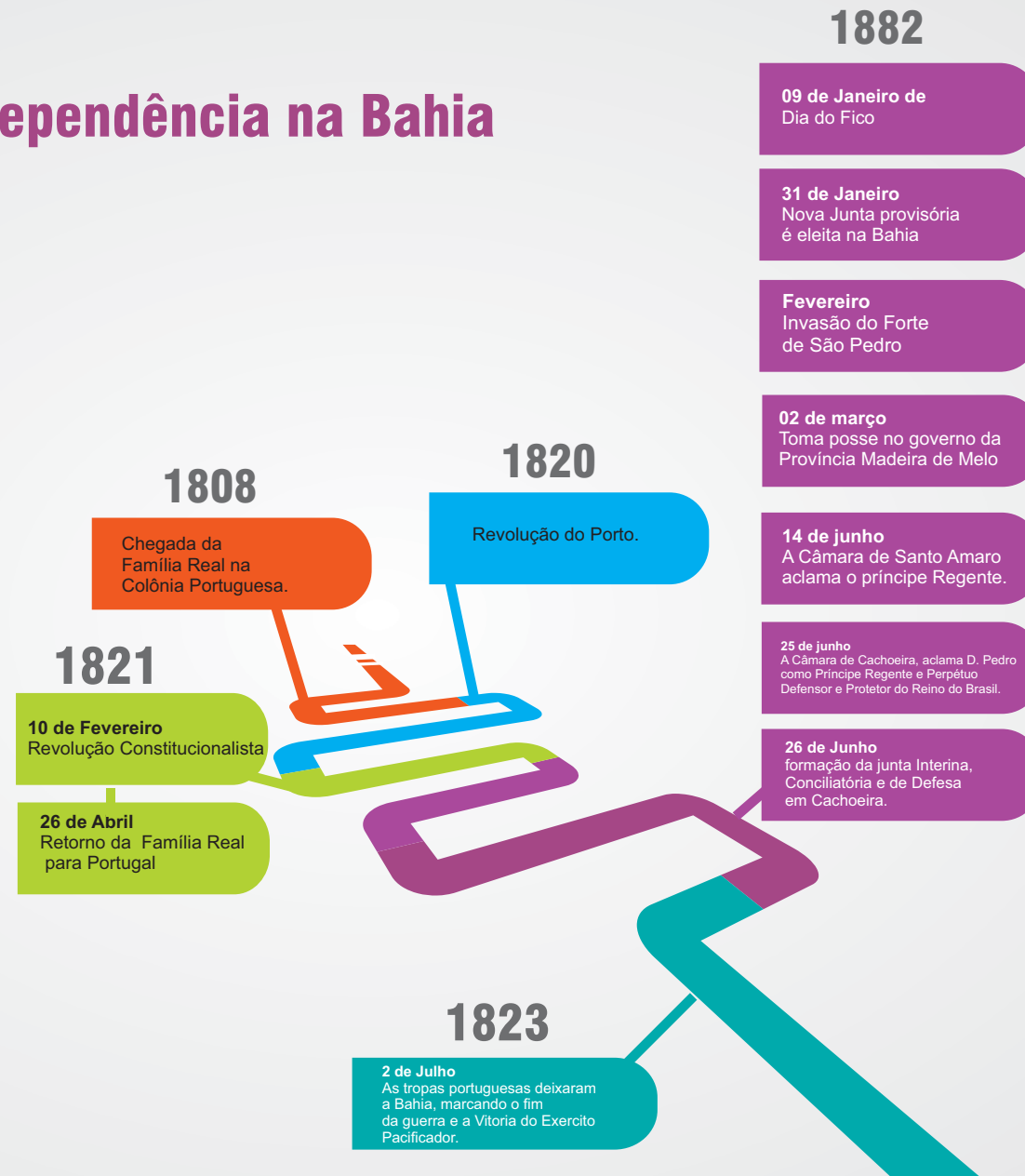
Um dos principais pontos de movimentação fluvial e de mercadorias da região no período colonial, o segundo mais importante, o porto era o local onde as embarcações vindas de várias regiões desembarcavam produtos como a cana de açúcar produzida pelos grandes engenhos do Recôncavo, o fumo que era cultivado nos Campos de Cachoeira (denomina Campos de Cachoeira, uma área de aproximadamente 20 léguas ao redor da Vila da Cachoeira, destacou-se pela produção fumageira), além de outras culturas agrícolas, como: legumes, milho, mandioca, pescados, etc.

Podemos perceber na história do rio, que mesmo depois da crise econômica na região do Recôncavo e da construção da ponte, ambas no final do século XIX, o rio Paraguaçu continuou sendo um elemento basal para o desenvolvimento econômico, histórico e cultural do recôncavo baiano, especialmente para as cidades de Cachoeira e São Félix, que tem a sorte de viver diante dessa linda maravilha da natureza.

Vamos escrever? Faça um resumo do que foi estudado neste capítulo.



Cronologia da Independência na Bahia



Agrário de Souza Menezes escreve versos em menção a História de Cachoeira na Guerra de Independência.

(1) Como glorificação a este bello movimento revolucionario, o poeta Agrario de Souza Menezes fez á cidade da Cachoeira uma levautada apologia:

Tu, Cachoeira, viverás eterna,
Eterna como o sol que hoje desponta!
Teu dia fulgirá no céu da patria!
Nem sou eu quem t'o diz; tu mesma o sentes!
Tu mesma, ó gran cidade, nos arroubos
Do santo entusiasmo,
Attestas grandemente esta verdade!
Tu mesma hoje me ensinas
Que quem pelo Brazil o gladio empunha,
Transcende os évos, e immortal perdura,
Porque defende a causa
Da razão, da justiça e liberdade!



PARA ACESSAR

<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/>

[http://osheroisdobrasil.com.br/artes/animacao-sobre-a-independencia-da-bahia/.](http://osheroisdobrasil.com.br/artes/animacao-sobre-a-independencia-da-bahia/)



PARA ASSITIR

Os Heróis do Brasil – A Independência da Bahia dirigido por André Sobral e Fabrício Mendieta

Filme **Joana Angélica** dirigido por Walter Lima Jr.

O Corneteiro Lopes dirigido por Lázaro Farias

Referências

- ABREU, Edith Mendes da Gama e. **Precursoras do Feminismo na Bahia**. Anais do 1º Congresso de História da Bahia Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Cidade do Salvador: Tipografia Benedictina. V.IV, p.233 -240, 1950.
- ALBURQUERQUE, Wamyr R de. **Algazarra nas ruas: Comemorações da independência na Bahia (1889 -1923)**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- ALMEIDA, Vanessa P. **As experiências do uso de máscaras por mulheres: as Caretas do Mingau**. UFRB, 2017.
- AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **A Guerra da Bahia**. Salvador: CEAO, 2001.
- BARROS, Judite Santana. **Saubara dos cantos, contos e encantos**. Feira de Santana: Relomaq Gráfica Rápida, 2002.
- _____. **Saubara dos cantos e encantos**. Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo, (org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares da educação**. Brasília : MEC, 1997.
- IN CARVALHO, José Murilo. **Os esplendores da imortalidade**. Folha de São Paulo, 1999.
- COSTA, Emília Votti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1994. . 6.ed.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da Metrópole (1808 -1853)**. In MOTA, Carlos Guilherme. 1822 Dimensões. São Paulo Perspectiva, 1986, p.160 -184.
- FARIAS, Eny Keyde Vasconcelos de. **Maria Felipa de Oliveira: heroína da independência da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2010.
- GUERRA FILHO, Sérgio Arraço Diniz. **O povo e a Guerra: A participação popular nas lutas pela Independência da Bahia**. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2004.
- HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E. & MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN Museu Imperial, 1999.
- JANCSÓ, István. **Na Bahia, contra o império: história do Ensaio de Sedição de 1798**. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.
- JESUS, Paulo. **Recôncavo da Bahia**. In: NASCIMENTO, C. O. C. R. C. D. P. (Org.); GUSMÃO, P. M. P. (Org.). **Caderno Pedagógico - Diálogo entre a UFRB, as escolas de ensino médio e as comunidades populares do Recôncavo**. Cruz das Almas: Editado pela UFRB/PROPAE/Programa Conexões de Saberes -SECAD -MEC, 2008. v. 1. (Org.); JESUS, Paulo. - Diálogo

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 1996.

LONDR ES, Cecília (org.). Revista Tempo Brasileiro n. 147: **Patrimônio Imaterial**. Rio de Janeiro, out./dez., 2001.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto *História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

MILTON, Aristides. **Efemérides cachoeiranas.** Salvador: UFBA, 1979.

PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2005

REIS, João José. **O jogo duro do dois de julho: o “partido negro” na independência da Bahia.** In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia.** Salvador: Eduf ba, 2005

_____. **História da Bahia**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **“O levante dos Periquitos”. In: Da sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia.** Salvador: EDUFBA; Campinas: Unesp, 2003, p. 188-252.

FUNDAMENTAL II
ANOS FINAIS



INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL **Na Bahia:**
Memória e Patrimônio no Recôncavo



Tamires Costa

FUNDAMENTAL II
ANOS FINAIS

GUIA DO PROFESSOR



INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL **Na Bahia:**
Memória e Patrimônio no Recôncavo



Tamires Costa

FUNDAMENTAL II
ANOS FINAIS

GUIA DO PROFESSOR



INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL **Na Bahia:**
Memória e Patrimônio no Recôncavo



Tamires Costa



Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora
e dos Povos Indígenas

UF B Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

Pesquisa
Tamires Costa

Projeto gráfico e diagramação
Tatiele Silva

Fotografia
Tamires Costa, Vanessa Pereira, Bárbara Nogueira e Jomar Lima

Esse livro foi desenvolvido como produto do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas sob a orientação da Prof^a Dr^a Rita Dias Pereira de Jesus e Co-Orientação do Prof. dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

A pesquisa na qual se desenvolveu o livro teve apoio da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

SUMÁRIO

Caro (a) Professor (a).....	5
Apresentação.....	6
Descrevendo o Livro.....	7
Objetivos Gerais.....	7
Introdução	8
Por que estudar História Local?.....	9
Ensino de História e Educação Patrimonial.....	10
Sugestões de Leitura e Pesquisa.....	11
Sequência Didática.....	12
Referências	16



Caro (a) Professor(a),

Apresento (às) aos colegas o guia do (a) professor (a) com discussões e atividades, que servem como suporte para trabalhar o livro paradidático: “Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo”. Este material tem como objetivo servir como apoio propositivo e dialogado, na ação pedagógica e metodológica do conteúdo histórico, permitindo a continuidade de sua autonomia, como educador (a) na sala de aula.

O guia está organizado em partes que priorizam as discussões sobre a importância e autonomia do (a) educador (a) na construção do conhecimento com o educando (a), o ensino de história local e o patrimônio material como possibilidade de formação cidadã.

O guia não substitui nem pretende interferir no trabalho docente com os estudantes, pois é uma conversa que aponta algumas possibilidades, que devem ser adaptadas ao interesse do (a) professor e às especificidades de cada turma. As atividades são sugestões metodológicas que também podem ser ampliadas, e modificadas pelo (a) educador (a) quando necessário.

Bom Trabalho!

Apresentação

O livro paradidático “Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo” é o registro escrito de acesso, amplo sobre a participação do Recôncavo nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia, permitido (a) ao professor (a) abordar de maneira mais acessível diversificando a temática. É importante refletir e conhecer mais sobre o assunto na sala de aula, especialmente na região, pois se trata do conhecimento sobre o lugar de origem, e os espaços da realidade vivida.

O livro retrata um momento histórico, abordando principalmente a contribuição de grupos sociais minoritários e marginalizados, no processo de emancipação política do Brasil. Interessado em levar ao ambiente escolar a importância dessas pessoas- mulheres, pobres, escravizados e libertos, para a construção do país, que raramente são abordados na sala e nos livros didáticos.

Centralizamos uma temática de História Regional, e Local, acreditando na importância de levar ao acesso dos jovens a contribuição e importância de seus antepassados, e de lugares comuns a sua realidade e ao contexto nacional. Os conflitos ocorridos na Bahia, e suas Vilas eram de interesse de todo o Brasil, e é importante divulgar, levar ao conhecimento da população escolar tais fatos históricos.

Os três capítulos organizados no livro, buscam fazer uma breve discussão dos acontecimentos históricos e sobre os lugares que se tornaram espaços de memória, para a população atual. Os dois primeiros capítulos retratam mais os fatos históricos, as lutas, grupos que estiveram envolvidos, uma espécie de revisão e contextualização histórica do conteúdo. O último capítulo é uma expressão da relação entre passado e presente, exemplificado através dos lugares e patrimônios que foram centrais, e que ainda resistem ao tempo, e representam a memória do processo de Independência na Bahia.

A utilização do patrimônio material e imaterial local no ensino de história é uma importante ferramenta educativa, especialmente da história local. Fazer a relação entre história, patrimônio e memória potencializa a produção do conhecimento, e possibilita novas descobertas ao educando e até mesmo ao educador na sala de aula e nos espaços de educação. De fato essa parceria metodológica deve ser explorada e principalmente, vivenciadas enquanto caminho para a educação e para o ensino de história.

Descrevendo o Livro

O paradidático “Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo” tem por objetivo retratar parte da participação do Recôncavo na Guerra de Independência na Bahia e os lugares que compõem essa história, especialmente os patrimônios materiais de Cachoeira. Para isto, foi feito um pequeno recorte da volumosa narrativa que retrata o processo que levou a libertação definitiva do Brasil de Portugal.

Assim centralizamos na história ainda pouco divulgada pelos livros didáticos, nas personagens secundarizadas na narrativa sobre Independência, ressaltando suas participações e os territórios envolvidos nesse processo. Apesar disso, não deixamos de contextualizar o conteúdo, fazendo um panorama geral da História da Independência do Brasil na Bahia, e apontando as principais análises já feitas sobre a temática.

Seguindo, o livro partiu para os relatos que estão diretamente relacionados ao processo na Bahia e por consequência a região do Recôncavo e suas vilas, é a parte do livro que mais contribui para as necessidades atuais da educação para os jovens locais, quando eles se veem na história, sentindo-se sujeitos históricos.

O livro também coloca em cena personagens representativos para grupos sociais marginalizados na história, como é o caso da mulher na guerra e da população negra como parte integrante e decisiva para a consolidação da Independência na Bahia. Explorando fatos sobre essas pessoas no contexto da guerra e sua simbologia para as populações presentes. O final do livro, é a cereja do bolo, a parte que completa de maneira inusitada, mas, muito potente a história e o patrimônio como ferramenta para aprendizagem e produção do conhecimento da guerra na Bahia, para isso, reconhecemos os patrimônios como lugares de memória, espaços carregados de significado para o acontecimento e para a população local, um bom momento de trabalhar a história do lugar.

Os três capítulos que compõem o livro seguem uma linha que pretende apoiar e contribuir na formação dos jovens baianos principalmente, levando a história da Independência ainda tão distante da realidade escolar deles, fazendo isso a partir do patrimônio das cidades. É uma oportunidade de trabalhar a história local, temáticas que são próximas ao cotidiano dos estudantes do ensino fundamental II.

Objetivos Gerais

Espera-se do paradidático “Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo” Promover formação que proporcione (a) ao educando (a):

- Conhecer a história da Independência do Brasil, na Bahia, a importância da região do Recôncavo, e de sua população no processo de luta pela emancipação política do país.

- Valorizar a História regional e local através da abordagem do ensino.

- Desenvolver a noção de Patrimônio material e Imaterial e a importância de preservação para a memória coletiva local.

- Compreender a construção da cidadania como sujeito histórico, passando a conhecer a história de seu lugar e seus antepassados

- Relacionar memória coletiva com a história e patrimônio, fazendo desse processo, a motivação para o aprendizado e valorização das identidades.

- Trabalhar com imagens e mapas como instrumentos metodológicos no conhecimento histórico.

Introdução

A produção do conhecimento histórico tem como característica privilegiar eventos, personagens e lugares concebidos como excepcionais e legítimos. Tais concentrações são responsáveis pela construção do currículo escolar, e conseqüentemente, validam o saber que deve ser eleito e transmitido na produção didática. Esta tessitura, na qual a educação no Brasil foi estruturada, é responsável pelo reconhecimento das histórias dos grandes feitos, lugares e homens, eleitos e legitimados, colocando as outras formas de conhecimento e saberes, na posição subalternizada, e por muitas vezes, silenciada na organização curricular.

É em meio a estes questionamentos que este livro se insere, buscando problematizar uma temática, ou melhor, uma parte dela que é desconsiderada no currículo das escolas, especialmente nas instituições de ensino da Bahia, e região sobre a contribuição da população do Recôncavo nas Lutas de Independência na Bahia, conseqüentemente, na emancipação do Brasil.

Nesta perspectiva, nota-se que os estudos sobre a emancipação política do Brasil, demonstram como base a análise macroestrutural dos processos históricos, visando explorar os acontecimentos gerais, e apontando a experiência no Rio de Janeiro, como referência para todo o resto do país. As análises são imbuídas de generalizações que não contemplam as diversidades territórios e de interesses que cada província vivenciava no contexto da Independência do Brasil. Da mesma forma, estas contribuições acabam silenciando aspectos que foram essenciais para eventos emancipatórios, e que decidiram as conseqüências ocorridas. (

Este busca construir uma opção de conhecimento e metodologia que centralize a temática, através das experiências dos sujeitos e dos patrimônios locais, levando o acesso a História da Independência do Brasil a partir da Bahia, do Recôncavo e dos espaços de memória, criando desse modo, uma relação de aproximação e afetividade no processo de ensino e de aprendizagem.

Por que estudar História Local?

A utilização da História Local, como perspectiva de introdução de conteúdos próximos aos estudantes, favorece uma aprendizagem que desperte a importância da história da sua cidade a partir de uma visão maior e mais ampla.

É válido apresentar aos estudantes assuntos que perpassam os diversos aspectos de sua vida, seja ela atual ou não, ou através da contribuição e participação dos seus antepassados, na formação do que hoje eles conhecem no seu cotidiano, como elementos formadores de sua identidade. Ao apresentar a História Local, os estudantes tendem a compreender e a problematizar o entorno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência (BITTENCOURT, 2011, p.168).

Assim, podemos verificar a necessidade de trabalhar nas salas de aulas uma História que represente e identifique os estudantes, para buscar aproximá-los dos conteúdos históricos, demonstrando a importância da História Local e colocando-os como sujeitos integrantes da História, possibilitando sua auto-afirmação, e valorização da sua identidade, especialmente dos jovens negros, que ainda são vítimas do próprio sistema educacional e social que inferiorizam e estigmatiza como indivíduo.

Utilizar a História Local no Ensino de História é assegurar voz aos sujeitos que foram silenciados e excluídos dos conteúdos eleitos e legitimados como verdadeiros. É uma tentativa de trazer pessoas e lugares para o cenário escolar, trazendo a memória coletiva como perspectiva de aprendizagem no ensino de História como conhecimento que pode ser validado e produzido nas instituições escolares.

É possível criar um paralelo que coloca o ensino de história numa perspectiva do cotidiano, apresentando a temática da Independência na Bahia sobre o viés do Recôncavo e especialmente o papel da vila de Cachoeira na organização e consolidação do movimento, oferecendo aos estudantes algo novo e ao mesmo tempo, familiar, fazendo com que o aprendizado seja algo válido e envolvente.

Desse modo, a História Local atua no resgate da auto-estima do povo de sua região ou cidade, quando ao desnudar seu passado histórico dá um novo sentido à questão de pertencimento e da própria identidade local. A História do Recôncavo e de Cachoeira, em especial, tem sua relevância no cenário brasileiro, pois suas histórias estão entrelaçadas com a história da Independência e da própria formação do Brasil, e isto deve ser socializado e democratizado para toda a população.

Ensino de História e Educação Patrimonial

A educação patrimonial pode ser concebida como um processo educativo. Através do patrimônio material e imaterial de um lugar, tendo como principal interesse, levar o conhecimento para conscientizar a preservação dos bens e espaços dos lugares em que vivem. Podemos dizer que a memória e o patrimônio são produtos construtores da história de um povo ou de um lugar no tempo, a partir deles, podemos encontrar características e concretude na História, mantendo-se “viva” no espaço e no tempo para a sociedade atual.

O patrimônio pode ter a função de materializar a história, tornando-a “palpável”, através da produção material, os fatos históricos conseguem relacionar passado e presente, pondo aos olhos a história viva e vista. Desta forma, o ensino de história por meio da utilização do patrimônio torna-se uma ferramenta, colocando o aprendizado em uma perspectiva real e, principalmente, próxima dos estudantes.

Esta proposta que visa a colaborar com a produção do conhecimento sobre a importância e potencialidade do patrimônio para a preservação da memória, e para o fortalecimento da identidade local. Fazendo destes lugares históricos um espaço de memória, referência e materialidade, importante na construção identitária de sua população e, conseqüentemente na formação educacional do lugar.

A cidade de Cachoeira se destaca neste sentido, por ser um local com acervo arquitetônico, e uma trajetória histórica muito relevante para a formação do Brasil. Ela consegue criar uma correlação entre a história e o patrimônio material e, ainda, o imaterial, a partir da memória coletiva produzida no tempo. O patrimônio imaterial entra cena por meio, principalmente das experiências e memórias construídas através de fatos marcantes, para a Independência do Brasil, colocando e enfatizando a cidade e esses espaços como lugares representativos da memória coletiva da cidade.

Sugestões de Leitura e Pesquisa

AMARAL, Braz do . **História da Independência** . Salvador: 2.^a edição: Livraria Progresso, 1957.

_____ ; SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e . **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia** . Salvador: Imprensa Oficial do Estado, v. 3, 1919 -1940,

ALBUQUERQUE, Wlamira. R. **Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia** , Ed. da Unicamp, 1999.

ARAÚJO, Ubiratan de Castro (org.). Fundação Pedro Calmon, 2011. **2 de julho: a Bahia na independência nacional** .

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O povo e a Guerra: A participação popular nas lutas pela Independência da Bahia.** (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2004.

REIS, João José , SILVA Eduardo . **O jogo duro do Dois de Julho: o “partido negro” na independência da Bahia** , In: **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista** . Companhia das Letras, 1989.

TAVARES, Luís Henrique Dias . **A Independência do Brasil na Bahia** . Salvador: Edufba, 2005.

Seqüência Didática

(01) A chegada da Família Real no Brasil e suas transformações na sociedade, economia e cultura.

OBJETIVO (S) DA ATIVIDADE:

- Indicar o processo de transformação que culminou com a chegada da Família Real no Brasil;

CONTEÚDO (S):

- Transição do período colonial para o imperial;
- Independência do Brasil .

PÚBLICO -ALVO:

- 9º Ano – Fundamental II

TEMPO DE REALIZAÇÃO:

- 4 aulas (50 min)

MATERIAIS UTILIZADOS:

- Quadro;
- Slides;
- Piloto;
- Documentário .

DESENVOLVIMENTO:

- **1ª Parte:** Duas (2) aulas expositivas e dialogadas abordando os principais aspectos que envolveram a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, exibindo o episódio 1 (A fuga dos reis), do documentário 1808, a Corte no Brasil , com cerca de 20 min;
- **2ª Parte:** Uma aula (1) para analisar o episódio 6 (O desembarque no Rio de Janeiro), do documentário 1808, a Corte no Brasil, com cerca de 20 min e dialogar com aos discentes o conhecimento adquirido na aula;

AValiação:

- Avaliação processual;
- Assiduidade;
- Produção de um texto envolvendo os conhecimentos abordados em sala de aula.

(02) A economia Colonial e a importância do Recôncavo na Guerra de Independência na Bahia

OBJETIVO (S) DA ATIVIDADE:

- Discutir a importância econômica da região do Recôncavo para o Brasil Colônia;
- Evidenciar a relevância de seu povo nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia.

CONTEÚDO (S):

- Economia açucareira colonial;
- As vilas do Recôncavo durante a guerra na Bahia.

PÚBLICO-ALVO:

- 8ª Ano – Fundamental II

TEMPO DE REALIZAÇÃO:

- 5 aulas (50 min por aula)

MATERIAIS UTILIZADOS:

- Quadro;
- Slides;
- Piloto;
- Documentário Guerra da Independência na Bahia da TV Escola

DESENVOLVIMENTO:

- **1ª Parte:** Duas (2) aulas, abordando as principais características do período colonial e, as influências socioeconômicas e culturais do Recôncavo baiano para o Brasil;
- **2ª Parte:** Uma (1) aula para a divisão da turma em três grupos, sendo, um grupo referente a cada episódio dos vídeos produzidos pela TV Escola sobre a Independência na Bahia, para serem apresentados em um seminário;
- **3ª Parte:** Duas (2) aulas para as apresentações dos grupos e diálogo com o professor (a);

AValiação:

- Avaliação processual;
- Assiduidade;
- Apresentação do seminário.

(03) O Patrimônio material e imaterial como produto de preservação e valorização da memória .**OBJETIVO (S) DA ATIVIDADE:**

- Discutir os conceitos de: Patrimônio Cultural; Material e Imaterial;
- Evidenciar a importância do patrimônio material e imaterial para a memória local e coletiva;

CONTEÚDO (S):

- Educação patrimonial;
- Memória individual e coletiva;
- Lugares de memória;

PÚBLICO -ALVO:

- 7ª Ano – Fundamental II

TEMPO DE REALIZAÇÃO:

- 4 aulas (50 min por aula)

MATERIAIS UTILIZADOS:

- Quadro;
- Slides;
- Piloto;
- Mapas;
- Fotografias;
- Imagens

DESENVOLVIMENTO:

- **1ª Parte:** Uma (1) aula expositiva trabalhando os conceitos de: patrimônio cultural, imaterial e material e lugares de memória;
- **2ª Parte:** Duas (2) aulas para trabalhar com análise de imagens e fotografias que representem os patrimônios materiais e imateriais. Logo após, organização de grupos para a realização de uma exposição identificando os principais bens materiais e imateriais presentes nas imagens analisadas;
- **3ª Parte:** Uma (1) aula para a realização da exposição com as imagens analisadas na aula anterior ;

AVALIAÇÃO:

- Avaliação processual;
- Assiduidade;
- Apresentação da exposição .

(04) Cachoeira e os lugares de memória da Independência do Brasil na cidade.**OBJETIVO (S) DA ATIVIDADE:**

- Abordar a participação da Cidade de Cachoeira na Guerra de Independência na Bahia;
- Conhecer os principais espaços históricos que tem relação com as lutas na cidade;
- Conscientizar sobre a relevância de valorização e conservação dos patrimônios do Município.

CONTEÚDO (S):

- Patrimônio Material e Imaterial;
- A participação do Recôncavo e Cachoeira na Guerra de Independência
- Lugares de memória;

PÚBLICO -ALVO:

- 6º e 7ª Ano – Fundamental II

TEMPO DE REALIZAÇÃO:

- 5 aulas (50 min por aula)

MATERIAIS UTILIZADOS:

- Livro Paradidático: Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo. (Tamires Costa, 2017)

DESENVOLVIMENTO:

- **1ª Parte:** Uma (2) aula expositiva trabalhando sobre a Cidade e sua participação na Guerra de Independência .
- **2ª Parte:** Três (3) aulas de campo na Cidade para percorrer os espaços históricos relacionado ao tema.

AVALIAÇÃO:

- Avaliação processual;
- Apresentação em equipe abordando os patrimônios materiais visitados e sua relação com a Independência.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Braz do. História da Independência. Salvador: 2.^a edição: Livraria Progresso, 1957.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, Tamires Conceição. Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo. Cachoeira: UFRB, 2017.

MILTON, Aristides. Efemérides cachoeiranas. Salvador: UFBA, 1979.

TAVARES, Luís Henrique Dias. A Independência do Brasil na Bahia. Salvador: Edufba, 2005.

Site:

→<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/>

Documentários:

→Os Heróis do Brasil – A Independência da Bahia dirigido por André Sobral e Fabrício Mendieta

FUNDAMENTAL II
ANOS FINAIS

GUIA DO PROFESSOR



INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL **Na Bahia:**
Memória e Patrimônio no Recôncavo



Tamires Costa